



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIÚZA

**FAMÍLIAS, PODER E POLÍTICAS SOCIAIS EM  
GUARAPUAVA-PR**

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIÚZA

**FAMÍLIAS, PODER E POLÍTICAS SOCIAIS EM  
GUARAPUAVA-PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Alapanian

Londrina  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Fiúza, Solange Cristina Rodrigues.

Famílias, poder e políticas sociais em Guarapuava-PR / Solange Cristina Rodrigues  
Fiúza. - Londrina, 2016.  
185 f. : il.

Orientador: Silvia Alapanian.

Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Poder em Guarapuava - Tese. 2. Família - Tese. 3. Políticos - Tese. 4. Guarapuava - Tese. I. Alapanian, Silvia . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIÚZA

**FAMÍLIAS, PODER E POLÍTICAS SOCIAIS EM GUARAPUAVA-PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social e Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Alapanian  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Cortes da Costa  
Universidade Estadual de Ponta Grossa -  
UEPG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Odária Battini  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 13 de setembro de 2016

À memória de meus pais  
***Anna Mendes Fiuza e Heitor Rodrigues Fiuza.***

## AGRADECIMENTOS

***Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me ha dado La risa y me ha dado el llanto  
Así yo distingo dicha de quebranto  
Los dos materiales que forman mi canto  
Y el canto de ustedes que es El mismo canto  
Y el canto de todos que es mi propio canto  
Gracias a la vida, gracias a la vida  
(Violeta Parra)***

Convicta que este trabalho é uma síntese do trabalho coletivo, não poderia deixar de manifestar a minha gratidão à coletividade.

Começo por aqueles que amo incondicionalmente e sem distinções, que souberam, sabe-se lá à custa de quais privações, respeitar minha ausência e silêncio neste período de constantes abstenções, ou seja, começo agradecendo o meu companheiro e parceiro de vida, Pedro Jacaré, pelo respeito a cada uma das minhas escolhas, ainda que algumas delas lhe sobrecarregassem. A Moema e Maria, filhas queridas, agradeço pelos dias de esperança que não me deixaram desistir e pelos momentos de saudade que motivavam os abraços mais gostosos (Nossa família!!!! Nossa família!!!!).

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Alapanian, pela confiança depositada em mim, pelas orientações sempre certas, pela paciência com as minhas limitações e pelo carinho permanente em todo o processo de realização do doutorado. Sem a sua colaboração tudo seria mais difícil, eu sei.

Pelo permanente incentivo e apoio durante a realização do doutorado, pela acolhida em sua disciplina e em seu grupo de estudos, pela expressiva contribuição na qualificação da pesquisa e por me inspirar a prosseguir neste caminho, minha gratidão ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

Pela fundamental presença na minha trajetória profissional, pela relevante contribuição na realização do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, pela parceria na elaboração do artigo, pela disponibilidade para o diálogo e pela amizade de longa data, minha gratidão à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lucia Cortes da Costa.

Ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte, agradeço pela contribuição na qualificação desta pesquisa, pela parceria na elaboração do artigo e pelo companheirismo no chimarrão. *Muchas gracias.*

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jolinda de Moraes Alves, pela contribuição na qualificação desta pesquisa.

A Ironi Camargo, pela irmandade, pela capacidade de estar tão perto mesmo distante, pela profissional que me inspira e pela alegria e orgulho que sinto de chamá-la de AMIGA IRONI.

Pelo permanente apoio durante a realização do doutorado, pelo auxílio na informática e pela companhia nas viagens mais cansativas, agradeço a Andressa Kolody, minha amiga dos dias bons e ruins.

A Dan Junior, agradeço pelas intercessões, pela amizade e pelo exemplo de superação.

Pela companhia nas viagens mais pesadas, pelo companheirismo na qualificação, pelo auxílio no cadastramento do projeto na Plataforma Brasil, pela parceria nos passeios e descobertas em Londrina e pela disponibilidade em sempre contribuir, agradeço à Emilie Faedo Della Giustina.

À Rosângela Bujokas de Siqueira, minha gratidão pelo companheirismo e amizade.

Pelo respeito e compreensão pelo meu afastamento das atividades do departamento, agradeço às colegas do DESES/ UNICENTRO.

Aos meus alunos da graduação por serem os meus maiores professores.

A Valdir Anhucci, agradeço pela parceria permanente durante a realização do doutorado, pelas informações compartilhadas e pela generosidade na relação.

A Nayara Bueno, agradeço pelo auxílio no cadastramento do projeto de pesquisa no Comitê de Ética, pelo empréstimo do gravador e pela doçura da convivência.

A Ana Zacarão, pelos mimos, pelas poesias e pela leveza da convivência.

Pela parceria nos trabalhos das disciplinas do doutorado e pela referência de amizade em Londrina, agradeço a Patrícia Giangarelli.

A Felipe Pontes, pela belíssima revisão ortográfica desta tese.

À Teacher Marilha Reis, pelas aulas de inglês tão produtivas e certeiras.

Aos colegas de doutorado, agradeço pela troca e desprendimento em compartilhar, cada um a seu modo, o que de mais precioso possuem.

A todos os entrevistados, agradeço pela disponibilidade em contribuir com este estudo.

Ao Prof<sup>o</sup>. Armando Holoqueski e à Prof<sup>a</sup>. Zilma Haick Dalla Vecchia, agradeço pelo empréstimo dos livros e documentos.

Ao Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ariel José Pires, pela contribuição e incentivo durante a realização do doutorado.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL, agradeço a contribuição tão relevante durante a realização do doutorado.

Aos professores membros da banca, Dr<sup>a</sup>. Lucia Cortes da Costa, Dr<sup>a</sup> Odária Battini, Dr<sup>o</sup>. Ricardo Oliveira e Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte, agradeço pela delicadeza do gesto de terem, tão prontamente, aceito o convite a prestarem suas considerações a este trabalho.

Aos intelectuais que pensam e escrevem sobre o Brasil, Paraná e Guarapuava, agradeço pela produção e disseminação de seus conhecimentos, pois, sem eles, certamente este estudo não seria uma realidade.

À CAPES (Cnpq), agradeço pela bolsa concedida por nove meses, oportunizando o acesso aos meios necessários para o desenvolvimento desta pesquisa.

A DEUS, minha primeira e eterna gratidão pela preciosa companhia em todos os momentos e, sobretudo, por ter me possibilitado experienciar a coletividade.

Agora partimos para a próxima síntese.

FIÚZA, Solange Cristina Rodrigues. **Famílias, Poder e Políticas Sociais em Guarapuava-PR**. 2016. 185 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016.

## RESUMO

O presente estudo trata das expressões, no âmbito das políticas sociais, das relações de poder de tipo tradicional no município de Guarapuava, de aproximadamente 170 mil habitantes, situado na região centro-sul do estado do Paraná. Diversos estudos indicam que a região é um terreno particularmente fértil para a reprodução dos tipos de relações que se fundamentam na continuidade das estruturas de poder ao longo dos processos de mudanças políticas, sendo que sua reprodução se configura como uma forma de exercício da política assentada numa perspectiva patrimonialista. Considera-se que a Constituição Federal de 1988 propôs um paradigma para a proteção social no Brasil que aponta para o rompimento com as práticas assistencialistas e clientelistas derivadas desse tipo de poder tradicional. Esta tese busca compreender como os principais grupos que dominam a política local agem nesse novo contexto. As políticas sociais são entendidas como mecanismos do Estado para o enfrentamento da “questão social”, cujo objetivo é a manutenção e reprodução da força de trabalho. Elas são permeadas por avanços e retrocessos que expressam os conflitos entre o poder do Estado e a luta dos trabalhadores para a ampliação dos direitos de cidadania. A metodologia utilizada pressupõe que o estudo das estruturas de poder passa pela análise das formas como estas se materializam em situações objetivas de posse e riqueza. Estas estruturas que se manifestam em redes de parentesco, redes sociais e políticas foram estudadas a partir das relações estabelecidas pelas três famílias que dominam o poder político local na atualidade: as famílias Mattos Leão, Rauen Silvestri e Ribas Carli. Através de pesquisa bibliográfica e documental, complementada com entrevistas realizadas com historiadores e políticos locais, constatou-se que o espaço das políticas sociais é reconhecido por estas famílias como espaço de poder, e as ações na área da saúde, da educação e da assistência social são utilizadas como instrumentos de reprodução do poder político tradicional e, conseqüentemente, de perpetuação de desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Guarapuava. Famílias. Poder Tradicional. Políticas Sociais.

FIÚZA, Solange Cristina Rodrigues. **Families, power and social policies in Guarapuava -PR**. 2016. 185 p. Thesis (Doctorate in Social Work and Social Policy). State University of Londrina. Londrina, 2016.

## **ABSTRACT**

The present study deals with the expressions, in the context of public policies, of the traditional power relations in the city of Guarapuava, which has approximately 170,000 inhabitants, located in the Midwestern State of Parana. Several studies have indicated that the region is a relatively fertile ground for the production of the types of relations that are based on continuity of power structures over the political processes changes, and its reproduction is configured as a form of political exercise seated in a patrimonial perspective. It is considered that the Federal Constitution of 1988 proposed a paradigm for social protection in Brazil that points to the break with the paternalistic and clientelistic practices derived from this kind of traditional power. This thesis seeks to understand how the major groups that dominate the local politics act in this new context. Social policies are understood as a mechanism of the State to face the “social question”, whose objective is the maintenance and the reproduction of the workforce. They are permeated by advances and setbacks that express the conflicts between State power and the struggle of the workers for the expansion of citizenship rights. The methodology assumes that the study of power structures involves the analysis of the ways they manifests themselves in objective situations of ownership and wealth. These structures that are manifested in kinship networks, social networks and policies were studied from the relationships established by three families that dominate the local political power nowadays: the families Mattos Leão, Rauen Silvestri e Ribas Carli. Through bibliographic and documental research, supplemented with interviews with historians and local politicians, it was found that the área of social policies is recognized by those families as power space, and actions in health, education and social assistance are used as instruments of reproduction of traditional political power, and hence the perpetuation of social inequalities.

**Keywords:** Guarapuava. Families. Traditional Power. Social Policies.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> -	<i>“Mappa do Certam do Tibagi”</i> .....	24
<b>Figura 2</b> -	Caminho das Missões e Caminho do Viamão.....	36
<b>Figura 3</b> -	Notícia de Jornal demonstra vínculo de Silvestri a hospital .....	146
<b>Figura 4</b> -	Placa para Cezar Silvestri no Hospital São Vicente de Paulo.....	147
<b>Figura 5</b> -	Faixa de agradecimento do hospital a Cezar Silvestri.....	148
<b>Figura 6</b> -	Banner de hospital agradece atuação do então deputado federal .....	149
<b>Figura 7</b> -	Outdoor relacionando dois deputados ao Hospital Regional .....	158
<b>Figura 8</b> -	Hospital agradece deputados em outdoor da cidade .....	159
<b>Figura 9</b> -	Outdoor de “agradecimento” de deputada ao Governo do Paraná.....	159

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 A FORMAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE EM GUARAPUAVA</b> .....	21
1.1 OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA.....	24
1.2 O TROPEIRISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CAMPEIRA .....	35
1.3 A SOCIEDADE CAMPEIRA E OS NOVOS CICLOS ECONÔMICOS NA REGIÃO .....	43
1.3.1 O ciclo da madeira e os novos atores sociais .....	45
1.3.2 Os suábios e outros novos atores sociais.....	47
1.3.3 As novas relações sociais no campo .....	52
<b>2 O DOMINIO DO PODER POLÍTICO EM GUARAPUAVA</b> .....	57
2.1 AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A GESTÃO PÚBLICA .....	58
2.2 AGENTES POLÍTICOS, INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SUAS INTERFACES EM GUARAPUAVA.....	67
2.3 ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL: O PODER A PARTIR DE 1930 .....	73
2.4 OS ATORES POLÍTICOS EM GUARAPUAVA A PARTIR DE 1960 .....	80
<b>3 AS POLÍTICAS SOCIAIS E A DESIGUALDADE SOCIAL</b> .....	90
3.1 ESTADO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL .....	90
3.2 POLÍTICAS DE BEM-ESTAR SOCIAL E DESIGUALDADE SOCIAL.....	96
3.3 A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: DO SURGIMENTO À DÉCADA DE 1980 .....	103
3.3.1 Ações sociais e política social em Guarapuava .....	109
3.4 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS NOVOS PARADIGMAS PARA A POLÍTICA SOCIAL.....	116
3.4.1 Principais Indicadores Sociais de Guarapuava na atualidade.....	126

<b>4</b>	<b>AS FAMÍLIAS, O PODER E AS POLÍTICAS SOCIAIS EM GUARAPUAVA .....</b>	<b>130</b>
4.1	REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA .....	134
4.2	FAMÍLIAS E POLÍTICAS SOCIAIS EM GUARAPUAVA .....	140
4.2.1	<i>Família Mattos Leão.....</i>	<i>140</i>
4.2.2	<i>Família Rauen Silvestri.....</i>	<i>143</i>
4.2.3	<i>Família Ribas Carli.....</i>	<i>155</i>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>181</b>
	APÊNDICE A - ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM HISTORIADORES E PADRE.....	182
	APÊNDICE B - ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PREFEITOS E EX-PREFEITOS, DEPUTADOS E EX-DEPUTADOS DE GUARAPUAVA .....	183
	APÊNDICE C - PESQUISA APROVADA NO COMITÊ DE ÉTICA.....	184

## INTRODUÇÃO

A temática que envolve as relações de poder é amplamente estudada no meio acadêmico a partir de ângulos muito distintos, muito provavelmente em função da vivência e áreas de interesse dos pesquisadores. Este é o caso do presente estudo, uma vez que a sua motivação inicial vincula-se à necessidade de compreender a interferência das relações de poder na implementação das políticas sociais no município de Guarapuava-PR.

Trata-se de um município com mais de 200 anos, polo da região centro-sul do Paraná que, segundo o IBGE possuía, em 2010, 167.328 habitantes (IBGE, 2010). E, apesar da maior parte da população (152.993 dos seus habitantes) residir em área urbana, mantém vínculos estreitos e se orgulha de seus hábitos campeiros, de maneira que expressões como “vivemos em uma cidade muito conservadora”, “aqui é a república dos coronéis”, “manda quem pode e obedece quem tem juízo” são comumente reproduzidas pela população e fazem parte da identidade local.

A aproximação à temática durante o mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2005, em um estudo sobre a implantação da política de assistência social no município, permitiu observar que as relações de poder têm sido estudadas no âmbito local, e confirmou a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre as particularidades de Guarapuava nesse campo.

Nesse sentido, vários estudos realizados nas áreas das ciências sociais e humanas<sup>1</sup> analisam as particularidades das relações de poder local. Segundo alguns deles, o poder político está concentrado em poucos grupos de tradição local que detêm o poder econômico, inserem-se no espaço político e nele se perpetuam ao longo de gerações. Como afirma uma das estudiosas da questão, Marcia da Silva (2005, p. 103), “Nesse universo, o conservadorismo é utilizado como uma forma de proteção, em particular no que se refere à aceitação de outros no grupo ou na inserção em novos contextos sociais”.

Ocupantes de cargos públicos eletivos são oriundos de algumas poucas famílias que, em geral, detêm o poder econômico através da posse das terras, das

---

<sup>1</sup> Abreu (1986), Marcondes (1998), Silva (2002), Silva (2005), Santos (2007), Tembil (2007), Silva (2010) e Fernandes (2010).

empresas e dos meios de comunicação na região, e repassam esses cargos através de gerações. Esse fenômeno pode aparentar ser natural, muitas vezes até concebido na lógica do que “é porque sempre foi”<sup>2</sup>, no entanto, é expressão da construção histórica da política local, sendo necessário desvelar os elementos que tornam o município de Guarapuava um terreno fértil de reprodução de estruturas de poder de tipo tradicional. Pois, como diz Nogueira (2008), o tema do poder não aceita indiferença, ele está em toda parte, tem muitas facetas, múltiplas dimensões e inúmeras falas, de maneira que não temos o direito de ignorá-lo, sendo necessário compreendê-lo.

Este tipo de reprodução do poder configura-se como uma forma de exercício da política desenvolvida através de práticas sustentadas pela troca de favores, pela personificação do poder, buscando a preservação do *status quo* estabelecido e a valorização do instituído no passado. O uso de práticas clientelistas e patrimonialistas tem sua essência na ausência de distinção entre o público e o privado e, nesta lógica, os interesses particulares dos detentores do poder se distanciam dos interesses públicos, coletivos da sociedade.

Nesse cenário, as políticas sociais em Guarapuava são implementadas há décadas. Sob a égide da lógica do poder tradicional, há espaços para a reprodução de relações pautadas no patrimonialismo, coronelismo, clientelismo e nepotismo. A experiência como profissional quando do processo de implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) na região de Guarapuava – PR, e mais tarde também como docente do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), pela via da supervisão de estágio curricular nas várias áreas da política social local, confirmam essa lógica.

As políticas sociais como mecanismos do Estado de enfrentamento da “questão social” visam a manutenção e reprodução da força de trabalho, e sua compreensão exige a consideração de que a dinâmica societária é permeada por avanços e retrocessos que expressam os conflitos entre o poder do Estado e a luta dos trabalhadores para a ampliação dos direitos de cidadania. Desse modo, o espaço das políticas sociais deve ser entendido como produto histórico concreto no contexto da estrutura capitalista e, nessa perspectiva, a política social apresenta-se como uma área de complexa reflexão.

---

<sup>2</sup> Expressão ilustrativa para se referir à dominação tradicional, utilizada por Raymundo Faoro (1998) em sua obra *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*.

Em uma primeira aproximação ao problema de pesquisa, a busca foi por responder às indagações sobre o movimento, aparentemente contraditório, imposto pelas práticas típicas do uso do poder de tipo tradicional nas políticas sociais locais em um contexto de ampliação de direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. O modelo de proteção social proposto pela Constituição estabeleceu um novo paradigma ao avançar na proposta de construção de uma seguridade social universal e democrática, indicando o rompimento com as práticas centralizadas, assistencialistas e clientelistas que dominavam as ações de política social no país até então.

Desta maneira, foi conformado o objetivo desta pesquisa que consiste em contribuir para a compreensão da existência dos fenômenos que tornam Guarapuava um terreno fértil de reprodução de relações pautadas em fundamentos do poder tradicional - constitutivos do modelo brasileiro de organização estatal -, através de suas expressões no domínio sobre as políticas sociais nas instituições de saúde, educação e assistência social, dentre outras existentes, seja na rede filantrópica ou, diretamente, nos serviços públicos.

Ao buscar a fundamentação teórica e o caminho metodológico que viabilizasse a análise das particularidades deste estudo, foram fundamentais as obras clássicas que tratam da formação do Estado brasileiro. Alguns livros essenciais de um primeiro grupo de autores contribuíram para a compreensão dos fundamentos socioculturais da sociedade brasileira, dentre elas “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro” de Raymundo Faoro (1998), “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (2006), “O poder do atraso: ensaios de sociologia de uma história lenta” de José de Souza Martins (1994) e “A construção da ordem: a elite política imperial” e “Teatro das Sombras: a política imperial” de José Murilo Carvalho (2010).

De outro grupo de livros foram extraídas as bases que sustentam a discussão sobre a formação econômica do Brasil: “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” de Florestan Fernandes (1987), “A Evolução Política do Brasil” e “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Júnior (1980; 2006), e ainda, “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado (1982).

Assim, ao buscar reconstituir uma “imagem do Brasil”<sup>3</sup> através da análise dos elementos da formação do Estado brasileiro, buscou-se compreender o Brasil

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Carlos Nelson Coutinho (2000).

contemporâneo. A partir disso, refletir sobre o caráter de dominação do Estado e de repressão de uma classe sobre a outra ao qual ele dá legitimidade e justifica politicamente por meio do atendimento dos interesses tanto particulares como gerais da classe dominante.

Porém, foi o caminho reflexivo proposto pelo Professor Ricardo Costa de Oliveira que permitiu articular as grandes questões da formação social, política e econômica brasileira, com o objetivo proposto neste estudo. Parte-se do pressuposto de que para se estudar as estruturas de poder primeiramente é necessário entendê-las como construções históricas, não sendo possível, porém, analisá-las de forma abstrata. Assim, essas relações se materializam em situações objetivas de posse e riqueza e se reproduzem por meio de redes de parentesco, que são redes sociais e também políticas.

A partir das principais obras de Oliveira, tais como “O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado do Paraná” (OLIVEIRA, 2001) e “Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil” (OLIVEIRA, 2012), foi possível compreender que o estudo das classes dominantes passa pelo estudo das famílias, da reprodução do poder, da riqueza e da desigualdade social de forma hereditária, surgindo daí o caminho metodológico adotado na pesquisa que rastreia as principais famílias que dominam o cenário político de Guarapuava e sua inserção na área das políticas sociais.

Inserida desta maneira no espaço de reflexão sobre o Estado e sua relação com as políticas sociais, buscou-se apresentar um quadro reflexivo sobre as principais correntes que tratam das políticas sociais e de suas funções, e as polêmicas decorrentes do tema. Nessa direção foram utilizadas obras de autores de referência como José Paulo Netto (2006) com “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, Potyara Pereira (2008) em “Política Social: temas & questões”, Vicente de Paula Faleiros (1991) com a sua obra “O que é política social”, e Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2006) em “Política Social: fundamentos e história”.

As políticas sociais são planejadas nas esferas do Estado e como tais se realizam também como estruturas de poder. Na realidade brasileira, sua execução ocorre prioritariamente nas estruturas diretamente estatais ou em articulação com os espaços do privado, da filantropia ou do público não estatal. Assim, também a execução das ações de saúde, educação, assistência social, entre outras políticas,

realizam-se como instrumentos de poder, em que a relação entre o público e o privado não fica clara para toda a sociedade.

A incorporação de uma reflexão sobre a construção da máquina administrativa do Estado brasileiro foi necessária para a discussão sobre os limites das políticas sociais no Brasil como instrumentos de garantia e ampliação de direitos sociais. Na obra de Marco Aurélio Nogueira (1998) “As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado”, ficam claras as raízes que sustentam práticas patrimonialistas na lógica da administração pública brasileira desde a década de 1930. Para o autor, a forma particular de desenvolvimento capitalista em nosso país não permitiu rupturas na construção da administração pública.

No que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais específicos da realidade de Guarapuava, esta tese fundamenta-se nos estudos sobre a formação do estado do Paraná e do município de Guarapuava, buscando a compreensão das múltiplas determinações que configuram o poder político no estado e no município. Essa aproximação foi realizada através do estudo de autores locais que realizaram, por iniciativa pessoal, registros de memórias familiares e de fatos da vida social e política de Guarapuava, assim como estudos de natureza acadêmica sobre os principais aspectos constitutivos do município. É inevitável observar que em parte dessa produção estão imbricadas essas duas motivações.

No primeiro caso, destacamos os livros “Guarapuava fases históricas ciclos econômicos: das missões jesuíticas do século XVI à modernidade do século XXI” e “Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos e sua história” de Nivaldo Kruger (2010; 2007), e “Povoamento de Guarapuava: cronologia histórica” e “Cel. Luiz Daniel Cleve: memória histórica”, de Jeorling Cordeiro Cleve (2009a; 2009b).

No segundo grupo, destaque-se a contribuição das obras “A Posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava” da historiadora Acioly Therezinha Gruber Abreu (1986) e “Guarapuava: história de luta e trabalho” da também historiadora Gracita Gruber Marcondes (1998), referências para praticamente todos os estudos sobre a região.

Dentre estes estão “A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais” de Joceli Maria Silva (2002), “Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná” de Márcia da Silva (2005), “De Lustosa a João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)” de Walderez Pohl da Silva (2010), “Os caminhos do tropeirismo em Guarapuava” de Raquel Virmond

Rauen Dalla Vecchia (2000), “Visconde de Guarapuava: personagem na história do Paraná: trajetória de um homem do século XIX” de Zeloí Aparecida Martins Santos (2007), “Poder & Comércio: a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970)” de Marco Aurélio Machado Fernandes (2010), “Em busca da cidade moderna: Guarapuava – recompondo histórias, tecendo memórias” de Márcia Tembil (2007) e “Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro” de Jorge Fávaro (2014).

Ainda, em um esforço de maior aproximação com a história local, realizamos entrevistas. A primeira com a historiadora Gracita Gruber Marcondes (GGM), a segunda com a professora de história, organizadora e responsável pelo Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém e ainda, presidente do Instituto Histórico de Guarapuava, Zilma Dalla Vecchia (ZDV), a terceira com o ex-prefeito de Guarapuava, Nivaldo Kruger (NK), que há duas décadas vêm produzindo conhecimento sobre a história de Guarapuava.

Foram entrevistados também o Padre Armando Holocheski (AH) que, na década de 1950, era o sacerdote da Paróquia Nossa Senhora do Belém e desde então tem se dedicado ao estudo da história de Guarapuava. E o organizador e mantenedor da Casa Benjamim C. Teixeira – Historiografia de Guarapuava, Murilo Walter Teixeira (MWT)<sup>4</sup>.

Assim, foi lançada mão da metodologia da história oral que busca registrar impressões, vivências e lembranças daquelas pessoas que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade, e dessa forma permitir um conhecimento do vivido com maior riqueza de detalhes. A história oral é entendida como um método de pesquisa “[...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 1989, p. 52). Auxilia, assim, no estudo de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, e movimentos sociais.

A pesquisa bibliográfica foi complementada com a consulta a jornais, revistas e sites oficiais que tratam direta e indiretamente de temas relacionados a este estudo. No que diz respeito à base documental, foram utilizados os seguintes acervos

---

<sup>4</sup> Todos os entrevistados e entrevistas foram identificados no texto pelas iniciais de seus respectivos nomes

históricos: acervo da Catedral Nossa Senhora do Belém, acervo Histórico da UNICENTRO, acervo do Instituto Histórico de Guarapuava, acervo geral da Câmara Legislativa de Guarapuava e acervo da Casa Benjamim C. Teixeira – Historiografia de Guarapuava.

Muitos dados foram obtidos através de solicitação aos arquivos da Junta Comercial do Paraná e das Secretarias Municipais de Administração, de Saúde e de Assistência Social. Cabe observar que houve dificuldades de acesso aos dados, o que foi viabilizado apenas após solicitação formal, via memorando, aos acervos históricos, à Junta Comercial do Paraná e às secretarias municipais citadas, ressaltando que, apesar da morosidade das respostas, o único órgão que de fato não permitiu acesso às informações, não se manifestando, foi a Secretaria Municipal de Educação.

Ao pesquisar diretamente as famílias que dominam o poder político local na atualidade, foram realizadas entrevistas com o atual prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho (CSF) e com o ex-prefeito Fernando Ribas Carli (FRC). Com os atuais deputados estaduais que representam Guarapuava e região Bernardo Ribas Carli (BRC) e Artagão de Mattos Leão Junior (AMLJ). Todos são políticos pertencentes às três famílias que atualmente ocupam lugar de destaque no poder político local, ou seja, a família “Rauen Silvestri”, a família “Ribas Carli” e a família “Mattos Leão”.

Cabe destacar que, devido à indisponibilidade de agenda, as questões ao deputado Bernardo Ribas Carli foram enviadas via e-mail à sua assessoria, que nos disponibilizou as respostas em seguida. Registra-se que foram feitas tentativas de entrevistas com a deputada estadual Cristina Silvestri e com o ex-deputado Cezar Augusto Carollo Silvestri, sem sucesso.

Para as entrevistas<sup>5</sup>, realizadas de forma individual, agendadas a partir de um prévio contato, foram elaborados roteiros específicos com questões que remetiam à origem familiar, à inserção na política, à compreensão sobre políticas sociais e à inserção em segmentos específicos dessas políticas. Os roteiros, conforme Minayo (2004), são instrumentos utilizados para orientar uma conversa que possui uma finalidade e, neste sentido, são facilitadores da comunicação.

---

<sup>5</sup> No momento da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e assinado em duas vias, uma ficou com o sujeito e outra com a pesquisadora. A pesquisadora também assinou o termo de compromisso, sigilo e confiabilidade, cujo conteúdo reafirmou o seu compromisso ético com os materiais utilizados na pesquisa. Antes da entrevista, foi solicitada a autorização para a gravação e transcrição na íntegra. Depois de transcritas e editadas conforme a norma culta, porém, preservando as informações, os sentidos e as expressões das falas, as gravações foram apagadas. Após o término da pesquisa, as transcrições também foram apagadas.

A análise de conteúdo foi a forma utilizada para o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas. Entendida como a busca de ultrapassagem da descrição de conteúdos manifestos nas falas, indo além da aparência do que é comunicado, conforme a perspectiva da “[...] compreensão dos significados no contexto da fala [...] como critério de objetividade e cientificidade tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO, 2004, p. 307).

O resultado desse esforço de pesquisa é estruturado em quatro capítulos. No primeiro, foram abordados os aspectos socio-históricos, políticos e econômicos que determinaram a formação da classe dominante local a partir dos principais ciclos econômicos e suas expressões na reprodução da vida social local e regional.

No segundo capítulo buscou-se analisar a inserção e a articulação que, historicamente, essa classe estabeleceu com o poder político em Guarapuava focando-se na configuração das estruturas de poder local, discussão articulada a uma reflexão sobre as principais características da constituição do Estado brasileiro e as particularidades da gestão pública no Brasil e no Paraná.

O terceiro capítulo apresenta uma análise das políticas sociais como produto histórico que surge como mecanismo de enfrentamento da “questão social”. Nesta perspectiva, a política social é apresentada como uma área cuja reflexão está relacionada com o Estado e seus mecanismos de exercício e perpetuação de poder. Assim, tratou-se das principais perspectivas de análise da política social e da trajetória de sua implantação no Brasil, além de seus reflexos no município de Guarapuava.

No quarto capítulo identifica-se a forma como se reproduz o poder tradicional na área das políticas sociais no município de Guarapuava através da ação política das três famílias que atualmente ocupam lugar de destaque na política local. A reflexão está centrada na inserção dessas famílias na condução das políticas sociais em Guarapuava a partir de 1988, ano em que entram em vigor os novos paradigmas na área da proteção social no país.

Nas considerações finais estão sintetizadas as conclusões deste estudo que indicam que as políticas sociais são reconhecidas pelos principais grupos políticos locais como instrumentos de reprodução do poder político, configurando-se como um espaço privilegiado de reprodução do poder tradicional e, conseqüentemente, de perpetuação das desigualdades sociais.

## 1 A FORMAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE EM GUARAPUAVA

Guarapuava é um município localizado na região centro sul do Paraná, conhecido por suas tradições ligadas à origem campeira<sup>6</sup>. A ocupação da região decorre, no século XVIII, do processo de posse e expansão do território destinado à exploração de riquezas naturais pelos países europeus.

A economia do Brasil se constituiu a partir dos latifúndios, da monocultura, da mão de obra escrava, da exportação, e da dependência e subordinação à economia externa (FURTADO, 1982). Inicialmente, o território paranaense contribuía para a economia colonial com a mineração do ouro que, naquele contexto, era a atividade primária da metrópole. Como a atividade de produção de ouro no Paraná não obteve sucesso, uma economia complementar à atividade mineradora de outras regiões do país foi introduzida (WACHOWICZ, 2001). Neste caso, atividade de subsistência baseada na pecuária e posteriormente no tropeirismo<sup>7</sup>. Segundo Prado Junior (2000), a exploração de minérios e a criação de gado foram os principais fatores que determinaram o povoamento do interior do Brasil.

Neste sentido, a ocupação dos Campos de Guarapuava<sup>8</sup> foi motivada pela posição geográfica de proximidade à fronteira com as colônias espanholas - que naquela época não estava bem delimitada - e, portanto, pela necessidade de expansão do território.

Com sua origem vinculada à atividade pecuária, Guarapuava foi organizada a partir do sistema de sesmarias, o que resultou na construção de uma sociedade com grandes latifúndios, sustentada por hábitos, costumes e valores próprios da aristocracia fazendeira, a qual na época se configurava como a classe dominante local, na perspectiva de Faoro (1998).

Devido à grande concentração de campos naturais, a região de Guarapuava esteve, desde o início de seu povoamento, ligada a atividades econômicas de cunho

---

<sup>6</sup> Relativo às áreas predominantemente campestres do Paraná (SILVA, 2005). As sociedades campeiras são assim denominadas devido às atividades de comércio e transporte de gado.

<sup>7</sup> Atividade econômica que movimentou a região sul do Brasil Colônia. O termo deriva de tropa, uma referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadorias da região do Rio Grande do Sul para comércio em Sorocaba-SP.

<sup>8</sup> As terras do oeste e do sudoeste do atual estado do Paraná, e do oeste do atual estado de Santa Catarina, até final do século XIX, foram denominadas "Campos de Guarapuava" (MARCONDES, 1998).

extensivo e extrativo, e pouco integrada à economia nacional, basicamente em função das características estruturais da base produtiva (SILVA, 2005).

As atividades econômicas que perpassaram o processo de construção e desenvolvimento de Guarapuava foram a pecuária e o tropeirismo, a produção e extração da erva-mate, a extração da madeira e a agricultura. Essas atividades são caracterizadas pelas obras sobre a história de Guarapuava “A Posse e o uso da Terra: modernização agropecuária de Guarapuava” de Abreu (1986) e “Guarapuava: história de luta e trabalho” de Marcondes (1998), como ciclos econômicos. Certamente isso decorre da importância desses ciclos na história local, ainda mais quando se parte do pressuposto de que os fatores sociais, políticos e culturais, em grande parte, possuem determinações econômicas.

#### Quadro 1: Ciclos Econômicos da região de Guarapuava

CICLOS ECONÔMICOS	
ATIVIDADE	PERÍODO
Pastorial/Pecuária	a partir de 1810
Erva-Mate	a partir de 1830
Tropeirismo	a partir de 1844
Madeira	a partir de 1940
Agricultura	a partir 1950

Fonte: Abreu (1986); Marcondes (1998); Dalla Vecchia (2000); Kruger (2007); Tembil (2007); Favaro (2014).

Org.: a autora.

Favaro (2014)<sup>9</sup>, em seu estudo sobre a política de desenvolvimento territorial rural de Guarapuava, salienta que esses ciclos marcaram a história do território guarapuavano. No entanto, o autor ressalta que os referidos ciclos não são exclusivos em cada momento, pois há concomitância e paralelismos entre eles. E mais, que é importante entender que esses ciclos, apesar de distintos entre si, possuíam características comuns, tais como a forma de reprodução do capital, a exploração do trabalho e a reprodução “*in natura*” para o mercado externo sem o beneficiamento/agro industrialização no território local. Segundo Favaro (2014, p. 30),

[...] todos esses ciclos tiveram situações comuns que contribuíram significativamente com a formação econômica, social e política, mas

<sup>9</sup> Docente do curso de Veterinária da UNICENTRO, sua pesquisa resulta de seu doutorado em Geografia, realizado na UFPR.

principalmente fundiária do território em questão, em especial no que se refere aos seguintes pontos: a) atividade baseada na exploração da força de trabalho camponesa; b) produtos extraídos no território, porém beneficiados em outros municípios não pertencentes a este recorte, fator que não gerou valor agregado; c) fortalecimento das elites fazendeiras oriundas das sociedades campeiras portadoras do poder econômico e político do território; d) aumento das grandes propriedades de terra, principalmente em extensão de áreas e; e) marginalização da classe trabalhadora /camponesa.

Até meados do século XX, a economia da região ainda se caracterizava pela baixa densidade populacional e baixos índices de produtividade nos espaços do campo dominados pela aristocracia fazendeira (SILVA, 2002). Essa realidade começou a sofrer alterações a partir da década de 1950, impulsionada pela política de incentivo à vinda de imigrantes para a região. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela transformação do sistema produtivo regional, o que resultou na alteração das formas de posse e uso das terras. Essa nova dinâmica modernizou o contexto local, alterando o cenário econômico e político. No entanto, estudos como o de Joseli Silva (2002) e o de Marcia Silva (2005)<sup>10</sup> alertam para o fato de que essa modernização ocorreu no marco de uma tradição local.

As pesquisas já realizadas sobre as particularidades da formação histórica de Guarapuava têm contribuído significativamente para a compreensão dos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que determinaram a sua formação. Dentre essas particularidades, destacamos a concentração fundiária, a chegada tardia dos imigrantes e o isolamento da região devido à ausência de vias de transporte, permitindo um sistema de dominação política local de longa duração.

Frente a isso, e com a perspectiva de compreensão do processo de formação da classe dominante da região, busca-se aqui resgatar as raízes históricas de Guarapuava, tendo como perspectiva a concepção de que os elementos do passado preservam-se e se articulam no presente (MARTINS, 1994). São apresentados aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que determinaram a formação da classe dominante de Guarapuava numa perspectiva que considera a processualidade dos fenômenos sociais e sua historicidade, tendo como interesse particular o rastreamento das origens das famílias que dominaram economicamente a região.

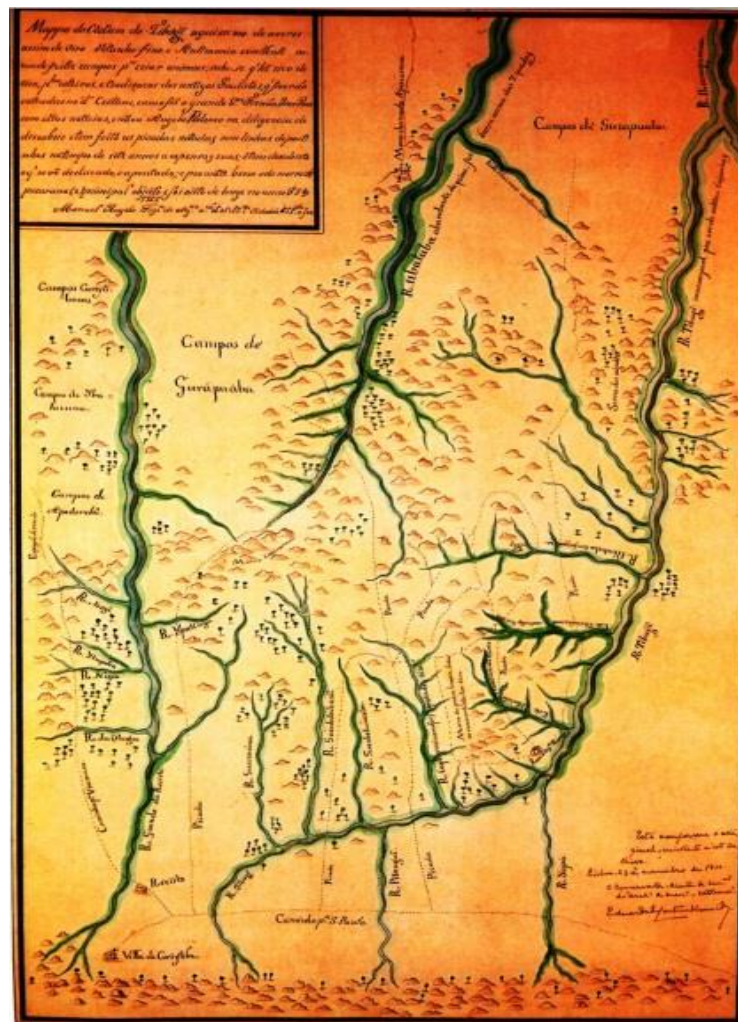
---

<sup>10</sup> Os estudos “A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais”, de Joseli Maria Silva e “Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná”, de Marcia Silva, são resultado de suas pesquisas de doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade Estadual Paulista, respectivamente. Joseli Silva foi docente do curso de Geografia da UNICENTRO e atualmente é docente do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da UEPG. Marcia da Silva é docente da graduação e da pós-graduação em Geografia da UNICENTRO.

## 1.1 OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

A descoberta dos Campos de Guarapuava fez parte da estratégia política portuguesa em defesa das fronteiras após a anulação do Tratado de Madrid<sup>11</sup>, em 1765. A chegada ao centro do Paraná atendeu os interesses da economia colonial quanto à tomada de posse e expansão da área de exploração territorial. O mapa a seguir interpretado por Picanço e Mesquita (2011), mesmo apenas ilustrativo, representa os Campos de Guarapuava desde a margem direita do rio do Registro (Iguaçu) até próximo à barra do Tibagi, no Paranapanema.

**Figura 1: “Mappa do Certam do Tibagi”**



Fonte: Picanço e Mesquita (2011).

<sup>11</sup> “Com o Tratado de Madrid, no Paraná, a fronteira recuou da linha de Tordesilhas até o Rio Paraná, tal qual se encontra em nossos dias. Porém, em 1761, em virtude de contingência políticas europeias, Portugal e Espanha entraram em guerra, o que veio a anular o tratado de limites. Voltou, pois, a reinar confusão, e recrudesceram as antigas lutas nas fronteiras meridionais do Brasil” (WACHOWICZ, 2001, p. 29).

Com o fracasso da atividade de extração de ouro, introduziu-se no território paranaense a atividade pecuária. A alta procura pelos produtos desta atividade impulsionou a sua expansão no território ocidental do Paraná, como foi o caso da região dos Campos de Guarapuava.

A Coroa Portuguesa, representada pelo Conde Oeyras, o Marques de Pombal, ordenou ao Capitão General de São Paulo, Morgado de Mateus, o envio de expedições para reconhecimento e ocupação dos vales do Iguaçu, Ivaí, Piquiri e aos Sertões do Tibagi, dos quais Guarapuava fazia parte. Para tal expedição, Morgado de Mateus enviou seu sobrinho, Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

Após algumas expedições de reconhecimento, os Campos de Guarapuava foram descobertos em 1770. No entanto, ficaram abandonados até a vinda de D. João ao Brasil<sup>12</sup>, em 1808, quando foram tomadas as primeiras providências visando à ocupação e ao povoamento da região e também à sua expansão. Desse modo, em 1810, em cumprimento à Carta Régia de 1º de abril de 1809, efetivou-se a Expedição Colonizadora dos Campos de Guarapuava, sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal<sup>13</sup>, subcomando do Tenente Antonio Rocha Loures<sup>14</sup> e, como catequista, o padre Francisco das Chagas Lima<sup>15</sup>.

Conforme estudos das historiadoras Marcondes (2010) e Abreu<sup>16</sup> (1986), a expedição colonizadora contava com militares, voluntários, colonos e escravos, entre

---

<sup>12</sup> O abandono se deu em função da falta de apoio logístico. Sem recursos de toda ordem, não havia como sustentar a expedição, principalmente frente aos inimigos, os índios, que eram cada vez mais numerosos e que estavam em seu próprio ambiente (CLEVE, 2009).

<sup>13</sup> Diogo Pinto de Azevedo Portugal nasceu em 1750, na Vila Bartolomeu dos Barqueiros, Portugal. Filho de Manoel Azevedo Portugal e Josefa Luiza de Jesus. Veio ao Brasil com 21 anos, como tripulante de um veleiro. Casou-se em São Paulo com Escolástica da Assunção, que logo lhe deixou viúvo e sem filhos. Casou-se novamente com Maria Rita, filha de Rita Ferreira Bueno e do falecido sargento-mor Francisco Xavier Pinto. Ele faleceu aos 70 anos de idade, no dia 03 de maio de 1820, na cidade de Castro, onde está sepultado debaixo do altar-mor da Igreja Matriz (MARCONDES, 2010).

<sup>14</sup> Antônio Rocha Loures nasceu em São José dos Pinhais, filho de João da Rocha Loures e Ana Ferreira de Jesus. Seus avós paternos eram Capitão Antônio João da Costa e Maria Rocha de Jesus e seus avós maternos, Bernardo Martins e Margarida de Oliveira. Casou-se com Joanna Maria de Lima, sobrinha de Padre Francisco das Chagas Lima. Cabe aqui acrescentar que “Antônio da Rocha Loures provinha da linhagem de Mateus Martins Leme, capitão-provedor de Curitiba em 1668, e sua mulher, Joana Maria da Luz, que era filha de Manoel José Barbosa (de Portugal) e de Ana Maria, descendente de Joana Gracia das Neves, neta de Baltazar Carrasco dos Reis, também um dos pioneiros povoadores de Curitiba [...]” (CLEVE, 2009, p. 43).

<sup>15</sup> Padre Francisco das Chagas Lima nasceu em Curitiba, filho do sargento-mor Miguel Gonçalves de Lima e de Maria Paes dos Santos (CLEVE, 2009). Em entrevista, Padre Armando Holocheski afirma que “*Padre Chagas era tio materno do Tenente Antônio Rocha Loures, sua mãe era irmã de Padre Chagas*”.

<sup>16</sup> Historiadoras guarapuavanas e professoras aposentadas da UNICENTRO. Há décadas se dedicam ao estudo da história de Guarapuava e possuem várias obras publicadas. Cabe destacar que elas são irmãs e descendentes de uma família tradicional de Guarapuava.

eles mulheres e crianças, totalizando 300 pessoas, que chegaram a Guarapuava em 17 de junho de 1810 e se instalaram na localidade de Atalaia, escolhida devido à condição estratégica, com excelentes pastagens, abundância de água, mato próspero de madeira para construção e lenha, além de ótimas terras para plantações.

Um episódio brutal marcou esses primeiros tempos de povoamento. No dia dois de julho de 1810, foi realizada no Atalaia a primeira missa que denominou o local de Campos da Santíssima Trindade. Alguns dias depois, em julho, de 30 a 40 índios Camés aproximaram-se pacificamente do acampamento e foram recebidos pela expedição com presentes. Como forma de agradecimento, dias depois, os índios retornaram ao acampamento trazendo suas filhas solteiras como presente para os soldados da expedição. Mas estes rejeitaram a oferta em obediência a Padre Chagas, que já os havia admoestado a não se aproximarem das índias sob a pena de excomunhão (FERNANDES, 2010). Em decorrência da recusa do presente, na madrugada do dia 29 de agosto de 1810, cerca de dois mil índios travaram uma batalha com os soldados da expedição e, segundo Macedo (1995), os indígenas se retiraram do local com vários mortos e feridos. A partir desse episódio, passaram a fazer emboscadas contra os brancos.

Segundo anotações de Padre Chagas (MARCONDES, 2010), havia em Guarapuava três nações inimigas entre si: os Camés, os Votorões e os Cayeres. Em 1812, os Camés e Votorões se reuniram por convocação do cacique Antonio José Pahy<sup>17</sup>, sujeitando-se à expedição localizada no Atalaia.

Os índios que aceitaram conviver 'pacificamente' com os povoadores, submetendo-se às suas ordens, ao longo do processo de ocupação dos Campos de Guarapuava, foram utilizados como força de trabalho pelos fazendeiros, na conquista de novas terras. Aqueles que não aceitaram a submissão, por se considerarem os verdadeiros donos do território, foram dizimados (SANTOS, 2007, p.170).

Grande parte dos Votorões, porém, sob o comando de Hypólito Candoy, fugiu para o sertão e os que restaram, aos poucos, foram paulatinamente catequizados. Já os índios Cayeres foram para os campos do oeste. Destaca-se que a catequese foi o

---

<sup>17</sup> Na ocasião da chegada da Expedição Colonizadora nos Campos de Guarapuava, o índio Pahy tinha 25 anos e era o cacique dos caciques, com autoridade de um pai. Após a guerra travada contra a expedição, foi capturado, vindo a residir no povoado do Atalaia. Lá aprendeu a língua dos brancos e tornou-se intérprete de seu povo. Também auxiliou Padre Chagas na organização do primeiro dicionário Kaingang, facilitando o processo de catequização dos índios (MARCONDES, 2010).

instrumento utilizado para pacificação dos índios, permitindo o povoamento da região sem a ameaça de ataques.

Seguindo as determinações da Carta Regia de 1809, Diogo Azevedo Portugal iniciou a colonização da região com a distribuição das sesmarias. A concessão das sesmarias foi vinculada à comprovação de capacitação financeira e de coragem de desbravador para contribuir com o desenvolvimento dos projetos de ocupação dos campos de Guarapuava. Esse sistema de distribuição de terras foi decisivo para o estabelecimento de grandes propriedades na região, cujos donos eram oriundos de grupos familiares vindos de São Paulo, de Curitiba e dos Campos Gerais.

Para Marcondes (2010), as atividades econômicas foram organizadas respeitando o contexto local, ou seja, primeiro desenvolveu-se a cultura de subsistência para o abastecimento dos povoadores e, concomitantemente, a pecuária extensiva para alavancar a economia nascente.

Seguindo a mesma lógica de ocupação de terras no Brasil, em Guarapuava, os primeiros a tomarem posse das sesmarias foram seus próprios povoadores. Diogo Azevedo Portugal tomou posse da área onde hoje se encontra a cidade de Guarapuava. Padre Chagas e Rocha Loures também receberam suas áreas (MARCONDES, 2010). Nessa ocasião, foram beneficiados alguns fazendeiros que colaboraram com a expedição colonizadora. Fato verificado por Cleve<sup>18</sup> (2009, p. 29) em seu estudo sobre o povoamento de Guarapuava.

[...] os primeiros povoadores dos Campos de Guarapuava foram pessoas que colaboraram, mediante fornecimento de somas de dinheiro, mão-de-obra e até mesmo de provisões de alimentos, para o sucesso da Expedição de Conquista e Povoamento comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal a partir de 1809, recebendo, como compensação a concessão de terras em pagamento.

Com o objetivo de expandir a exploração do território e integrar os Campos de Guarapuava com a região sul<sup>19</sup>, Diogo Azevedo Portugal designou Atanagildo Pinto Martins para comandar a tarefa de desbravar, pelo oeste, o Caminho das Missões.

---

<sup>18</sup>Jeorling J. Cordeiro Cleve é guarapuavano e desembargador aposentado. Bisneto do Coronel Luiz Daniel Cleve e de Francisca Guimarães Cleve, filha do Capitão Antonio Alves Guimarães e Ana Ferreira da Rocha - bisneta do Capitão Antonio Rocha Loures. Portanto o autor é descendente de família tradicional local. Ele é autor dos livros "Cel. Luiz Daniel Cleve: memória histórica" e "Povoamento de Guarapuava: cronologia histórica".

<sup>19</sup> O único caminho existente era o de Viamão, em direção ao extremo leste do Rio Grande do Sul.

Kruger<sup>20</sup> (2010), ao tratar especificamente dessa missão relata que Atanagildo Martins seguiu com um pequeno grupo formado por soldados, civis, e pelo índio Jon-Jong conhecedor daquela região. A tropa conseguiu chegar até São Borja das Missões, na fronteira com a Argentina. No retorno, o índio Jon-Jong e mais seis homens do grupo foram vitimados por uma emboscada dos índios Ibiturunas. Atanagildo Martins conseguiu retornar ao Atalaia e oficializou a descoberta do Caminho das Missões e dos Campos de Ibiturana, denominado de Campos de Palmas.

Quanto a essa missão, Dalla Vecchia<sup>21</sup> (2000), em seu estudo sobre o tropeirismo em Guarapuava, relata que a exploração do Caminho das Missões ocupou a Real Expedição de novembro de 1815 a julho de 1816. Mas seus resultados não foram imediatos, situação que desagradou tanto Atanagildo Pinto como Diogo Azevedo Portugal. Mas, segundo a autora, foi por meio das explorações realizadas por Atanagildo Pinto Martins, em 1815, e da abertura do Caminho das Missões em 1816, que foi possível mais tarde abrir novos roteiros para o tropeirismo e para o povoamento dessas regiões.

Em virtude de a localidade Atalaia situar-se em lugar considerado perigoso pela exposição aos ataques dos índios, Diogo Azevedo Portugal iniciou a construção da nova cidade na localidade denominada Campo Real. Porém, Padre Chagas opunha-se a essa escolha bem como ao aldeamento dos índios junto ao povoado.

Ele defendia a ideia de criação da freguesia<sup>22</sup> na planície entre os rios Coutinho e Jordão. Com o apoio e intervenção do Bispo D. Matheus, acabou prevalecendo a vontade do Padre e foi, a partir da fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém, que a localidade Atalaia passou a ser habitada somente pelos indígenas catequizados e alguns soldados, conforme desejo de Padre Chagas.

Esse embate constante causado pela disputa de poder entre as duas maiores autoridades da expedição colonizadora levou a Junta Real da Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava a suspender a construção da cidade em Campo Real e

---

<sup>20</sup> Nivaldo Kruger é agropecuarista e político guarapuavano. Foi vereador, prefeito de Guarapuava por três mandatos, deputado estadual, deputado federal e senador. Ocupou os cargos de presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e presidente da Paraná Ambiental. Há décadas fotografa e escreve sobre a história do Paraná e de Guarapuava. Dentre seus livros, destacam-se “A Primeira República”, “Guarapuava: Fases Históricas Ciclos Econômicos” e “Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos e sua história”.

<sup>21</sup> Docente do curso de economia da UNICENTRO, seu estudo sobre o tropeirismo é resultado de sua pesquisa de mestrado em História pela mesma instituição. Ela é irmã da deputada estadual Isabel Cristina Rauen Silvestri. Como será demonstrado, descendente de família tradicional local.

<sup>22</sup> “Pequena povoação, divisão menor de uma diocese, sobre a qual tem jurisdição um padre” (CLEVE, 2009, p. 81).

também a ordenar a transferência provisória de Diogo Azevedo Portugal para Linhares<sup>23</sup> (MACEDO, 1995).

Sobre o poder e influência de Padre Chagas nesses primeiros tempos de povoamento da região, Padre Armando Holocheski, que na década de 1950 foi o sacerdote da Paróquia Nossa Senhora do Belém e desde então se dedica ao estudo da história de Guarapuava, comenta que:

*Padre Chagas fez o trabalho para os índios e também o trabalho para a expedição. Ele quem planejou a cidade, ele quem trabalhou na construção da cidade. E por ser um homem culto, que escrevia muito bem, ele tinha muita influência política. Ele era de dizer as coisas, inclusive por escrito. Quando se opunha a alguma coisa, pegava o cavalo e ia até São Paulo. Guarapuava sobreviveu graças ao trabalho do padre Chagas e de Rocha Loures, porque Azevedo Portugal, por questões de ingerência política, foi afastado do comando da expedição. Foi afastado em 1816 e reconduzido só em 1818 e ele estava voltando para Guarapuava para tomar posse de novo da expedição, e morreu no caminho (AH).<sup>24</sup>*

Em 1816, o Tenente Antônio Rocha Loures, subcomandante da expedição colonizadora, e casado com a sobrinha do Padre Chagas, substituiu interinamente o comandante Diogo Azevedo Portugal e nessa condição assumiu a tarefa de distribuição das sesmarias.

Abreu (1986), em seu estudo sobre a posse e o uso da terra em Guarapuava, com base nos escritos de Rocha Loures, ressalta que praticamente todas as sesmarias tinham excesso de áreas, o que indica que os sesmeiros da região de Guarapuava foram beneficiados com área de terra e, sobretudo, demonstra que o sistema das sesmarias foi o tronco do qual originaram muitas das grandes propriedades rurais da região.

Em 1819, Antonio Rocha Loures e Padre Chagas lavraram o Formal de instalação e demarcação da Freguesia de Nossa Senhora do Belém, no local da sesmaria que pertencia a Diogo Azevedo Portugal e onde hoje se encontra a cidade de Guarapuava. Na ocasião da instalação da freguesia, Guarapuava contava com uma população branca de 118 pessoas, e com rebanho local de 4552 cabeças de gado (ABREU, 1986).

---

<sup>23</sup>“Um dos acampamentos – base que apoiaram a marcha da expedição para os Campos de Guarapuava” (FERNANDES, 2010, p. 17).

<sup>24</sup> Entrevista concedida a Solange Fiuza, em 08 de agosto de 2014.

Se o dia 11 de novembro de 1818 representa o nascimento “de direito” da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, o dia 09 de dezembro de 1819 representa o seu nascimento de fato (MARCONDES, 2010). Mesmo dependendo juridicamente do Distrito de Castro e da Província de São Paulo, a constituição da Freguesia representou um momento expressivo na política local. Em relação a isso, Cleve (2009) comenta que:

Era pouco, mas enfim era uma conquista e um primeiro passo para sua emancipação política, que haveria de acontecer anos depois. Agora, porém, atos como batizados, registros de nascimentos, casamentos e óbitos, e tantos outros, com eficácia civil, já poderiam ser feitos na própria localidade, perante o pároco da Igreja Católica Apostólica Romana, por sua ligação com o Estado lusitano (CLEVE, 2009, p. 91).

Pela influência do Padre Chagas, a Igreja Católica passou a ter, num primeiro momento na figura do Vigário, alguma jurisdição sobre a cidade. Mais tarde, com a fundação da Matriz Nossa Senhora de Belém, a Igreja Católica local passou a estabelecer as regras de reprodução da vida social, como relata Silva (2002):

Além das missas dominicais, dos casamentos e batizados, as festas da padroeira Nossa Senhora de Belém representavam um evento de importância na conquista de prestígio diante da sociedade local. As listas de doações para a igreja eram divulgadas, e a exaltação das famílias contribuintes lhes rendia pontos na escala social [...] a força e o prestígio da Igreja Católica se dava pelo valor simbólico a ela atribuído pela sociedade local, caracterizando uma relação de interdependência, pois a própria Igreja, em muitos momentos, cedia às regras do contrato social estabelecido, subordinando-se à vontade da elite local (SILVA, 2002, p. 76).

A Igreja Católica, portanto, representou um marco civilizatório em Guarapuava, em torno dela se estabeleceram os códigos de postura, os valores e as crenças da população.

No momento de fundação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, a conjuntura brasileira era de crise da cultura do açúcar e tinha início a introdução da cultura do café, fato que alterou o contexto econômico nacional. Isso, no entanto, pouco alterou o modelo social do engenho, já que o poder econômico e político continuava com a elite rural do país. Sempre com a perspectiva de manutenção do *status quo*, essa elite promoveu um processo de pressão junto à Coroa portuguesa no sentido de reverter alguns aspectos da organização local. A Coroa, por outro lado, tinha como incumbência a perpetuação dos interesses e das vantagens que o estatuto colonial lhe proporcionava. O impasse derivado do choque entre esses interesses fez

surgir a necessidade de uma mudança, urgia algum acontecimento que revolucionasse aspectos da ordem societária vigente e, ao mesmo tempo, conservasse a lógica de dominação. Esse embate entre a Coroa portuguesa e a elite dominante da época, segundo análise de Fernandes (1987), foi um dos fatores que determinaram a independência do Brasil em 1822.

A partir disso, segundo o autor, iniciou-se o processo de construção do Estado brasileiro, o que exigia a formação de uma burocracia própria. Diante disso, nas análises de Faoro (1998) e Martins (1994), a estratégia de manutenção do poder político por parte das elites nativas foi à absorção de funções administrativas, jurídicas e políticas que sustentaram a ordem legal estamental<sup>25</sup> burocrática que surgia nesse contexto.

O período imperial, segundo análise de Costa (2006) em seu estudo sobre a construção do Estado brasileiro, foi marcado por conflitos internos, dentre eles, as lutas por independência de regiões do país e pela República. Ainda, segundo a autora, toda administração pública foi baseada no poder dos “clãs locais”, racionalidade mantida em todas as regiões do país.

Nessa perspectiva, Guarapuava não fugiu à regra. Sua administração permaneceu com o Tenente Antonio Rocha Loures, que, em 1827, foi promovido a capitão, passando a ser conhecido como Capitão Rocha Loures. Até sua morte, em 1849, atuou em Guarapuava como militar, administrador, pecuarista e tropeiro.

O sistema das sesmarias no Brasil esteve vigente até o início do século XIX<sup>26</sup>. Depois, as terras começaram a ser adquiridas por meio de posses e ocupações, estabelecendo latifúndios maiores que os formados pelas sesmarias. Assim, a propriedade latifundiária da terra serviu como sólida base de orientação social e política na construção de Guarapuava. Na análise de Martins (1994), a organização da sociedade com base na grande propriedade freou as possibilidades de transformação social e foi o centro de um sistema político persistente.

Na tentativa de atender às frequentes solicitações de sesmarias após a instalação da Freguesia, o governo Imperial ordenou a demarcação de 36 mil alqueires. No entanto, foram poucos os sesmeiros que passaram a morar em Guarapuava, enviando apenas alguns capatazes e gado para o local. Fato que,

---

<sup>25</sup> “[...] camada organizada e definida politicamente por sua relações com o Estado, e, socialmente, por seu *modus vivendi* estilizado e exclusivista” (CAMPANTE, 2003, p. 154).

<sup>26</sup> Sua concessão foi suspensa pela Resolução de 17 de junho de 1822.

segundo Abreu (1986) e Marcondes (2010), prejudicou o desenvolvimento econômico da região.

Na tentativa de reverter essa situação, o presidente da província ordenou que as sesmarias fossem concedidas apenas aos indivíduos que residissem em Guarapuava, conforme correspondência datada de 03 de agosto de 1825 ao Tenente Antonio Rocha Loures, resgatada por Abreu (1986, p.61).

Apesar dessa medida, formaram-se grandes latifúndios pertencentes a poucos privilegiados que continuaram residindo nos grandes centros, como se pode comprovar pelo Rol de Paroquianos de 1835: de 46 fazendas de criar existentes nos campos de Guarapuava, 19 proprietários residiam fora, nos Campos Gerais e em Curitiba, perfazendo um total de 41,3%. Estas circunstâncias geraram toda a problemática das terras, agravada pela grande extensão territorial, a difícil comunicação e a pouca densidade populacional em relação a sua área. E por essas razões, em Guarapuava, como no território brasileiro, houve latifundiários, muitos posseiros e uma multidão de intrusos.

Nesse contexto, destaca-se a existência de uma carta de Padre Chagas enviada ao presidente da província de São Paulo, denunciando o comandante Antonio Rocha Loures de conceder sesmarias de três léguas de terras a pessoas que moravam fora do distrito, sem a devida autoridade. Com isso, afirma Abreu (1986, p. 61), “[...] a própria estrutura governamental contribui para que alguns proprietários se apossassem da maior fração da área territorial”.

A estrutura social determinada pela distribuição e ocupação de terras em Guarapuava resultou na construção de uma sociedade tradicional campeira<sup>27</sup>, em que as relações sociais reproduziam o modo de vida da aristocracia fazendeira da época. Conforme ilustrado por Silva (2002, p.47-48),

A casa grande da fazenda era morada principal do fazendeiro, embora possuísse também uma casa na cidade. Era na fazenda que se estabelecia sua vida cotidiana, rodeado de “peões”, que eram seus agregados e escravos. Estabelecia-se uma interdependência, na qual os agregados garantiam a legitimação e proteção da posse das terras dos fazendeiros, os quais lhe beneficiavam com o uso das terras que tinham posse, possibilitando sua existência. Essas relações de interdependência não eram criadas e mantidas nas trocas monetárias, mesmo porque o capital circulante era pequeno, mas em trocas de favores, fidelidade e lealdade.

---

<sup>27</sup> "Sociedade tradicional campeira" é utilizado para se referir à sociedade que, já no século XIX, dedicava-se à pecuária extensiva, como criadores e invernadores do gado do sul (SILVA, 2002).

Ainda, segundo a autora, a organização espacial da sociedade campeira, de origem luso-brasileira, foi mantida pelo patriarcalismo e pelos casamentos interfamiliares, perpetuando assim a grande propriedade e condutas sociais inerentes a ela.

Padre Chagas permaneceu em Guarapuava até 1828 e em 14 anos de catequese realizou 405 batismos, 48 casamentos de índios com índias neófitas e nove de brasileiros com índias (ABREU, 1986).

Os casamentos intrafamiliares também passaram a fazer parte da lógica do acúmulo e manutenção de riqueza da elite local, conforme relata Zilma Dalla Vecchia, professora de história, organizadora e responsável pelo Arquivo Histórico da Catedral Nossa Senhora de Belém e ex-presidente do Instituto Histórico de Guarapuava. Ao falar sobre o aspecto territorial de Guarapuava, a professora explica que

*[...] a preservação dessa área territorial também é um fator relevante, pois eles vão passando de geração a geração. E também se percebe que havia os casamentos e muito mais até entre famílias para aumentar a terra. Aumentar o poder econômico, aumentar a fazenda. Então ter uma grande fazenda era o objetivo, fazendo que eles procurassem os casamentos entre os seus pares [...](ZDV).<sup>28</sup>*

Consta no Arquivo Geral da Câmara Legislativa de Guarapuava que as primeiras sesmarias foram requeridas pelos povoadores de Guarapuava em 1818, sendo eles: Benedito Ayres de Araújo, Domingos Inácio de Araújo, Joaquim Gonçalves Guimarães, Joaquim José Oliveira, Manoel Mendes Sampaio, Francisco Siqueira Côrtes, Manoel de Araújo e Manoel Mendes Xavier. As famílias pioneiras de Guarapuava, assim, foram obviamente a família Rocha Loures, do Comandante Antonio da Rocha Loures, e a família Chagas Lima, do Padre Chagas, já com relações de parentesco que remontam à própria ocupação da região de Guarapuava.

Além delas, Marcondes (2010) cita as famílias Alves, Araújo, Mendes, Mendes de Araújo, Lustosa, Virmond, Ribas, Martins, Marcondes, Lopes Branco, Ayres, Silvério, Sampaio, Gonçalves, Almeida, Guimarães, Ferreira, Maciel Werneck, Cleve, Queiroz e Santa Maria. Cabe ressaltar que essas famílias são originalmente beneficiárias de sesmarias, e alguns de seus descendentes povoarão as páginas deste estudo.

Segundo Marcondes (2010, p. 130), tais famílias:

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 03 de setembro de 2014.

[...] reproduziram o mesmo estilo da “família patriarcal rural”, uma grande família com costumes conservadores, onde todos estavam submissos à autoridade do senhor: a esposa, os filhos solteiros e casados, netos, genros e noras, os escravos, agregados e, por laços de solidariedade, também os afilhados e os vizinhos que necessitavam de sua ajuda material ou proteção política.

As condições locais e o modelo econômico que fixou o homem à terra estabeleceram em Guarapuava uma sociedade rural, patriarcal e conservadora, paternalista, com famílias numerosas. “[...] assim, na vida doméstica imperavam os hábitos de moralidade e religiosidade, com um pai autoritário e a mulher e filhos submissos” (MARCONDES, 2010, p, 134).

No Brasil, o patriarcalismo foi um dos fenômenos que determinaram as relações sociais e políticas da sociedade. Sobre o sistema nele fundado, Prado Junior (2000, p. 294) afirma que quem “[...] realmente possui autoridade e prestígio é o senhor rural, o grande proprietário”. O autor explica que este foi um sistema decorrente da estrutura econômica concentradora de riqueza nas mãos de poucos. Sobre o assunto, para Sodré (1973, p. 202), “[...] tudo isso era perfeitamente possível e decorria num clima de relativa placidez enquanto o Brasil se apresentasse como um grande quadro rural, de que se originava toda a riqueza.”

A reprodução dessa racionalidade em Guarapuava foi comentada por Gracita Gruber Marcondes quando indagada sobre a origem do poder político local.

*O mando desde o começo de Guarapuava esteve nas mãos de poucas famílias que entre elas fizeram alternância no poder. No começo foi o Rocha Loures, Tenente Rocha Loures, que era sobrinho do Padre Chagas, que no início era quem mandava. Padre Chagas foi embora ficando o Rocha Loures. Depois de Rocha Loures, começou a mandar a família do Visconde de Guarapuava, que também era parente. Foi assim até a metade do século passado. Vieram os Camargo e depois voltaram porque o Bento Munhoz da Rocha era casado com a filha do Afonso Camargo. Afonso Camargo nasceu aqui em Guarapuava, foi governador do Paraná e o irmão dele foi prefeito aqui. Então o mando foi deles durante anos (GGM).<sup>29</sup>*

Sobre este tema, em entrevista, Zilma Dalla Vecchia faz menção a algumas famílias pioneiras de Guarapuava também elencadas por Marcondes (2010), destacando-as como a elite local.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 01 de agosto de 2014.

*Há muitos anos venho trabalhando com o Registro do Vigário<sup>30</sup> e aí você percebe muito a presença dos sobrenomes Araújo, Siqueira, Martins, Rocha Loures e que deixaram muitas famílias. Embora a gente perceba que alguns nomes politicamente não se destacaram, mas economicamente sim. No entanto, os nossos fazendeiros são os nossos nobres. A nobreza aqui é representada pelos fazendeiros, pela própria formação histórica de Guarapuava. Com as sesmarias, eles ficaram com muita terra. Era tanta terra que eles poderiam construir uma cidade em cima, pela quantidade de hectares que eles recebiam. E isso foi passando tradicionalmente para os seus descendentes. Então a gente observa que eles eram os que mandavam no poder local e eram os nossos nobres (ZDV).<sup>31</sup>*

No Brasil, a concentração da riqueza e do poder decorreram, em grande parte, da posse de terra e, segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (apud Castilho, 2012, p. 60), “[...] toda a ação das elites rurais sempre foi na contramão da lei”. Para o autor, os políticos com terras se perpetuam no poder num movimento simultâneo, tanto as propriedades como o poder são transmitidos em família.

Castilho (2012) relata que grande parte dos políticos paranaenses está vinculada ao latifúndio e, por aí passa uma teia de poderes familiares. O caso de Guarapuava segue a mesma lógica, as famílias que detinham o poder econômico na região eram as mesmas que detinham o poder político, poder este caracterizado, naqueles primeiros momentos de povoamento, pela posse das terras organizadas em latifúndios.

## 1.2O TROPEIRISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CAMPEIRA

A utilização das extensas terras da região de Guarapuava para a pecuária ocorreu em um processo que teve início com a ocupação dos Campos de Palmas em 1840. Essa ocupação caracterizou-se como um movimento oficial demandado pela necessidade de expansão econômica dos grandes proprietários de terras guarapuavanas, e também pelo caráter extensivo da pecuária e pelo seu baixo nível de produtividade à época (DALLA VECCHIA, 2000).

Em 1844, o Comandante Antonio Rocha Loures foi convocado pelo governo provincial para explorar uma nova estrada para as Missões, mas devido a sua idade

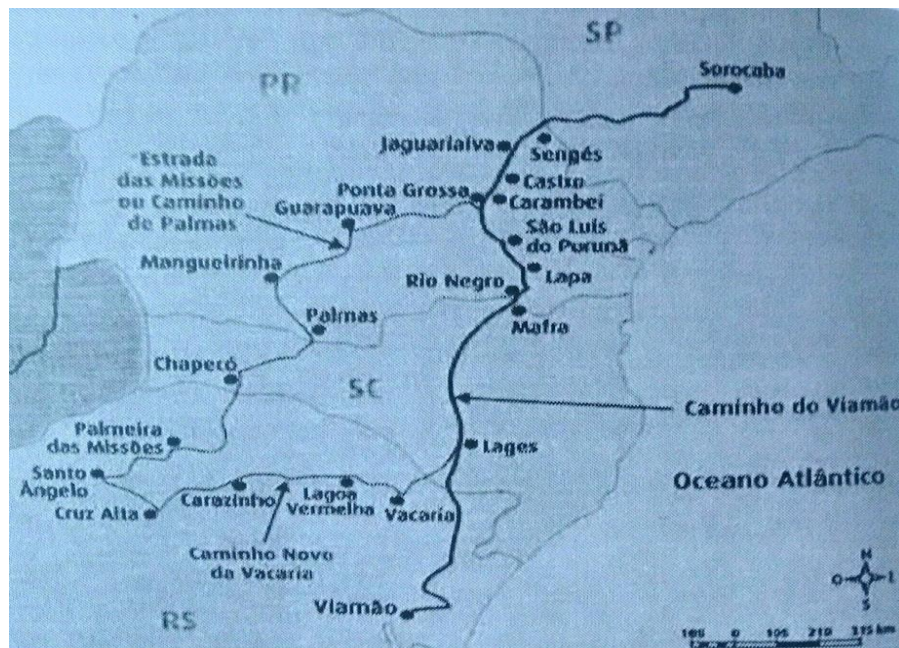
---

<sup>30</sup> Os vigários responsáveis pela paróquia tinham o poder de agir como agentes de governo. Eles escrituravam os livros de registros das propriedades de Guarapuava, por eles abertos, numerados, rubricados e encerrados (ABREU, 1986). Os livros encontram-se arquivados no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Belém.

<sup>31</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 03 de setembro de 2014.

avançada indicou seus dois filhos, Francisco e João Cypriano, para o substituir na missão. Eles, juntamente com uma comitiva, partiram de Guarapuava e após três meses de viagem abriram o novo Caminho das Missões<sup>32</sup> (Figura 2), o qual se tornou rota de passagem das tropas que vinham do Rio Grande do Sul rumo à Feira de Sorocaba<sup>33</sup>. Com isso, Guarapuava foi inserida na atividade tropeira.

**Figura 2: Caminho das Missões e Caminho do Viamão**



Fonte: CLEVE (2009).

No Brasil, o tropeirismo como atividade profissional teve início com a escassez de carne e de meios de transporte derivada da descoberta das minas de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A solução foi o transporte de gado das fronteiras do Brasil Meridional e regiões platinas (MARCONDES, 2010).

A passagem dos tropeiros por Guarapuava tanto impulsionou a economia da região como agregou novos hábitos e costumes à sociedade local. Entre eles, Marcondes (1998) destaca a indumentária das famílias tradicionais da época. Os homens vestiam bombachas, esporas de ferro tipo nazareno (como a coroa de

<sup>32</sup>“O caminho que ligou Guarapuava às Missões ficou conhecido como Estrada das Missões e, apesar de perigoso devido aos frequentes ataques dos índios foi preferido pelos tropeiros, porque encurtava em 40 léguas (240 Km.) o trajeto das tropas que seguiam do Sul até a Feira de Sorocaba” (MARCONDES, 2010, p. 177).

<sup>33</sup> “A feira de Sorocaba chegou a comercializar 200 mil cabeças por ano. Do imposto cobrado na feira, obteve-se recursos para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 01 de novembro de 1755, e contribuiu com recursos no financiamento da Expedição de Guarapuava” (FERNANDES, 2010, p.46).

espinhos de Jesus Nazareno), botas de couro cano alto sanfonadas, guaiacas castelhanas, chapéu de feltro tipo bandeirante, capa de lã grossa para proteger do frio que cobria o cavaleiro e o cavalo, lenços de algodão ou seda. Em ocasiões especiais, como casamentos e batizados, esses homens trajavam terno e gravata. Os senhores com maior projeção usavam casaca ou fraque de casimira inglesa, colete e cartola também inglesa e bengala da Índia. As mulheres, influenciadas pela moda europeia, usavam saias largas com anáguas engomadas para armá-las e salientar a cintura, os cabelos sempre longos eram presos por fivelas ou fitas, meias de seda branca, botina abotoada ou presa por cordões. A autora destaca também a incorporação da linguagem platino-riograndense no vocabulário local, como o uso dos termos peão, pilcha, bombacha, prenda, chimango e o uso da gíria “tchê”.

A economia regional, alavancada e dinamizada pelo tropeirismo, aumentou o poder aquisitivo dos fazendeiros e, conseqüentemente, impulsionou seu poder de consumo, influenciados pelos grandes centros. Esse consumo também atingiu uma parcela da população livre, porém dependente economicamente do proprietário do latifúndio (SILVA, 2002). Para atender a demanda dessa população, segundo Abreu e Marcondes (1991), surgiram as primeiras casas de comércio: a Virmond e Cia, da família de sesmeiros, a Casa Missino, de propriedade de Antonio Missino, que a transmite para seu filho Francisco Missino - que se constitui em comerciante, industrial, banqueiro e político de Guarapuava (FERNANDES, 2010) e a Sá - que viria a ser da família do Visconde de Guarapuava.

A ascensão econômica dos fazendeiros locais vinculada ao tropeirismo é explicada em entrevista pela historiadora Gracita Gruber Marcondes:

*Naquela época, os fazendeiros, os pecuaristas estavam muito bem porque tinham aberto a Estrada das Missões e começou o tropeirismo. Então eles iam para o Rio Grande do Sul e compravam dos gaudérios aquele gado bem baratinho, naquele tempo era 1000 réis a moeda. Compravam uma cabeça por 1000 réis, vinham aqui e engordavam três meses na fazenda e levavam em tropas para a feira de Sorocaba e vendiam por 27.000 réis. Então era um lucro tremendo, enriqueceram. Bom, aí a mão de obra deles era um ou outro escravo, porque o tropeirismo não exige muita mão de obra, eram eles mesmo. As mulheres tomavam conta da fazenda e eles iam fazer as tropeadas. Eles só colocavam um menino escravo na frente como madrinheiro (GGM)<sup>34</sup>.*

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 06 de agosto de 2014.

O fazendeiro passou também a ser um tropeiro, praticamente todas as atividades estavam vinculadas à prestação de serviços às tropas e aos tropeiros. E mais, as relações sociais reproduziam os comportamentos determinados pela relação do fazendeiro com sua família, agregados e escravos.

[...] o fazendeiro pecuarista era a figura central das redes de interdependência da época. Concentrava a posse da terra, captava a riqueza nela produzida, explorava o trabalho de quem estava excluído da condição de proprietário e, além disso, mantinha poder político legitimado pela sociedade da época. A autoridade mantida nas relações de dominação não era resultado apenas da força física ou econômica, mas estas eram acrescidas por motivos afetivos, valores morais, religiosos e comportamentos sociais que constituíram a capacidade de obtenção da legitimidade da autoridade da aristocracia fazendeira (SILVA, 2002, p. 48-49).

Cabe destacar que apesar da atividade tropeira ter provocado mudanças na economia local, pouco alterou a composição étnica da sociedade à época, pois, segundo Silva (2002), ela continuava composta de brancos de origem luso-brasileira, descendentes dos índios praticamente exterminados nos conflitos e um pequeno número de negros escravos.

No auge do tropeirismo, ocorreu um aumento demográfico e um fortalecimento econômico e político da região, mas isso não alterou o modo de vida da sociedade local, ainda estruturada no campo. A área urbana servia apenas para encontros sociais e políticos. Nesse contexto, os fazendeiros contribuíram com a construção do prédio da Intendência, do mercado municipal e de chafarizes, e substituíram as primeiras casas por casações, utilizando-as somente em ocasiões especiais. Conforme afirma Santos (2007, p. 56) em seu estudo sobre a política local,

[...] os “grandes proprietários” de terra eram os únicos que dispunham de capital para aplicar em benfeitorias públicas [...] logo, as benfeitorias públicas, igreja, estradas, casa para instalação da câmara e da cadeia, escolas e hospitais, ao serem financiados pelos “grandes proprietários”, atendiam não só aos interesses da comunidade, mas também aos seus.

A autora ainda destaca que Antônio de Sá e Camargo<sup>35</sup>, Pedro de Siqueira Cortes, Francisco José dos Santos, Hermenegildo Alves Araújo, Joaquim José

---

<sup>35</sup> Nascido em Palmeira em 1807 veio para Guarapuava em 1832 para administrar a Fazenda Camargo, de propriedade de seu pai. Destacou-se como líder local e ocupou vários cargos públicos por nomeação e eleição. Foi deputado provincial por diversas legislaturas e, com a reorganização da Guarda Nacional, foi nomeado coronel comandante. Por ocasião da Guerra do Paraguai em 1865, constituiu grupos voluntários e como resultado desses serviços recebeu o título de Barão de Guarapuava em 1870 por decreto do Imperador D. Pedro II e, mais tarde Visconde de Guarapuava (KRUGER, 2007).

Lacerda, Bernardino José Lacerda, Francisco Ferreira da Rocha Loures, Luiz Silva Gomes, entre outros, foram fazendeiros que estabeleceram suas atividades na Freguesia Nossa Senhora do Belém. A partir dessas atividades, também estabeleceram uma rede de relações que constituiu o poder político da região na época. Organizados, eles articularam a elevação da Freguesia para a condição de Vila de Guarapuava, fato que ocorreu em 17 de julho de 1852, desmembrando-a da Vila de Castro. Guarapuava foi o oitavo município criado no Paraná depois apenas de Paranaguá (1648), Curitiba (1693), Guaratuba (1771), Castro (1788), Antonina (1797), Lapa (1841) e Morretes (1841).

O estudo sobre os 150 anos de história da Loja Maçônica em Guarapuava, realizado por Marcondes e Abreu (2001), detalha que o trabalho desses líderes políticos foi um dos fatores determinantes para a emancipação do município. Com a fundação da Vila naquele ano, Guarapuava passou a ter a Câmara Municipal, da qual quase a totalidade de seus membros eram maçons, e muitos deles participaram também da Assembleia Provincial (MARCONDES; ABREU, 2001). A Câmara Municipal de Guarapuava sempre manteve estreita ligação com a Loja Maçônica local. Exemplo disso, do primeiro ao vigésimo presidente, apenas dois não foram maçons.

Valenciano (2015, p.1) em seu estudo sobre a maçonaria a define como “[...] uma associação que valoriza a fraternidade entre seus integrantes e está organizada basicamente por intermédio de símbolos e rituais, mas que prioriza a posição social para ingresso como critério fundamental”.

A maçonaria se propagou pelo Brasil no final do século XVIII e início do século XIX, a partir do Nordeste, em especial nos estados da Bahia e de Pernambuco. A partir desse período, a maçonaria se expandiu pelos estados brasileiros e assumiu uma posição importante no centro da atividade política, uma vez que a maioria dos representantes políticos da época eram maçons (CARVALHO, 2010; VALENCIANO, 2015).

A influência da maçonaria cresceu consideravelmente durante o processo de formação do Estado Brasileiro, quando apareceu como uma das mais importantes instituições de apoio à independência, ressaltando que Dom Pedro I era maçom. Segundo Carvalho (2010), com o movimento republicano não foi menor a atuação da maçonaria, pois, em 1870, por inspiração da instituição, lançou-se o manifesto republicano, liderado pelo maçom Saldanha Marinho e redigido pelo também maçom Quintino Bocayuva, surgindo daí o Partido Republicano. É importante destacar que

até a República a maçonaria mantinha o caráter de partido político, uma vez, que “[...] a Maçonaria emprestou a sua organização para um país que não possuía partidos políticos” (CARVALHO, 2010, p.32). O autor ainda afirma que até 1927 a história da maçonaria se confundia com a história do Brasil. A partir daí, seguem rumos paralelos, no entanto, persistiram os contatos.

Em Guarapuava, além da influência na política, a Maçonaria também influenciou as práticas sociais e culturais locais. Entre elas estão a criação do primeiro jornal impresso, a fundação do Clube Guaíra e a criação do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo.

Outro fator que influenciou a cultura local na época foi o retorno dos filhos dos fazendeiros que saíram de Guarapuava para estudar em grandes centros. Ao retornarem, eles assumiram papéis de intelectuais locais, iniciando um processo de criação de teatro, de cinema e de jornais impressos.

Sobre isso, Fernandes (2010) destaca que o acesso à educação e à cultura estava diretamente vinculado às condições materiais de riqueza. Nesse caso, segundo o autor, a educação requer tempo, esforço e dinheiro, estando fora do alcance dos que têm todo o seu tempo e energia ocupados com o trabalho. É dessa fase a fundação do teatro, do cinema e de vários jornais impressos, como consta nos boletins números 13 (TEIXEIRA, 2013) e 15 (TEIXEIRA, 2014) da Casa Benjamin C. Teixeira<sup>36</sup>, organizados por Murilo Walter Teixeira<sup>37</sup>.

No Boletim 15 (TEIXEIRA, 2014) consta a fundação do Teatro Santo Antônio<sup>38</sup>, fruto da organização da Sociedade Dramática Amiga do Progresso<sup>39</sup>, composta por mais de trinta cidadãos guarapuavanos. Mais tarde, funda-se o Cinema Elite e o Cine Teatro Pimpão. Em relação à imprensa, consta a fundação do jornal impresso *O Guayra*<sup>40</sup>, tendo suas atividades interrompidas pela Revolução Federalista de 1894, retornando em 1898.

---

<sup>36</sup>A Casa Benjamin C. Teixeira – Historiografia de Guarapuava: preservação, pesquisa e divulgação, localizada na área central, tem o objetivo de compartilhar com a comunidade guarapuavana todas as informações e documentos deixados pelo pesquisador/historiador Benjamin C. Teixeira.

<sup>37</sup>Filho do historiador Benjamin C. Teixeira, idealizador e mantenedor da casa que tem o nome de seu pai.

<sup>38</sup>Fundado por Olympio Alves Lisboa, Frederico Mainguê e Domingos Caetano do Amaral (MARCONDES; ABREU, 2001).

<sup>39</sup>Fundada por Francisco de Paula Pletz, Erasmo J. A. Terral e Antônio Alves Guimarães (MARCONDES; ABREU, 2001).

<sup>40</sup>Primeiro órgão de imprensa de Guarapuava, com periodicidade semanal que tinha como redator auxiliar Luiz Daniel Cleve e participação de poetas e escritores da época, como: Antônio Martins

A dinamização das relações sociais a partir do enriquecimento dos fazendeiros da região com o tropeirismo gerou disputas pelo poder local. Essas disputas no campo político decorreram, em grande parte, do processo de afirmação social desencadeado por uma estratificação entre os próprios fazendeiros, classificados entre “os ricos” e “os mais ricos”. Quanto a isso, Abreu (1986) aponta que o enriquecimento oriundo do comércio do gado fez com que a classe dos fazendeiros se subdividisse nas seguintes hierarquias: a) classe alta composta pelos ricos proprietários e tropeiros; b) classe média, formada pelos fazendeiros que não possuíam grandes lucros financeiros; c) classe baixa, representada pelos agregados e escravos. Os agregados eram os trabalhadores livres que geralmente mantinham uma relação mais próxima com o fazendeiro, com uma posição social mais elevada que os escravos, massa servil que ocupava a posição mais inferior na escala social.

Os pleitos eleitorais estavam relacionados à garantia e manutenção de poder de grupos com diferentes interesses econômicos e políticos no interior da própria classe dominante. Dessa maneira,

[...] Formou uma hierarquia dentro da própria classe diferenciada somente pelo poder econômico, que deu maior prestígio aos mais ricos que, por essa razão, foram também os detentores da chefia da política local. Como exemplo, as dimensões alcançadas pelas disputas entre pica-paus e maragatos, em que membros de um e outro partido deixaram de frequentar o mesmo clube social, o clube Guayra, fundando-se outro, o Cassino Guarapuavano (ABREU, 1986, p. 116-117).

Salienta-se que a disputa a que se refere a historiadora decorreu da Revolução Federalista<sup>41</sup> que, a partir de políticos do Rio Grande do Sul, colocava em disputa dois projetos para o país após a proclamação da República, um com maior poder do governo central, outro com maior autonomia dos estados da Federação. Atingindo os três estados do sul do país, esta disputa influenciou a elite política que se formava em Guarapuava, promovendo uma divisão dos políticos locais entre os favoráveis à República e os contrários, o que persistiria por muito tempo depois de encerrada a Revolução.

---

Araújo, Antônio Mendes dos Santos, Mário de Barros, Lauro, Trajano Silvério, Ozório Araújo e Afonso Camargo.

<sup>41</sup>Resultou do posicionamento de Júlio de Castilhos, presidente da Província do Rio Grande do Sul e que se amplia no contexto nacional com a Revolta Armada, contrária à permanência do Marechal Floriano Peixoto na Presidência da República.

Entre o período de 1894 a 1929, foram fundados os jornais impressos *O Paraná*<sup>42</sup>, *O Guarapuavano*<sup>43</sup>, *A Comarca*<sup>44</sup>, *A Colunna*, *O Pharol*, *Líder*, *O Lírio*<sup>45</sup>, *Albor*, *A Penna*, *O Jacobino*, *Ideal*, *Alvorada*, *O Trevo*, *O Momento*, *Pharolete*, *Cine Jornal*, *Correio do Oeste*, *O Alerta*<sup>46</sup>, *O Marrete*, *O Arauto*, *O Liberal*. Na década de 1930, foram fundados os jornais *O Combate*, *O Alfinete*, *A Cidade*, *O Independente* e *o Folha do Oeste*<sup>47</sup>. Mais tarde, surgem os jornais *Guarapuava-Jornal*, *Tribuna Paranaense*, *Sentinela do Oeste*, mostrando o vigor das disputas políticas no período.

Outro espaço importante, o Clube Guaíra, mencionado por Abreu (1986), foi um lugar estratégico de convivência para a ascensão ao poder político. Cabe lembrar que a inserção nos quadros do Clube Guaíra representava formar parte da elite local.

Fazer parte do clube não significava simplesmente ter acesso aos eventos festivos, mas estar no centro das discussões políticas que determinavam a vida local. Um indivíduo quando aceito como associado, de um lado, gozava do prestígio que a instituição mantinha e, de outro lado, pagava o preço deste privilégio, submetendo-se aos valores e às crenças veiculadas. O Clube Guaíra representou durante muitos anos um mecanismo de manutenção da coesão social da elite campeira solidamente estabelecida em Guarapuava e exigia como responsabilidade de seus associados dedicarem-se ao grupo de que faziam parte a partir de suas atividades cotidianas, estabelecendo ao mesmo tempo sólidos vínculos interpessoais marcados pelos mesmos elementos de identidade (SILVA, 2002, p. 76-77).

A elite econômica da região de Guarapuava ao se organizar a partir de estruturas como a maçonaria e os clubes sociais, teve o intuito de preservar e reproduzir seus interesses. A criação e apropriação das instituições locais de prestígio foi uma estratégia utilizada pela classe dominante para manter, legitimar e fazer prosperar o seu poder.

As atividades culturais de Guarapuava somente começaram a se desarticular e a refluir a partir da crise econômica mundial que atingiu a região na década de 1930 e 1940, ocasionando uma retração da atividade tropeira.

---

<sup>42</sup> Fundado em 1894 no período revolucionário, sob a redação de oficiais legalistas.

<sup>43</sup> Periódico lítero-religioso.

<sup>44</sup> Dedicado aos interesses do município, dirigido por Benjamin Vilaca.

<sup>45</sup> Órgão literário da mocidade guarapuavana.

<sup>46</sup> Órgão da Associação de Escoteiros de Guarapuava e tinha como diretor o professor Amarílio Rezende de Oliveira.

<sup>47</sup> Lançado em 28 de fevereiro de 1937. Foi o jornal com o maior tempo de circulação na cidade de Guarapuava, 45 anos.

### 1.3 A SOCIEDADE CAMPEIRA E OS NOVOS CICLOS ECONÔMICOS NA REGIÃO

Determinado em grande parte pelo aprimoramento dos rebanhos e pela construção de ramais ferroviários na Província de São Paulo, o fim da atividade tropeira afetou profundamente Guarapuava. Os fazendeiros da região passaram, então, a centralizar suas atividades na pecuária local, pressionados pela falta de dinheiro e pela dificuldade de integração ao sistema nacional, pois não possuíam capital de giro e sim vastas áreas de terras de pastagens e matas repletas de erva-mate e madeiras de lei, bem como grande número de cabeças de gado. Quando precisavam de recursos, os fazendeiros recorriam a empréstimos de comerciantes locais bem sucedidos e, mais tarde, de casas bancárias, colocando parte de suas terras como garantia desses empréstimos. Segundo Abreu (1986), foram muitos os casos em que os devedores nunca mais conseguiram quitar as hipotecas e com isso foram despejados de suas propriedades.

Esses fatores acabaram gerando um empobrecimento da região. Porém, cabe destacar que devido às condições de produção e à maior distância dos novos agentes, a região de Guarapuava conseguiu manter por mais tempo a sua sociedade campeira em relação a outras regiões, como por exemplo, os Campos Gerais. Analisando esse momento da economia e a repercussão do esgotamento do tropeirismo, Silva (2002, p. 50) afirma que

A sociedade campeira, baseada na atividade tropeira, não foi capaz de criar formas alternativas de produção que pudessem suportar os períodos de crise, desestimulando a produção agrícola de produtos básicos de alimentação. Com a queda do comércio do gado, ocorreu uma crise generalizada, estimulando novas atividades econômicas baseadas em outros produtos, como a extração da erva-mate e a madeira.

Com o término da atividade tropeira, houve o retorno à prática da pecuária extensiva aliada à exploração da erva-mate<sup>48</sup>. Esta atividade, segundo Kruger (2010), viveu períodos promissores, porém, não chegou a dinamizar a economia local. A crise dos preços imposta pelo mercado externo e a queda de sua comercialização, em especial pelo fato da Argentina ter deixado de importar o produto e, sobretudo, a

---

<sup>48</sup>Por muito tempo a extração da erva mate foi realizada por uma população marginal ao sistema tropeirista, aquela que não conseguiu, por meio da posse da terra, ascensão econômica e social (BARTHELMEESS apud SILVA, 2002).

descapitalização de seus produtores, atingiu os trabalhadores que viviam exclusivamente da erva-mate.

Outro fator a ser considerado nesse cenário foi que a comercialização desse produto era feita por Curitiba e Ponta Grossa, não gerando capitais para a região. Agregado a isso, a atividade da erva-mate em Guarapuava despontou em um período em que sua importância era relativamente pequena em relação à produção de café, atividade de relevância para o governo central (SILVA, 2005).

Nesse momento de crise, a elite local tentava manter seus hábitos e ao mesmo tempo se apoderava do discurso da modernidade como sinônimo de desenvolvimento. Tembil (2007), em seu estudo sobre o processo de modernização de Guarapuava, relata que nesse contexto os eventos sociais ficaram mais esporádicos e alguns acabaram desaparecendo. A sociedade campeira, atingida pela crise, precisou alterar alguns hábitos, o que impôs um novo ritmo à área urbana de Guarapuava. Segundo a autora, a construção da ferrovia passou a simbolizar a única esperança para o desenvolvimento da região.

A estrada de ferro nesse contexto representava, então, a assimilação da vivência moderna e, mais, encarnava igualmente o 'capítulo de nascimento' de muitas cidades. Para Guarapuava dos anos de 1920 a 1950, significava, antes de tudo, o renascimento. Sua população que havia adquirido hábitos de consumo mais exigentes, não queria mais se submeter ao ostracismo a que era relegada a antiga Freguesia de Nossa Senhora de Belém. A 'antiga elite' guarapuavana que se ressentia da perda de poder aquisitivo e das condições de vida da 'idade de ouro' da cidade, passou, então, a veicular um discurso que traduzia o desejo de ver Guarapuava novamente em sintonia com as ideias da modernidade [...] Para tanto, a alternativa, aos olhos dessa elite, era reivindicar vias de comunicação que possibilitassem novamente a integração da cidade à dinâmica econômica do resto do país (TEMBIL, 2007, p. 113-114).

Destaca-se que não há consenso na literatura consultada e nas falas dos sujeitos entrevistados para este estudo quanto ao fato da inexistência de vias de transporte ser um dos principais fatores do atraso no desenvolvimento da região de Guarapuava. Tembil (2007) alerta que a ausência de capitais mobilizáveis também instituiu a crise da economia da cidade.

### 1.3.1 O ciclo da madeira e os novos atores sociais

Na conjuntura de crise, foi intensificada a oferta de terras baratas, o que acabou atraindo compradores e arrendatários de outras regiões do país, em especial de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Guarapuava também possuía uma das maiores reservas florestais do Paraná. Assim, essas famílias acabaram investindo seus recursos na atividade madeireira.

A nova dinamização da economia guarapuavana emergiu das mãos dos madeireiros que se instalaram na região a partir da década de 1940. Eles se destacaram economicamente e passaram a compor um segmento significativo e diferenciado, uma vez que não faziam parte da, até então, classe dominante da cidade.

O ciclo da madeira na região demandou outros tipos de serviços. Com isso, várias famílias vieram desenvolver atividades de suporte, fator que foi mudando o modo de vida local, conforme ilustra Armando Holocheski.

*Mudou a cidade, porque junto à vinda da madeira precisava vir uma estrutura administrativa e econômica diferente. Até porque precisava de serviços de contabilidade, de transporte etc. Guarapuava ficou muito isolada por muito tempo [...] Guarapuava vai ganhando estilo próprio em função disso, em função das pessoas que vieram aqui[...] então vai ganhando assim, características próprias, que procedem da economia e do estilo de vida (AH).<sup>49</sup>*

A industrialização da madeira possibilitou a expansão econômica, em especial a atividade de serviços, bem como a expansão da população. Fernandes (2010) explica que o caráter predatório da exploração florestal, na medida em que esgotava as reservas, acabava liberando mão de obra para a área urbana, fato que induziu a expansão do comércio local e gerou a organização dos comerciantes na Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG, em 1955.

Segundo Fernandes (2010), devido à inexistência de registros do início da Associação, não é possível conhecer com precisão os seus membros. No entanto, para fins deste estudo, e com base no relato das reuniões ocorridas no período de 1955 a 1970 apresentadas na obra do autor, foi possível verificar alguns nomes de associados. Entre eles, Moacyr Júlio Silvestri e seu parente Ildo Silvestri, Nivaldo

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 08 de agosto de 2014.

Passos Kruger, Renato Küster, Milton Küster, Altair Gubert, Antonio Barão, Darcy Carollo, Jorge Kloster, Marcelino Dalla Vechia, José Zagonel Passos, João de Mattos Leão, Tolentino de Camargo Ribas, Mário Losso, José Abrão Melhem, Osvaldo Rocha, Willie Brunfeld, Raulino Córdova, Leomar Kaminski, Miguel Gelinski.

A maioria dessas famílias estabeleceu-se em Guarapuava a partir da atividade madeireira e dos serviços por ela demandados, constituindo-se em uma força econômica que também passou, a partir de então a dividir o cenário político com os representantes da, já estabelecida, classe dominante local.

Nos anos de 1950 e 1960, o governo do Paraná<sup>50</sup> desenvolveu uma política de incentivo à imigração, com vistas a tornar o estado autossuficiente na produção de trigo. Assim, investiu maciçamente na infraestrutura viária, de energia e de comunicação. Na área agrícola, foram intensificados os incentivos e subsídios para a construção de uma infraestrutura de base.

Na região de Guarapuava, esses investimentos foram destinados à expansão do ramal viário que integrou a região com o leste do estado e o asfaltamento da BR 277, que ligou Curitiba a Foz do Iguaçu. Segundo estudos locais<sup>51</sup>, essas obras tiraram Guarapuava do isolamento em relação às outras regiões do Paraná e, sobretudo, incentivaram a produção agrícola, dinamizando a comercialização de produtos primários.

Segundo Abreu (1986), a conjuntura nacional favorável ao crescimento da agricultura e a introdução de novos contingentes populacionais por ela atraídos foram fatores que provocaram uma alteração no uso e na posse da terra em Guarapuava, que até então, tinha ainda quase sua totalidade voltada ao uso da pecuária nos moldes de uma sociedade campeira. Isso é comprovado pela autora com base nos dados do Registro de Terras de 1955-1957 e do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em que se constata que, até a década de 1950 todas as propriedades rurais pertenciam às famílias proprietárias de terras, descendentes dos primeiros sesmeiros.

---

<sup>50</sup>Gestões dos governadores Moysés Lupion (1947/1951 e 1956/1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951/1955).

<sup>51</sup> Abreu (1986), Silva (2002), Silva (2005) e Tembil (2007).

### 1.3.2 Os suábios e outros novos atores sociais

Nos anos 1950, o governo do Paraná ampliou a política de incentivo à imigração com a perspectiva de concretização do projeto de tornar o Paraná uma referência na produção e comercialização de grãos. Nessa ocasião, por consequências da Segunda Guerra Mundial, a comitiva de refugiados e apátridas descendentes de alemães, iugoslavos, romenos e húngaros, denominados suábios do Danúbio<sup>52</sup>, procuravam um local para se fixar no Brasil. No total eram 500 famílias de imigrantes.

Ao encontrarem em Guarapuava as condições de estrutura física do solo e uma localização privilegiada, se estabeleceram em uma extensa área de terras que pertencia a famílias tradicionais locais<sup>53</sup>. Tais terras foram entregues aos suábios para a estruturação da colônia após um processo de negociação liderado pelos guarapuavanos Antonio Lustosa de Oliveira e Lacerda Werneck. O primeiro, deputado estadual no período e, o segundo, secretário de Estado da Agricultura. Ambos proprietários de parte destas terras (MARTINS, 1992).

Os tradicionais fazendeiros, além de venderem<sup>54</sup> suas áreas, também foram beneficiados com terras no norte do Paraná através do processo de colonização empresarial para a produção de café, desenvolvido pelo governo do estado na época. Este negócio, segundo Stein (2008), tornou-se interessante para os fazendeiros

---

<sup>52</sup> A denominação Suábio do Danúbio foi dada aos povos germânicos que, em especial, no século XVIII imigraram da região sudeste e da região oeste do então Reino Alemão, *Deutsches Reich*, para o sudeste da Europa, hoje Croácia, Sérvia, Romênia e Hungria. Após a Segunda Guerra Mundial, com a Alemanha dividida e destruída pela guerra, os alemães do Sudeste, no caso os Suábios do Danúbio, predominantemente camponeses agricultores, não conseguiram se reintegrar à nova ordem. Com isso, a Organização das Nações Unidas – ONU realizou uma tentativa de reintegração desses povos, mas foi o governo suíço, por meio da organização Cáritas Suíça, que teve êxito na mobilização mundial em favor destes refugiados. Foi a Suíça que procurou terras agricultáveis no Brasil motivada pelas facilidades oferecidas pelo governo brasileiro para o projeto de colonização. Cabe também destacar que o governo brasileiro foi o único que acolheu famílias completas de refugiados (GORA, 2010).

<sup>53</sup> Conforme consta no livro “Pioneiros do Vale do Entre Rios: 1818-1851”, de Sebastião Meira Martins, as terras localizadas na região de Entre Rios formavam quatro sesmarias. A primeira, fazenda Jordão, pertencia a Bento de Siqueira Côrtes; a segunda, fazenda Capão Bonito, pertencia a Manoel Marcondes de Sá; a terceira, pertencia a Manuel José de Lima e a quarta, pertencia a José Gonçalves de Almeida. Cabe ressaltar, que em 1920 todas essas sesmarias já estavam subdivididas entre os descendentes dos primeiros proprietários.

<sup>54</sup> O preço exato de Cr\$ 2.000,00 por alqueire, e mais Cr\$ 100,00 por unidade de imbuia existentes em cada fazenda, sendo que Cr\$ 1.300,00 por alqueire, seriam pagos pela Cooperativa Agrária Ltda, e o restante da quantia correspondente às árvores mencionadas, seriam indenizadas pelo Estado, em terras devolutas, a escolha dos fazendeiros, mediante o pagamento de Cr\$ 200,00 por hectare e mais as despesas de mediação de tantos quantos alqueires fossem necessários para cobrir o crédito de cada fazendeiro (MARTINS, 1992, p. 71-72).

guarapuavanos uma vez que, nessa região, a produção de café estava no auge da sua rentabilidade no mercado.

Ao receberem as terras, os suábios construíram a colônia Entre Rios, hoje distrito de Guarapuava, localizada a 25 Km de sua sede. Ela é formada por cinco colônias denominadas de Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Samambaia e Socorro. As famílias que se notabilizaram nesse processo de construção e desenvolvimento das colônias foram as Leh, Milla, Reinhofer, Moor e Stock.

Abreu (1986) salienta que foi com a instalação da colônia Entre Rios que de fato as terras, em Guarapuava, passaram a ser utilizadas para a agricultura. Graças também ao avanço tecnológico dos meios de produção e à disponibilidade de capitais financeiros do governo. Segundo Kruger

*A chegada dos suábios, foi um choque de cultura. Os campos até então eram usados somente para exploração pastoril e na região de mata é que se fazia a lavoura. Então a lavoura era a tradicional, derrubava o mato, queimava, plantava e esperava mais sete anos para usar aquele lugar[...]Com a chegada dos alemães, a introdução de novas técnicas, os campos se transformaram em área de agricultura e a mata, área de pastagem. Inverteu-se. Houve assim, um choque profundo de cultura rural. São poucos os filhos de fazendeiros que conseguiram conservar e explorar suas propriedades racionalmente com as técnicas modernas (NK)<sup>55</sup>.*

A conjuntura nacional favorável, associada à política de incentivo à produção de gêneros alimentícios para exportação, os subsídios financeiros da Alemanha e a experiência no manejo agrícola trazidos da Europa foram os principais aspectos que contribuíram para o desenvolvimento do distrito de Entre Rios (SILVA, 2005). Desse modo,

Os imigrantes de origem germânica se reconheciam e eram reconhecidos socialmente como grupo que dominava as novas técnicas agrícolas, constituindo-se em elemento do progresso e, além do mais, garantiram uma certa independência econômica, já que suas fontes financiadoras eram federais e do exterior. (SILVA, 2002, p. 62).

Os suábios se organizaram em sistema de trabalho cooperativo e fundaram a Cooperativa Agrária Agroindustrial Ltda<sup>56</sup>, criada para viabilizar o projeto de trabalho

<sup>55</sup> Entrevista concedida a Solange Fiuza em 01 de agosto de 2014.

<sup>56</sup>Esta cooperativa trabalha com soja, trigo, milho, cevada e aveia, agroindustrializando mais de 50% dos produtos recebidos (alimentos e ração animal). Possui moinho de trigo e, com ele, incluiu-se nas grandes indústrias de alimentos do Paraná. Incorporou, em 2002, a Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais (Coopersul), indústria de óleo e farelo de soja, aumentando sua produção e

desse grupo. A cooperativa, além de proporcionar infraestrutura técnica para a agricultura, maquinários, silos e comercialização dos produtos, auxiliou seus associados na construção das primeiras casas, igreja e escola da comunidade.

Segundo histórico da cooperativa, a existência da Agrária se confunde com a vida do povo pela qual ela nasceu. Consta que Wolf Jesco Von Puttkamer redigiu a primeira ata da sua fundação, a qual dava posse ao primeiro presidente da cooperativa, Michael Moor (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2014b). No entanto, Mathias Leh foi o presidente que mais se destacou na instituição, permanecendo na função por 28 anos<sup>57</sup>. Ressalta-se que a Agrária também foi a maior incentivadora da preservação da cultura e das tradições suábias, tais como a sua língua, a sua religiosidade, a sua gastronomia, as suas festividades e as características germânicas de suas moradias e de seus vestuários.

Na atualidade, a Cooperativa Agrária beneficia grande parte de suas safras em um avançado complexo industrial, além de possuir moinho de trigo, produção de sementes, fábrica de rações, indústria de esmagamento de soja e uma maltaria. Esta última é o empreendimento mais importante da cooperativa.

Na análise de Kruger<sup>58</sup>, a preservação excessiva da sua cultura provocou o isolamento dos suábios em suas colônias. Fato que, para ele, também deu sustentação e legitimação a sua autoimagem de superioridade em relação aos fazendeiros tradicionais da região, considerados na época da chegada desse grupo de imigrantes como “arcaicos” e “atrasados”.

A sociedade guarapuavana ao mesmo tempo em que reconheceu que o modelo de trabalho dos germânicos colocou Guarapuava em uma melhor posição econômica, também rejeitou a relação com esses imigrantes. E mais, segundo Silva (2005), o poder local também não admitia correr o risco de perder o mando que sempre esteve em seu domínio. A autora ressalta que todo o processo de mudança, mesmo reconhecido como economicamente proveitoso, precisa ser também

---

patrimônio. Mantém, ainda, a Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA), que realiza pesquisas e desenvolvimento tecnológico em conjunto com empresas brasileiras e transnacionais no setor. Destaca-se na produção do malte cervejeiro, através da Agromalte, principal unidade industrial da Cooperativa e a segunda maior do Brasil em produção Conforme relatório anual do ano de 2014 da referida empresa, a cooperativa recebeu no ano de 2013, entre outros prêmios, o 4º lugar do Paraná em liquidez corrente, 3º lugar no Paraná em riqueza criada por empregado, 253º lugar entre as maiores empresas do Brasil (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2014a).

<sup>57</sup>Sua gestão foi marcada por acontecimentos políticos, dentre eles, a visita à colônia do então presidente do Brasil Ernesto Geisel.

<sup>58</sup>Entrevista concedida a Solange Fiuza em 01 de agosto de 2014.

culturalmente aceita, o que não é o caso de Guarapuava, onde a dificuldade de assimilação do novo parece ser intrínseca.

Silva (2002) destaca que a partir desse processo de modernização produtiva e com o contato com outros grupos sociais, a sociedade campeira foi conduzida a redefinir o seu padrão de sociabilidade. O padrão construído serviu “[...] ao mesmo tempo de elemento distintivo em relação aos outros grupos sociais e como modelo a ser seguido mantendo assim sua posição de poder e prestígio social” (SILVA, 2002, p. 60).

Nesse contexto, a sociedade de Guarapuava passou a ser formada pelo grupo oriundo da aristocracia fazendeira tradicional coeso pela sua história comum demarcada pelos valores, hábitos e costumes compartilhados por décadas; pelos gaúchos e catarinenses, que vieram de forma dispersa e desorganizada, mantendo entre si uma fraca integração social; e pelo grupo de imigrantes de origem germânica, que devido a sua história, formaram um grupo coeso e relativamente isolado da comunidade local.

No processo de compatibilização desses grupos, alguns elementos da sociedade tradicional se perderam, outros foram transformados e outros persistem até hoje em um convívio entre o moderno e o tradicional, conforme bem explicou Martins (1994). Assim, na análise de Silva (2002, p. 61), “[...] apesar de uma aparente aceitação mútua e formação de uma sociedade mesclada etnicamente, instituíram-se as diferenças entre os grupos que marcam seus valores, suas práticas cotidianas e a constituição da autoimagem de cada grupo social”.

A conjuntura era de efetivação do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro<sup>59</sup>. O plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek tinha como proposta desenvolver o país cinquenta anos em cinco através da industrialização, com a promessa de acabar com a pobreza, vista como decorrente da precariedade do desenvolvimento econômico. A ideia central era de ampliação da ação do Estado no planejamento e na economia (CARDOSO, 1978).

O Paraná e Guarapuava estavam alinhados a essa lógica desenvolvimentista que provocou mudanças no sistema de produção e nas relações sociais da época. No

---

<sup>59</sup>Segundo Boris (1995), a expressão nacional-desenvolvimentista sintetiza uma política econômica que combinava o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para desenvolvimento, com ênfase na industrialização.

entanto, segundo Silva (2005, p.111), em Guarapuava, persistiu a estrutura fundiária concentrada que mantém a estrutura social desigual:

[...] uma característica socioeconômica importante, localmente, é a substituição do latifúndio pecuarista pelo latifúndio agrícola, o que modificou as condições sociais da população local de baixa renda, direta ou indiretamente dependente desse processo. Em termos econômicos, a mudança de uso da terra acarretou um maior dinamismo à região e, em consequência, uma maior geração de renda a partir dos segmentos sociais mais abastados. O entrave, no entanto, é a permanência da estrutura fundiária concentrada que reforça problemas sociais, evidenciando a necessidade de mudanças no campo, não só em Guarapuava, mas no Brasil.

A nova dinâmica do sistema produtivo agrícola introduzido pelos suábios resultou, segundo Abreu (1986), na expansão da propriedade rural, no cultivo das terras e na melhoria dos rebanhos e pastagens e, assim, a região de Guarapuava tornou-se grande produtora agrícola. Isso, segundo Silva (2005), também resultou na absorção de médias e pequenas propriedades pelas grandes devido à substituição da agricultura tradicional, em parte, pela agricultura moderna.

Nos primeiros anos da década de 1960, a conjuntura nacional apresentava um quadro inflacionário e recessivo agravado com o processo de indefinições econômicas e tensões políticas, que entre outras ações, levaram os governos federais a repensar uma série de investimentos públicos, inclusive os de infraestrutura que foram evidenciados nos anos anteriores, bem como, buscou-se controlar a inflação e reativar o crescimento econômico.

A partir de 1964, a direção política e econômica do governo militar foi de ampla abertura para o capital externo. O primeiro período da ditadura militar foi marcado por rupturas internas e uma subordinação aos interesses aliados, contando com a força desse capital. O projeto do regime militar visava o impulsionamento autoritário da expansão econômica e para isso, segundo Nogueira (1998), o regime articulou-se com os grupos dominantes mais atrasados e com o grande capital monopolista. Segundo o autor, isso ocorreu, graças à forte intervenção estatal centralizada nas decisões que subsidiaram a expansão da produção industrial e a ampla aderência da velha estrutura latifundiária na racionalidade capitalista.

No Paraná, tal racionalidade intensificou o processo de modernização agrícola, que alterou a base técnica de produção ocorrida nos anos anteriores, provocando a expansão da fronteira agrícola que atraiu outros contingentes populacionais a

ocuparem os campos nativos do estado. Em Guarapuava, o processo ocorreu com mais intensidade na década de 1970.

### **1.3.3 As novas relações sociais no campo**

No início da década de 1970, houve um processo no Paraná de reocupação do território e assim, segundo o Ipardes (2004), o centro sul do Paraná se destacou pela grande mobilidade populacional, marcada principalmente pela vinda dos estrangeiros germânicos e eslavos, dos descendentes de europeus e de japoneses.

[...] o processo de uso e ocupação da terra tomou outra natureza na medida em que cresceu a especulação fundiária, pois se tratou dum momento em que o solo rural teve uma significativa ascensão diante do crescimento agrícola. Isso fez com que pequenos proprietários e trabalhadores rurais não suportassem, em sua maioria, as pressões impostas pelo novo sistema produtivo, tendo que ceder seu espaço para aqueles que tinham o poder e todos os aparatos aptos à nova realidade, o que culminou na concentração fundiária. Tem-se assim uma reorganização do espaço regional, onde aqueles que ficaram a margem do novo processo migraram em direção às cidades, ocasionando um fenômeno que não diz respeito somente à realidade regional, mas sim a escala nacional, inserindo-se assim na conjuntura socioeconômica que o país passou na década de 1970 com o êxodo rural. (DRUCIAKI, 2013, p.41-42).

De acordo com o cadastro das propriedades rurais do Incra (1975), 46,16% das propriedades pertenciam a brasileiros descendentes de alemães, italianos e eslavos, brasileiros naturalizados (antes japoneses, iugoslavos e apátridas) da qual a grande maioria era formada por integrantes da colônia Entre Rios; e 53,84% ainda pertenciam às famílias representantes da sociedade tradicional. Desta maneira, verifica-se que se altera o uso e posse de terra, porém ainda várias propriedades rurais permanecem sob o domínio de membros das famílias tradicionais da região. Segundo Silva (2005, p. 98),

A questão da terra evidenciou, em alguns momentos da história local, um contraste cultural constituído pelos descendentes dos fundadores e povoadores e pelos grupos emergentes, os suábios de Entre Rios, mas também os industriais madeireiros e os comerciantes de diversas origens. O ideal de aristocracia, tão valorizado pelos que já haviam acumulado riquezas no tropeirismo e na criação do gado, era, inclusive, desvalorizado por esses grupos. No caso dos suábios, a “ideologia do trabalho” é uma forma mais apreciada de crescer economicamente.

Ressalta-se que esse processo de concentração fundiária também ocorreu em quase todo o Paraná, bem como em outras regiões do país. Em Guarapuava, nesse período, a maioria das terras ainda pertencia a famílias tradicionais descapitalizadas. Assim, a venda das terras passou a ser o melhor negócio para a recuperação econômica dessas famílias, mesmo que esse fato tenha gerado crises de valores e de identidade, segundo sublinha Silva (2005).

Outro aspecto a ser considerado foi salientado por Abreu (1986) e diz respeito às relações de trabalho estabelecidas. Os imigrantes consideravam a mão de obra nacional como “ociosa” e “indisciplinada”, assim, ela foi utilizada por eles no modelo de trabalho diarista. Essa nova dinâmica acabou provocando mudanças de hábitos, dentre eles, a participação direta dos produtores nas tarefas agrícolas diárias. Já os antigos agregados dos fazendeiros tradicionais passaram a trabalhar para os imigrantes.

A integração desses novos grupos sociais e suas técnicas de modernização agrícola com o modo de vida da aristocracia campeira foi marcada por um “estranhamento”<sup>60</sup> e por uma correlação de forças que resultou em um processo de contabilização entre os elementos modernos e os elementos tradicionais, usando os termos de Martins (1994), fato que demandou a redefinição da identidade da sociedade local.

Isso pode ser entendido pela análise de José de Souza Martins, que em seu livro “A chegada do estranho” (1993), trata do estranhamento dos grupos que vieram de fora e dos grupos que os receberam como “[...] natural de uma sociedade de tradição corporativa, carregada de preconceitos sociais, que não passou pelos processos revolucionários, que em outros lugares, levaram à disseminação da igualdade, da contratualidade nas relações sociais e de cidadania” (MARTINS, 1993, p. 11).

A sociedade guarapuavana não se configurava mais como uma sociedade tradicional campeira e sim uma sociedade formada pelas famílias tradicionais, pelos novos grupos de imigrantes nacionais e estrangeiros. Desse modo, segundo Brandenburg (1999), a chegada dos imigrantes na região não só representou o início de um novo ciclo econômico, mas serviu para transformação das relações de produção. E mais, promoveu uma mudança nas relações sociais.

---

<sup>60</sup>O estranhamento esteve sempre vinculado à persistência de fronteiras de identidade entre os dois grupos.

Durante anos o espaço urbano de Guarapuava não sofreu influência dos imigrantes. A cidade de Guarapuava era habitada, na sua grande maioria, por famílias de fazendeiros descendentes da sociedade tradicional campeira, descendentes de imigrantes desagregados de seus grupos e outros grupos dependentes da produção rural. O fato era que os habitantes urbanos sempre estiveram ligados ao meio rural e assim mantinham as relações a partir dos valores e costumes próprios do campo.

Quanto ao processo de modernização, Silva (2002) alerta que as relações sociais instituídas no meio urbano acabaram se tornando mais formais, burocráticas e contratuais, próprias do aprofundamento do capitalismo financeiro, no entanto, continuavam amplamente envolvidas pela cultura local.

O conhecimento de longa data entre as famílias tradicionais, a manutenção de seus códigos de conduta social, os negócios, os pontos de encontro estão concentrados na área central de Guarapuava. Nesse sentido, sendo o centro da cidade uma área de pequena dimensão, o contato interpessoal é marcante e possibilita um processo de regulação social intenso. As redes de amizades e inimizades são claramente definidas e amplamente utilizadas na garantia de uma posição social ou econômica. O modo de vida local se baseia na conjugação entre relações contratuais, necessárias para responder à nova estrutura social e relações pessoais, comumente utilizadas nas expressões das propagandas de inúmeros empreendimentos urbanos [...] os contratos baseados na palavra empenhada só são possíveis em um contexto social e espacial fortemente regulados pelo estreito contato interpessoal e por instituições altamente eficientes [...] a vida social local é amplamente definida em torno da família e das instituições locais que reforçam os laços entre seus integrantes e as demais famílias (SILVA, 2002, p.70-71;73).

Esse novo contexto também foi utilizado pela classe dominante local para apropriação das instituições, como a Igreja Nossa Senhora de Belém, o Clube Guaíra, a Maçonaria e a criação do Rotary Clube<sup>61</sup>. Segundo Silva (2002), essas instituições estavam localizadas na área central da cidade e seus cargos de direção foram ocupados pelos integrantes das famílias tradicionais locais. E mais, essas instituições, segundo a autora, estabeleceram e ainda estabelecem uma “[...] dupla relação entre a prática individual e uma regulação estabelecida pela própria instituição, acolhendo

---

<sup>61</sup>O Rotary Clube em Guarapuava é uma instituição que tem origem a partir dos avanços das relações capitalistas na região. Seu quadro de associados é composto de pessoas da classe economicamente dominante e a atuação da instituição se dá em forma de parcerias. Tem uma importância como clube ou organismo de articulação das classes dominantes locais uma vez que “[...] é uma instituição de grande alcance de informações, recursos e poder local privilegiado para integrar as redes de personalidade onde veiculam as virtudes, o caráter e os ‘bons valores morais’ a serem seguidos e, ademais, é um local onde se discute quem são os indivíduos depositários de tais valores e quem são os transgressores (SILVA, 2002, p. 79).

indivíduos que participam de seus códigos morais e excluindo os demais [...]” (SILVA, 2002, p.73).

Assim, mesmo com alterações na dinâmica econômica e social, a reprodução das relações sociais em Guarapuava foi permeada por práticas de poder tradicional. As instituições locais foram mantidas sob o controle de parte da classe dominante, servindo como um instrumento de ascensão social e inserção na estrutura social local que viabiliza ações econômicas e políticas.

Dados do Ipardes (2003) indicam que, no final dos anos 1970, Guarapuava, teve seu setor industrial dinamizado. Houve a inserção de indústria de lâminas e chapas, celulose, papel e papelão e móveis. No entanto, o setor industrial, em grande parte, era composto pelos “[.] segmentos tradicionais tecnologicamente não-inovativos, como a agroindústrias extensivas e extrativas voltadas, além dos gêneros madeireiros de papel e papelão, ao de alimentos e químico, estes em menor escala” (SILVA, 2005, p. 132).

Nesse contexto, além das atividades de desdobramento e aplainamento da madeira, surgiu a fabricação de esquadrias, rodapés e móveis em madeira e a produção de papel e papelão<sup>62</sup>. Nesse setor de produção de papéis diversos e papelão também se destacam as empresas Elias Curi, Polijuta, Pinho Past e Estilo Palitos<sup>63</sup>.

Outra atividade industrial ligada ao setor agroindustrial que se inseriu no município foi a produção e transformação da erva-mate (geradora da erva-mate verde) e a erva-mate amarela (do chá e do tererê). Segundo estudo de Fernandes (2010), o setor de serviços, no período de 1950 a 1970, foi dinamizado com a instalação de várias empresas em Guarapuava, dentre elas, o autor destaca a Farmácia Trajano<sup>64</sup>; o Restaurante Guairacá<sup>65</sup> e a Casa Real<sup>66</sup>.

Apesar do ciclo da madeira ter proporcionado desenvolvimento à Guarapuava, segundo dados do Ipardes de 1976 apresentados por Silva (2002), a economia da

---

<sup>62</sup> A Santa Maria Companhia de papel e celulose é a maior empresa local do setor. Sua produção é 100% exportada para países da Europa, Canadá e Estados Unidos. É de propriedade de Manoel Cardoso Lacerda Vieira, pertencente à família tradicional local.

<sup>63</sup> Silva (2005) salienta que o critério de destaque das empresas foi a pujança econômica. Em especial, pelo número de funcionários.

<sup>64</sup> Na época, propriedade de Amarílio Rezende de Oliveira (sogro de Nivaldo Kruger), Sebastião Loures Bastos e Laurentino da Costa Ávila. Hoje pertence aos netos Amarílio Rezende de Oliveira.

<sup>65</sup> De sociedade constituída entre Germiro Silvestri, Lindolfo Fuchs, Júlio Silvestri (parentes de Moacir Júlio Silvestri) e Oscar Prado Valiati, Antonio Damiani.

<sup>66</sup> Na época, propriedade de Osvaldo Rocha. Hoje pertence a seus filhos.

região sofreu com a monopolização do processo de industrialização e com as cotas de exportação do produto por parte dos grandes grupos econômicos estrangeiros, prejudicando a inserção de capital na região. Isso também foi observado por Tembil (2007) ao relatar que 60% do patrimônio florestal de Guarapuava foi explorado por empresas de fora que não criaram raízes na região, o que, segundo a autora, favoreceu a constituição de uma mão de obra flutuante. Esses fatores contribuíram para a crise do setor madeireiro que se efetivou mais tarde, na década de 1980. Segundo Favaro (2014, p. 32)

A fixação dos imigrantes, bem como as melhorias por eles introduzidas, promoveu também a absorção das médias e pequenas propriedades pelas grandes, em parte pela substituição da agricultura tradicional e da pecuária pela agricultura capitalista, consolidando o processo de revalorização das terras e sua concentração. Este processo fez parte do modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado no Brasil, chamado “modernização da agricultura”, mas também conhecido por “Revolução Verde”, que além de outras consequências, culminou com uma grande concentração de terras tanto no Paraná, como em todo o Brasil.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a economia do município de Guarapuava se desenvolveu, num primeiro momento, por meio da agricultura e pecuária extrativista, decorrentes do processo de ocupação do território que se deu pela concessão de grandes extensões de terra. Com isso, a formação inicial da cidade, derivada das relações coloniais, com base no latifúndio, foi influenciada pela prática do mando, própria da sociedade escravista e, também, pelos hábitos e valores campeiros da época. Contexto em que a classe dominante foi formada pelos sesmeiros e seus descendentes que enriqueceram, de fato, com a atividade tropeira.

Com o processo de modernização da base produtiva da região, promovido pelo ingresso de imigrantes vindos do Rio Grande e Santa Catarina no ciclo da madeira, e suábios, no ciclo da agricultura, alteraram-se as relações sociais na cidade, levando a sociedade campeira a um processo de redefinição da sua identidade social, da qual resultou uma sociabilidade de convivência entre o moderno e o tradicional. Contexto em que a questão da terra demarcou um contraste cultural entre os sesmeiros e os demais grupos de imigrantes que se instalaram em Guarapuava.

## 2 O DOMINIO DO PODER POLÍTICO EM GUARAPUAVA

Analisar a relação entre Estado e classe dominante em Guarapuava remete necessariamente à compreensão dos processos de formação e reprodução das estruturas de poder e suas expressões na vida social local. Pressupõe-se que estudar as estruturas de poder é primeiramente entendê-las como historicamente construídas. Elas não se constituem sob a forma de uma abstração, mas se materializam em situações objetivas de posse e riqueza e se reproduzem por meio de redes de parentesco, sociais e políticas (OLIVEIRA, 2007). Ao defender a importância do estudo das relações objetivas de poder através das dinâmicas locais da formação das classes dominantes, Ricardo Oliveira (2001, p. 5) define esse processo.

A sua materialidade é, fundamentalmente, composta pela inserção econômica e pelas formas que assumem no comando da sociedade local e regional. Indivíduos e grupos podem acumular capitais e entrar na classe dominante e também podem paulatinamente ser afastados por um processo de decadência social e econômica. Transformações ocorrem o tempo todo. Também existem continuidades. Aqui as relações sociais e políticas mais gerais desempenham um importante papel. A gênese local e regional forma o *locus* privilegiado da estruturação dessa classe.

Nesta direção, ele destaca que pesquisar quem são os ricos e poderosos é uma tarefa central, porém extremamente difícil para a sociologia crítica, pois o objeto nunca se revela de forma transparente e integral. E acrescenta que o estudo dos ricos e poderosos é inseparável da análise das relações privilegiadas desenvolvidas por esses grupos inseridos nas instituições e aparelho do Estado.

[...] as estruturas de riqueza são definidas em termos de renda, patrimônios e posições sociais. Os 10% mais ricos formam a parte mais significativa da estrutura social de composição da riqueza e do poder na sociedade brasileira [...] a riqueza e o poder representam fenômenos sociais, comportamentais, culturais e experiências de vida social, econômica, cultural e política de um grande grupo social, não apenas de poucos indivíduos superdimensionados e isolados em termos de riqueza e poder (OLIVEIRA, 2012, p.54).

Marcelo Medeiros, em seu livro “O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira”, ressalta que os ricos não só detêm a riqueza do país e orientam os destinos da economia, mas também se encontram em posições privilegiadas para influenciar as decisões do Estado e a formação da opinião pública sobre as medidas distributivas. Para o autor,

[...] estudar os estratos mais ricos da população é essencial para entender os conflitos de interesse que surgem na formulação de políticas redistributivas no Brasil, uma vez que são esses estratos que controlam posições-chave no Estado e na organização da economia e se encontram, portanto, em condições privilegiadas para influenciar o desenho e a implementação dessas políticas” (MEDEIROS, 2005, p. 38-39).

Para Medeiros, se a elite econômica se torna a elite política, seu poder não se limita a gerenciar apenas a sua própria riqueza de acordo com seus interesses particulares e de grupo, mas se estende a gerenciar também a riqueza de terceiros, inclusive o fundo público. É nesta perspectiva que se busca analisar a inserção e a articulação que historicamente a elite econômica estabeleceu com o poder político em Guarapuava. A discussão é precedida, no entanto, por uma reflexão sobre as principais características da constituição do Estado brasileiro.

## 2.1 AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A GESTÃO PÚBLICA

Sergio Buarque de Holanda (2006), em sua obra “Raízes do Brasil”, ressalta que no Brasil é tarefa difícil para os detentores de posições públicas compreenderem a distinção entre o que é público e o que é privado, pois, onde imperou o tipo primitivo da família patriarcal, o processo de urbanização acarretou um desequilíbrio social cujos efeitos permanecem até hoje.

Para o autor, ao longo da história brasileira, o que predominou foram as vontades particulares, que encontraram seu ambiente em círculos fechados e de difícil acesso a uma ordenação impessoal, ressaltando que, dentre esses círculos, a família foi o que se expressou com mais força e desenvoltura em nossa sociedade,

[...] um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticulares (HOLANDA, 2006, p.160).

Historicamente a ação política dos governantes tende à imposição de determinadas estruturas burocrático-administrativas que lhes servem (aos seus parentes e aos seus apadrinhados) como fator de sustentação das estruturas de dominação. Essa racionalidade é própria da dominação patrimonial. O conceito de

patrimonialismo, desenvolvido a partir da perspectiva weberiana<sup>67</sup>, é usado para se referir às formas de dominação política, tendo como uma das características principais a ausência de distinção entre as esferas pública e privada.

A lógica patrimonialista foi introduzida no Brasil pelos colonizadores através da racionalidade mercantil, isto é, da exploração de riquezas do território brasileiro para o envio ao Estado português. Em Portugal, já estava consolidado o ideário centralizador de um Estado absolutista, governado por um estamento burocrático, que fazia questão de manter seu poder e expandir o seu patrimônio (FAORO, 1998).

Raymundo Faoro em sua obra “Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro” aplicou o conceito de patrimonialismo à realidade brasileira. Para o Brasil Colônia restava cumprir as determinações do Estado português e os traços do Estado patrimonial foram paulatinamente reproduzidos desde a colonização até os dias atuais.

Ao analisar as relações patrimonialistas no sistema capitalista, o autor afirma que o capitalismo, quando conta com uma estrutura de poder ou Estado patrimonialista, torna-se um “capitalismo politicamente orientado”, pois a política é o valor que ocupa o lugar de destaque nesse modelo. Dessa forma, o patrimonialismo inverte as determinações inerentes ao próprio capitalismo, quando “[...] faz da economia um apêndice do poder público” (FAORO, 1993, p. 17).

A dominação patrimonial é contrária à igualdade jurídica e às garantias instituídas por ela. Assim, a sociedade fica na dependência do poder arbitrário de quem o exerce. As leis que ditam esse poder são definidas por valores políticos, portanto a ordem política é o foco central desse sistema.

Nessa direção, Campante (2003) afirma que na racionalidade de tipo material imposta pelo sistema patrimonialista é essencial e fundamental a existência de um

---

<sup>67</sup>Para Weber (1967), a existência da dominação está diretamente ligada à existência de uma autoridade instituída, a qual, através do exercício de poder, dá legitimidade ao seu poder de dominação e aponta três tipos de dominação: o “poder tradicional”, que o patriarca ou o senhor de terras, outrora exercia. Existe, em segundo lugar, a “carismática”, autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção ou confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que fazem o chefe. E, por fim, a “racional-burocrática”, autoridade que se impõe em razão da legalidade, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conforme ao estatuto estabelecido. A burocracia desenvolvida por Weber é um tipo ideal de organização que, “[...] provavelmente não encontra réplica na realidade, mas funciona como importante modelo de análise sociológica e política nas pesquisas e no desenvolvimento da teoria das organizações e, por consequência, no estudo e na formulação da teoria administrativa” (OLIVEIRA, 1970, p. 47).

poder público que organize a sociedade e a economia. Esse poder tem o papel de comandar tanto a sociedade quanto a economia. “[...] Intervém, planeja e dirige o mais que pode a economia, tendo em vista os interesses particulares do grupo que controla, o estamento. Não há ‘regras do jogo’ estáveis na economia, pois elas atendem ao subjetivismo de quem detém o poder político” (CAMPANTE, 2003, p. 153). Com isso, as relações de poder tradicional inserem-se na esfera do poder público, da administração pública, saindo da esfera do poder privado das elites econômicas, que se tornam elites políticas.

Para Oliveira (2001), o conceito de patrimonialismo ajuda a ilustrar aspectos específicos de algumas relações políticas, no entanto, eles são insuficientes para analisar a formação social brasileira, pois não conseguem apreender a lógica de funcionamento mais geral da sociedade dividida em classes.

Cabe aqui agregar a contribuição da análise de Poulantzas (1977) de que os aparelhos do Estado não são simplesmente apêndices do poder político, como tratam Faoro (1993) e Campante (2003), porque o Estado está organicamente presente na geração dos poderes de classe. Em sua obra “Estado, Poder e Socialismo”, o autor ampliou duas formulações principais sobre o Estado, ou seja, como produto e como modelador das relações objetivas de classes. Para ele, há uma separação entre as esferas política e econômica. O poder político, mesmo apoiado no poder econômico, torna-se prioritário na medida em que sua transformação condiciona a mudanças em outras áreas de poder e aí o poder político se concentra e se materializa no Estado.

As formas que esse poder adquire em Estados como o brasileiro reproduzem de maneira muito particular as relações de classe, como exemplifica Faoro (1998) ao analisar o fenômeno do coronelismo. O autor explica que, com o advento da República no Brasil, se acentuou e exacerbou a função eleitoral do coronel<sup>68</sup>. No coronelismo, as relações sociais concentravam-se na figura do coronel, que mantinha o poder sobre todas as coisas em seu território e estabelecia com a comunidade uma relação de dominação tradicional. Nesse sentido, Faoro (1998, p. 633) comenta que “[...] trata-se de um poder de homem para homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional. O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, parece-lhes, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras”.

---

<sup>68</sup>Termo “[...] que designava os mandatários locais oriundos da Guarda Nacional [...] os filhos das oligarquias costumavam ocupar postos de oficial da Guarda Nacional - daí o posto de coronel tornar-se sinônimo de mandatário” (ÁVILA, 1990, p. 2).

O coronelismo e o clientelismo no Brasil são expressões da estrutura de poder patrimonialista que marcou o processo histórico de formação do Estado brasileiro. Assim, esse fenômeno configurou-se como produto de origem histórica. Como já mencionado, as práticas patrimonialistas objetivam o alcance dos interesses particulares e personalistas dos detentores do poder e se distanciam dos interesses públicos e coletivos da sociedade. Dessa maneira, a ocupação da elite econômica nas esferas públicas, por sua vez, oferece legitimidade e reforça politicamente o seu poder, justificando a dominação e o atendimento dos interesses particulares da classe dominante.

Marco Aurélio Nogueira (1998), em “As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado”, ressalta que a partir da década de 1930, com a estruturação da administração pública no Brasil, foi reafirmada uma particular maneira de desenvolvimento do capitalismo que se caracterizou pela ausência de rupturas com as relações sociais permeadas pelas concepções e interesses legados pelo passado. Para o autor, a modernização de talhe conservador, realizada de cima para baixo e passivamente, só reforçou ao extremo a presença estatal na sociedade. Assim, o Estado assumiu a condução do processo de modernização e passou a ser o responsável pela expansão capitalista no país.

O autor ressalta que essa discussão, fundamentada nos estudos de Florestan Fernandes<sup>69</sup>, tem reiterado que o Brasil não se tornou uma nação capitalista por conta da obra de impulsos renovadores capazes de culminar em rupturas com padrões tradicionais de organização social e estatal. Segundo ele, a revolução burguesa brasileira esteve demasiadamente vinculada “[...] à conciliação, à busca de composições e acertos concebidos como forma de compensar os grupos e interesses mais identificados com as fases econômico-sociais que se desejava superar” (NOGUEIRA, 1998, p. 92-93).

---

<sup>69</sup> Nogueira cita Florestan Fernandes em “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”, em que este afirma que “[...] o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo, comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalista; e dinamismos sócio-econômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma” (FERNANDES, 1987, p. 223).

Desse modelo de revolução burguesa se desdobraram diversos efeitos no âmbito específico do Estado e da administração pública. Isso porque, em especial, o Estado sempre exerceu a função de principal articulador da modernização conservadora, o que resultou, nas palavras do autor, em um

[...] Estado precocemente hipertrofiado e todo multifacetado, cujas diversas camadas constitutivas – superpostas por sedimentação passiva – acabaram por alimentar a formação de uma macrocefálica bifrontalidade: ligadas aos múltiplos interesses sociais por inúmeros e muitas vezes invisíveis fios, duas avantajadas cabeças – uma racional-legal, outra patrimonialista – iriam se comunicar e se interpenetrar funcionalmente em clima de recíproca competição e hostilidade, impedindo a imposição categórica de uma sobre a outra, retirando coordenação do todo e fragilizando o comando sobre as diversas partes do corpo estatal (NOGUEIRA, 1998, p. 93).

Essa bifrontalidade expressou-se, segundo o autor, na situação desigual e desequilibrada da máquina administrativa, permeada pelo clientelismo, resistente às mudanças e incapaz de materializar projetos reformadores. Expressou-se ainda na incoerência do aparato administrativo composto por planos concorrentes no âmbito da administração direta sempre desvalorizada, lenta, formalista e desprovida de eficiência e o planejamento, no âmbito da administração indireta, sempre supervalorizado.

É importante ressaltar que, segundo Nogueira (1998), diante da conjuntura da época, com o liberalismo já abalado pelas dificuldades do mercado a partir da crise de 1929 e, também, com a ascensão do nazifascismo, a única via de industrialização no Brasil que se impunha naquele momento era por meio de um Estado forte. Isto é, um Estado como centro de decisão e ação sobre a atividade econômica. Segundo o autor, é por isso que esses anos foram emblemáticos na história brasileira, pois,

Neles, a industrialização irá ganhar impulso não graças à organização em nível superior da sociedade civil, ou virulência dos conflitos urbanos, nem à autonomização política de uma classe burguesa industrial, mas sim, graças à regulação estatal e ao impacto da nova situação econômica mundial. Será de fato o Estado – alargado, adequadamente aparelhado e imbuído de novas funções – que aproveitará da conjuntura aberta da crise de 29 para dirigir a modernização e organizar a sociedade civil, bloqueando sua livre manifestação e apropriando-se do que havia de mais dinâmico dela; um Estado não apenas garantidor da ordem capitalista, mas ativo e empreendedor, posto que partícipe direto do próprio sistema de produção e acumulação (NOGUEIRA, 1998, p. 36-36).

A modernização a que Nogueira se refere decorre do processo de expansão do capitalismo no Brasil, o qual orientou mudanças econômicas, sociais, políticas e

culturais. Ou seja, segundo Nogueira (1998, p. 24-25), “[...] desponta lenta, mas firmemente uma nova civilização urbano-industrial, com suas classes estranhas à estrutura estamental legada pelo Império, com um novo arsenal ideológico e com novas expectativas política”. A década de 1930

[...] conteve em si uma tentativa de atualizar a modernidade prometida pela República de 1889 e parcialmente comprometida pelo sistema de dominação que se estruturou sob os auspícios da Constituição de 1891 [...] o compromisso de democratizar moralizar a vida pública, ordenar um sistema jurídico-político baseado na federação e modernizar a economia por meio de estímulo à industrialização (NOGUEIRA, 1998, p. 22-23).

Esse processo delineou e potencializou os conflitos e contradições sociais entre as classes representadas, de um lado, pela velha República oligárquica e classe burguesa industrial, e de outro, pela classe operária industrial. Dessa conjuntura, resultaram vários movimentos, alguns deles exemplificados por Nogueira (1998), como as greves operárias no Rio de Janeiro e São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Semana de Arte Moderna<sup>70</sup>. Esses movimentos denunciaram e enfrentaram as práticas mandonistas e clientelistas da velha oligarquia, sendo esta amplamente contestada e incomodada por essa nova dinâmica societária.

É importante destacar que a velha oligarquia estava despreparada para enfrentar e controlar essa nova fase e, agregado a isso, ela também foi atingida e enfraquecida pelas dissidências entre as oligarquias regionais e pela crise de 1929. Fatores que acabaram impulsionando a revolução de 1930<sup>71</sup> (NOGUEIRA, 1998).

Embora conhecida como marco da modernização brasileira, a revolução de 1930 resultou em um movimento ligado às oligarquias rurais, portanto, um movimento das elites. Assim, representou mais uma divisão das classes dominantes do que um movimento revolucionário. Portanto, as mudanças não foram suficientes para substituir a racionalidade societária, ao contrário, a permanência da estrutura

<sup>70</sup>Essas manifestações confluíram para o objetivo de denunciar e combater a velha ordem oligárquica, sua política econômica e trabalhista e suas práticas corruptas e clientelistas (NOGUEIRA, 1998).

<sup>71</sup> “[...] A Revolução de 30, nos seus primeiros meses, apenas iniciou uma guerra contra os potentados locais, especialmente no Nordeste, abandonando-a em seguida. Colocou militares no lugar dos velhos chefes políticos regionais, alguns deles investidos de grande poder pessoal, miniditadores [...] por esse meio, as oligarquias mantinham suas relações de clientelismo e, sobretudo, sua dominação tradicional em relação à clientela, isto é, o povo. Mas, passaram a prestar obediência aos novos donos do poder, os militares, os burocratas do Estado centralizado. No fim, mesmo onde a Revolução renovou as lideranças políticas, recorreu ao mesmo sistema de compromissos com facções locais em que o coronelismo sempre se baseou” (MARTINS, 1994, p. 31).

tradicional tornou-se fundamental para a expansão do capitalismo no Brasil. A denominada revolução de 1930, portanto, consistiu no retorno às raízes patrimoniais. O Estado, através da sua face populista<sup>72</sup>, apropriou-se de uma “aparência” democrática concedendo às classes populares um poder de influência nas decisões políticas, mas, na sua essência, permanecia autoritário, conservador e reprodutor de práticas clientelistas.

Em síntese, os anos de 1930 foram permeados pela política e pela conscientização ideológica nas artes e na vida intelectual. E decorrente disso, delineou-se uma “[...] mentalidade mais democrática a respeito da cultura, que começou a ser vista, pelo menos em tese, como direito de todos, contrastando com a visão de tipo aristocrático que sempre havia predominado no Brasil” (NOGUEIRA, 1998, p. 29), porém com ressalvas, como aponta o autor:

No entanto, em certa medida, continuava o mesmo: a democracia não avançava, as massas permaneciam à margem das decisões e os seculares problemas nacionais – miséria, concentração de propriedade agrária, dependência externa, profunda desigualdade regional e social – restavam intocados ou eram dramaticamente agravados. O confronto entre duas épocas – a da velha República latifundiária dos coronéis e a do novo País do Estado, da indústria e dos trabalhadores –, embora dinamizasse a sociedade e exigisse a redefinição do sistema de poder, não se concluiu com a eliminação radical de seu polo mais atrasado: mais uma vez seria encontrado um compromisso, um acordo pelo Estado entre as velhas e novas elites.

Ele destaca como exemplo de tentativa de modernização da máquina pública a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, em 1937, pelo Presidente Getúlio Vargas. Segundo o autor, o DASP funcionou como um órgão administrativo inovador e modernizador e liderou a organização do aparato público brasileiro da época como o centro influenciador de ideias renovadoras. E mais, foi o órgão central de um sistema racionalizador no âmbito do poder executivo federal. O DASP contribuiu para a conquista de alguns avanços na administração pública, como a melhoria da qualidade dos funcionários públicos, instituiu a função orçamentária,

---

<sup>72</sup> Os componentes fundamentais do populismo, segundo Weffort (1980 p. 69), são: “[...] A personalização do poder, a imagem (meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas.” A racionalidade do populismo consiste no poder do chefe do Estado, instituído e legitimado pelas massas populares, e esse chefe, na maioria das vezes, é confundido com o próprio Estado. Desse modo, tanto o Estado como seu chefe distanciam-se das suas funções, desprezando os interesses coletivos, personalizando suas ações.

simplificou e padronizou a aquisição de materiais, criou um núcleo estrutural do desenvolvimento econômico e social que resultou em vários outros órgãos reguladores e a partir dele, surgiu o interesse pelo estudo das ciências administrativas. Essa nova fase da administração pública veio acompanhada de uma grande reformulação ministerial, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Através do DASP, implementaram-se as bases para uma administração pública profissionalizada, de normas legais, com concurso público para o ingresso dos funcionários de carreira à instituição. Dessa forma, seguindo os preceitos da burocracia weberiana, com critérios objetivos de recrutamento, seleção e classificação do funcionário e, sobretudo, estabelecendo uma lógica pautada na igualdade de direitos, com ênfase nos aspectos jurídicos e éticos, coibindo o privilégio via indicação política, valorizando a impessoalidade. No entanto, não alterou os padrões de relacionamento entre a classe política e o serviço público, pois, mesmo com a existência de concurso público para o ingresso do funcionário de carreira, existiam, também, os cargos “extranumerários”, preenchidos via indicação política. Essa dinâmica valida a seguinte afirmação de Nogueira (2001, p. 48): “A política também pode ser desqualificada por suas instituições: pelo arranjo institucional que a anima e regula”.

A experiência renovadora não evitou as imposições de caráter político e cultural que acompanharam o desenvolvimento capitalista brasileiro, isto é, pela sua natureza autoritária, pelos mecanismos de controle da cidadania e pelo uso do clientelismo.

Nogueira (1998) afirma que a construção do Estado brasileiro sempre conviveu com déficits em termos de gestão pública, devido às particularidades de seu processo de formação, em que, no primeiro momento, esteve condicionado à materialização da racionalidade extrativista colonizadora que reagiu contra qualquer organização e controle estatal. Em seguida, com o processo de modernização, quando se exigiu a presença de um Estado forte, este foi controlado e cooptado pelas oligarquias, que, por meio de suas práticas mandonistas, não permitiram sequer a organização policial e jurídica por parte do Estado.

O autor destaca ainda que, historicamente no Brasil, a administração pública esteve sempre permeada pelo desempenho de funções vicárias e compensatórias, na medida em que se empenhou em absorver a mão de obra excedente que emergia do

sistema produtivo do país. Em decorrência, a estrutura burocrática ficou artificialmente inflada.

Desde cedo, portanto, o setor público esteve instrumentalizado pelas oligarquias locais/regionais e pelos grupos econômicos dominantes. Acabou, então, por ser fortemente condicionado por interesses, hábitos e estilos do mundo privado, que buscou formatar o espaço público como uma fonte de privilégios pessoais ou grupais e de distribuição de cargos, benesses e prebendas. Como é evidente, tal intimidade entre o mundo público e privado dificultou a convivência da burocracia estatal com padrões superiores de racionalidade, eficiência e organicidade. Mesmo mais tarde, já na fase da industrialização e do maior protagonismo estatal, a burocracia continuará sentindo os efeitos dessa sua constituição (NOGUEIRA, 1998, p. 91).

Diante disso, Nogueira (1998, p. 98) conclui afirmando que o vetor racional-legal acabou por “[...] problematizar suas relações com a questão democrática e a democracia ficou reduzida, paradoxalmente, à peça da retórica liberal-patrimonialista”.

Buscando posicionar essas relações de poder e a organização da máquina administrativa pública no estado do Paraná desde o período colonial, Oliveira (2001, p. xxvii) destaca-o como uma unidade regional criada pelos estrategistas do Partido Conservador. Assim,

A motivação, da sua classe dominante, de históricas raízes coloniais nas famílias senhoriais formadas nas sesmarias e cargos municipais nas vilas dos homens bons do período colonial, foi estimulada e valorizada por sua lealdade ao centro político do poder nacional. O Paraná se sente profundamente sintonizado com o centro de gravidade da política brasileira [...] O Paraná sempre assume o lado das tendências que constroem o consenso vitorioso nas conciliações políticas brasileiras [...] O Paraná foi pensado na geopolítica dos construtores do Império, os estrategistas do Estado Nacional, como uma unidade modelo a ser um indicador de tendências políticas brasileiras. Um modelo de organização pública. Um modelo de europeização e ocidentalização do Brasil. Um dos elementos de sustentação do centro de gravidade político do Brasil.

Dessa maneira, não estava deslocado do contexto nacional apresentado por Prado Junior:

Nas eleições para os cargos da administração municipal votam apenas os *homens bons*, a nobreza, como se chamavam os proprietários. Tal privilégio é por eles ciosamente defendido, com exclusão de toda população propriamente urbana: mercadores, mecânicos, outros artífices, os industriais de então. O poder das câmaras é pois o dos proprietários. E seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. Vemos as câmaras fixarem salários e o preço das mercadorias regularem o curso e valor das moedas; proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio, e com ele celebrarem pazes; tratarem da ereção de arraís e povoações; proverem sobre o comércio, a indústria e a administração pública

em geral; chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios. Algumas câmaras mantinham até representantes em Lisboa, tratando assim diretamente com o governo metropolitano, por cima da autoridade dos seus delegados no Brasil (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 29).

Os cargos públicos nada mais eram que a extensão dos interesses privados do segmento oligárquico que assumiu o caráter patrimonialista e clientelista das relações políticas. Nessa perspectiva, as relações sociais foram estabelecidas basicamente por meio da troca de favores motivada por interesses pessoais tanto de quem beneficia como de quem era beneficiado (CARVALHO, 2010).

As transformações do início dos anos de 1930 foram sentidas também no Paraná, com a dinamização do processo de povoamento do seu território, em especial, das regiões norte e oeste do estado. Com isso, apesar das condições materiais desfavoráveis decorrentes da crise de 1929, houve um vasto investimento em infraestrutura para organização e ocupação efetiva dessas regiões. Assim, a partir de 1930, segundo Oliveira (2001), o Paraná se desdobrou em muitos, exigindo organização da administração pública frente às novas demandas.

No texto “A História Administrativa do Paraná (1853-1947)”, publicado pela imprensa oficial, Roncaglio et al (2000) ressaltam que o governador Plínio Tourinho liderou a revolução de 1930 na região e, decorrente disso, a administração estadual seguiu a mesma direção da reforma do Estado nacional.

## 2.2 AGENTES POLÍTICOS, INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SUAS INTERFACES EM GUARAPUAVA

O poder político local começou a ser delineado em Guarapuava a partir da trajetória econômica e política dos três principais componentes da Real Expedição povoadora de Guarapuava, no ano de 1810, ou seja, o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o também Tenente Antônio Rocha Loures e o Padre Francisco das Chagas Lima. Estes, devidamente legitimados pelo governo central, desempenharam o papel administrativo e político de ocupação, povoamento e organização da região de Guarapuava, como ilustrado por Santos (2007, p.111).

Os comandantes, os padres e os fazendeiros, em universo determinado, exerceram a prática do poder de gerenciar os cargos públicos, ao executar funções político-administrativas na Freguesia, depois Vila, buscando a ajuda

da comunidade, ou lançando mão de ajuda em dinheiro e escravos para a construção da igreja, da cadeia e do quartel, para abertura dos caminhos, para a organização da Guarda Nacional e para a constituição da Câmara, entre outras questões que tinham que resolver na comunidade.

Desta forma, a ocupação dos primeiros cargos públicos ocorreu por meio da instalação da Câmara Municipal em 1853, quando criada a Vila de Guarapuava. Formaram a primeira Câmara os seguintes camaristas (termo originário da concepção de camareiro, ou fidalgo a serviço do rei), como eram chamados os vereadores: Francisco Ferreira Rocha Loures, Joaquim José de Lacerda, Francisco José dos Santos, Hermenegildo Alves de Araujo, Pedro Siqueira Côrtes, Antonio de Sá e Camargo, e Manuel Marcondes de Sá, este último eleito e empossado o presidente. Sobre a composição dessa primeira legislatura, Cleve (2009, p.118) destaca que:

A câmara era eleita pelos chamados “homens bons” do lugar, ou seja, pelos homens mais importantes e conceituados, em geral de confiança do Governo Imperial, e compunha-se de dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador, além de suplentes, todos chamados de camaristas. Não havia a figura do prefeito, sendo que as funções executivas eram exercidas por um camarista, seu presidente, que era chamado de intendente.

Essa lógica pautada na “moral” e nos “bons costumes” está explicitada em partes do discurso de posse do presidente Manoel Marcondes de Sá (destaque nosso).

[...] Levanto a minha voz, não para exortar-vos aos compromissos de seus deveres, mas sim para congratular-me convosco por se achar de hora avante a felicidade de nosso País, **entregue aos cuidados de vossas ilustradas razões, principalmente quando vejo que muitos entre vós têm dado tão inequívocas provas de patriotismo, procurando por muitas vezes o melhor material e moral deste lugar.** Se é verdade que tereis que lutar com dificuldades, **vos ficará o prazer de ter feito o bem**[...] estou certo de vosso modo de pensar pelo bem de vossa Pátria, por isso nada mais tenho que pedir-vos relativamente ao cumprimento de vossos deveres, pois para isto, seria necessário que eu estivesse em dúvida de **vossas forças morais**, e falar nisso seria ofender-vos [...] resta agora sermos unidos e trabalharmos fraternalmente e com acordo no edifício, cuja a pedra angular está lançada; espero poder desempenhar as obrigações inerentes ao meu cargo, porque não haveis de me negares os conselhos necessários para isso, e assim guiado pela vossa razão amadurecida no trabalho e nas suas funções, poderei trilhar seguro a estrada que me está indicada (TEIXEIRA, 1993).

Sobre os integrantes, registra-se que **Francisco Ferreira Rocha Loures** era filho de Antônio Rocha Loures e proprietário da fazenda Cavadeira. O amigo de seu

pai, **Hermenegildo Alves de Araújo**<sup>73</sup>, da família Araújo, também de sesmeiros, foi coletor de rendas e diretor geral dos índios (MARTINS, s.d. c).

Os militares **Francisco José dos Santos**, tenente da Guarda Nacional de Guarapuava (REVISTA MONJOLO, 2011) e **Pedro Siqueira Côrtes**, filho de Bento Siqueira Côrtes, descendente dos primeiros sesmeiros. Este era proprietário das fazendas Cachoeira, Vassoural e Ilha Grande, foi comandante do 7º Batalhão de Infantaria em 1870<sup>74</sup>, descendente do clã português iniciado por Diogo de Siqueira, que ocupou lugares importantes na administração da Casa Real: Comendador Grão-mestre da Ordem de Avis e Mestre da Ordem de Santa Maria (SILVA, 2010).

Os primos **Antônio de Sá e Camargo** e **Manoel Marcondes de Sá**. Antonio era filho de Manoel Joaquim de Camargo e Mathilde Umbelina da Glória, filha de Manoel José de Araújo, o fundador de Palmeira. Transferiu-se para Guarapuava em 1832 para dirigir a fazenda dos Camargo ou Boa Cria, de propriedade de seu pai. Mais tarde, foi proprietário das fazendas Três Capões, Capão Rico, estas, próximas de Guarapuava, e também das fazendas Floresta e São Rufino em Palmas. Instalou-se em Guarapuava, tornando-se um grande fazendeiro. Foi comandante da Guarda Nacional. Em sua trajetória acumulou os títulos de Oficialato da Ordem da Rosa (1861), Cavaleiro da Ordem de Cristo (1867), Barão de Guarapuava (1870) e Visconde de Guarapuava (1880) (SANTOS, 2007). Já Manoel Marcondes de Sá foi fazendeiro, pecuarista e, em 1818, recebeu uma sesmaria em Guarapuava. Dedicou-se ao tropeirismo e à extração de erva-mate (MARCONDES; ABREU, 2001), foi também juiz de paz da cidade.

Completa o rol de camaristas o nome de **Joaquim José de Lacerda**, cuja filiação e vinculação social e econômica não foram localizadas.

Assim, a Câmara de Guarapuava foi composta pelos fazendeiros locais, sesmeiros e seus descendentes, de maneira que o poder político foi exercido pelos proprietários de terra, na mesma lógica do que ocorria em todo o Paraná. Segundo Wachowicz (2001), até o advento da República, o poder político no Estado foi exercido

<sup>73</sup> Hermenegildo Alves de Araújo foi nomeado por Antônio Rocha Loures a ter poderes sobre o seu testamento, juntamente com o genro e o filho de Rocha Loures (fonte: Testamento de Antônio Rocha Loures).

<sup>74</sup> Mais tarde seria também comandante superior interino da Guarda Nacional de Guarapuava entre 1864 e 1869. Dados retirados do caderno "Duas Famílias Paranaenses: Os Rocha Loures e Siqueira Côrtes, em 300 anos de história", de Sebastião Meira Martins (s.d., c). Faz parte do acervo da A Casa Benjamin C. Teixeira – Historiografia de Guarapuava: preservação, pesquisa e divulgação.

por uma oligarquia, tendo por base o latifúndio e a estrutura patriarcal das principais famílias criadoras de gado dos Campos Gerais.

Essa estrutura se reproduz nas legislaturas seguintes da Câmara Municipal de Guarapuava no período entre 1853 a 1890<sup>75</sup>. Nas onze legislaturas arroladas, destacam-se três pessoas que, membros da primeira legislatura, exerceram ao todo cinco mandatos nesse período. São eles:

**Manoel Marcondes de Sá**, primo do Visconde de Guarapuava (Antonio de Sá e Camargo), o primeiro presidente da Câmara, e era filho do Capitão Domingos Ignácio de Araújo (o Marcondes) e de Josefha Joaquina Pinheiro França. Chegou a Guarapuava em 1853 e construiu a sede da sesmaria do Capão Bonito, em Entre Rios (MARCONDES, s.d. a), a qual posteriormente foi vendida para o Coronel Domingos de Siqueira Cortes (CAPÃO BONITO..., p. 70-74). Casou-se com a filha do Capitão Frederico Guilherme Virmond, Carolina Amália Virmond entrelaçando as famílias Sá e Virmond. Também estiveram presentes em cinco legislaturas **Hermenegildo Alves de Araújo** e **Francisco Rocha Loures**, o filho de Antônio Rocha Loures.

Outros nomes que se destacam foram os de **Francisco Manoel de Assis França** e **Frederico Guilherme Virmond Junior**, que ocuparam a função por quatro vezes. Francisco Manoel de Assis França foi também juiz de paz de Guarapuava, delegado da polícia, inspetor municipal de ensino, juiz municipal e de órfãos, major reformado da Guarda Nacional e deputado provincial (ABREU; MARCONDES, 2001).

Já Frederico Guilherme Virmond Junior, era filho do médico e proprietário de terras Frederico Guilherme Virmond e de Maria do Belém Mendes Araújo, e neto, por parte de mãe, do Alferes Manoel Mendes de Araújo, sesmeiro que fez parte da Real Expedição povoadora dos campos de Guarapuava. Ele dedicou-se à pecuária, foi tropeiro e também atuou no comércio de tecidos e armarinhos. Foi deputado estadual e ocupou o cargo de vice-presidente do Estado. Seu irmão, **Frederico Ernesto Virmond**, também se destacou como empresário, fazendeiro e agricultor, foi prefeito, presidente da Câmara de Guarapuava e Deputado Estadual (MARTINS, s.d. b).

Constata-se também que a grande maioria dos camaristas, incluindo os citados, possui sobrenomes das famílias que foram as primeiras proprietárias de terras de Guarapuava, aquelas que obtiveram inicialmente a concessão das sesmarias. E mais, que no período de 1853 a 1890 todos os presidentes da Câmara

---

<sup>75</sup> Dados retirados do Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava e CEDOC/G – UNICENTRO e Arquivo Geral da Câmara legislativa de Guarapuava

Municipal de Guarapuava -Manoel Marcondes de Sá (1853 a 1857 e 1864), Frederico Guilherme Virmond Junior (1860 a 1864 e 1881), José Tavares de Miranda Lacerda (1865 a 1877) e Frederico Ernesto Virmond (1890)<sup>76</sup> - pertenciam a essas famílias. É importante também ressaltar que o vereador Coronel José de Freitas Saldanha, por duas legislaturas presidente da Câmara, embora não possuísse sobrenome vinculado às famílias tradicionais locais, era casado com Maria Rosa Bandeira Saldanha, da família Rocha Loures.

Com isso, constata-se que a vinculação entre o poder econômico das famílias proprietárias das terras na região com o poder político local estava já consolidada às vésperas da proclamação da República, e depois se manteve. O que pode ser reafirmado pelo fato de que, dos sete vereadores que assumiram a Câmara logo depois de proclamada a República, apenas o padre Pedro Alves da Costa Machado não pertencia a uma dessas famílias.

Com a passagem do Império para República, os Estados passaram a ter uma expressiva autonomia administrativa, financeira e política o que possibilitou uma integração maior dos grupos que dominavam a economia com a máquina político administrativa, ou seja, uma predominância dos interesses privados nas decisões políticas.

O regime republicano impôs uma nova dinâmica governamental, exigindo alterações na máquina administrativa. E nesse contexto, em Guarapuava, a gestão municipal no período de 1896 a 1928, foi ocupada pelos seguintes prefeitos<sup>77</sup>:

O primeiro prefeito de Guarapuava, o **Coronel Pedro Lustosa de Siqueira** (1890 a 1894) antes fora vereador e deputado provincial. Era descendente do Guardamór Lustosa e agrega dois sobrenomes das primeiras famílias da cidade e proprietárias de terras: Lustosa e Siqueira. Foi um dos maiores criadores de gado da região na época, proprietário de cinco fazendas<sup>78</sup> no antigo distrito do Pinhão.

O segundo mandato republicano (1894 a 1896) foi do coronel **José de Freitas Saldanha**, antes deputado estadual (1888- 1889 e 1891-1892).

Os dois mandatos seguintes são dos parentes, **Zacarias Caetano Coelho do Amaral** (1896 a 1900), nomeado pelo governo do Estado do Paraná em 1900 (A

---

<sup>76</sup> Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava e CEDOC/G – UNICENTRO e Arquivo Geral da Câmara legislativa de Guarapuava.

<sup>77</sup> Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava e CEDOC/G – UNICENTRO e Arquivo Geral da Câmara legislativa de Guarapuava.

<sup>78</sup> Fazendas Torres, Capão Grande, Bom Jesus, Pinhal Ralo e Limeira (MARTINS, 1997).

REPÚBLICA, 1900); e **Francisco Caetano Amaral** (1900 a 1904), comerciante, na época proprietário da Pharmacia no lago da Matriz.

Já **Francisco Solano Alves de Camargo** (ASCENDÊNCIA..., 2015), do tronco familiar de Antonio de Sá e Camargo, o Barão de Guarapuava, ocupou a prefeitura em dois mandatos: 1904 a 1908 e 1916 a 1920. Entre eles, a prefeitura foi ocupada por **Frederico Ernesto Virmond** (1908 a 1912) - da família Virmond, de sesmeiros -, e **Luiz Miguel Schleder** (1912 a 1916).

Em 1920, assume a prefeitura **Romualdo Baraúna**, natural da Bahia, filho do major Antônio Lázaro do Sacramento Baraúna e de Maria Joaquina Lopes Baraúna. Engenheiro agrônomo. Fixou sua permanência na cidade de Guarapuava, lá foi redator do jornal "[O Guayra](#)" e fundou o jornal "*O Guarapuavano*", além de colaborar em vários jornais paranaenses. Foi deputado estadual na [Assembleia Legislativa do Paraná](#) em várias legislaturas<sup>79</sup>. Mas, em 1924, **Francisco Solano Alves Camargo** reassume para mais um mandato, o seu terceiro, a frente do executivo municipal.

Com base nestas informações, é possível observar a presença majoritária das mesmas famílias ocupantes dos cargos públicos em Guarapuava desde o período imperial, avançando sobre a primeira república. Verifica-se ainda, que das nove gestões citadas, três delas foram de responsabilidade de Francisco Solano Alves Camargo, pertencente à família Camargo, que permaneceu exercendo cargos na gestão política por longo tempo.

O período permitiu, no entanto, o exercício do poder político por parte de elementos aparentemente estranhos ao mundo do grupo formado pelas famílias dos descendentes dos primeiros ocupantes da região, os sesmeiros. Os vários segmentos de classe nos quais se desdobraram esses fazendeiros, conforme Abreu (1987), incluíam aqueles que enriqueceram com o comércio do gado, e os que orbitavam no entorno dos ricos e da riqueza gerada pelo tropeirismo. Nesse contexto, provavelmente, estão os casos de Zacarias e Francisco do Amaral, e, sobretudo, de Romualdo Baraúna.

---

<sup>79</sup>Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava e CEDOC/UNICENTRO.

### 2.3 ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL: O PODER A PARTIR DE 1930

O ambiente político local dos primeiros anos da década de 1930 era de alinhamento com o cenário brasileiro e paranaense. No ano de 1930, foi designado pelo major Plínio Tourinho, o coronel local, **Antonio da Rocha Loures Vilaca** para ser o comandante militar da “praça” de Guarapuava e, assim, garantir que as diretrizes do governo fossem cumpridas.

Silva (2010) relata que devido à fidelidade de Antonio da Rocha Loures Vilaca à causa revolucionária de 1930, o interventor do Paraná lhe concedeu o Cartório de Registros Geral de Hipotecas e Anexos. Nessa mesma época, ele fundou o jornal impresso “O Liberal”, que tinha como redator-chefe **Amarílio Rezende de Oliveira**, que mais tarde, devido a divergências políticas com o coronel Vilaca, fundou o jornal impresso “O Combate”, que serviu para afrontar diretamente o referido desafeto.

Amarílio Rezende de Oliveira era natural do Rio de Janeiro e veio para Guarapuava em 1927 para exercer o cargo de diretor da Escola Visconde de Guarapuava, a mais importante do município. O cargo de diretor lhe conferia certo *status* político, pois, segundo Silva (2010, p.144), “[...] eram elementos importantes no jogo eleitoral, na medida em que poderiam influenciar a posição política de professores, considerados importantes formadores de opinião na comunidade”. Ele se casou com a guarapuavana Judith Bastos, filha de Trajano de Paula Bastos, proprietário da Farmácia Trajano. Após os atritos que teve com o coronel Vilaca, Amarílio foi transferido para o município de Imbituva por determinação do interventor Mário Tourinho. Decorrente disso, exonerou-se do cargo de diretor da escola, mas foi reintegrado ao cargo no mesmo ano pelo interventor do estado Manoel Ribas (SILVA, 2010).

Sua trajetória como político não o levou à prefeitura, mas sua influência foi marcante nos anos que se seguiram. Em 1935, Amarílio ingressou no movimento da Ação Integralista Brasileira e, em 1937, foi titular da Secretaria Municipal de Educação e chefe do gabinete do prefeito. Seu filho, **Trajano Bastos de Oliveira**, foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Mas, cabe destacar que Amarílio lançou na política local, algum tempo depois, seu genro **Nivaldo Passos Kruger**, que viria a ser um dos políticos mais influentes do município.

Por indicação do coronel Antonio da Rocha Loures Vilaca, em 1930, **Augusto Gomes de Oliveira**, foi nomeado prefeito de Guarapuava pelo interventor do Estado.

Augusto era proprietário da fazenda Floresta no então distrito de Candói e foi prefeito de Guarapuava até início de 1932, substituído por **Arlindo Martins Ribeiro**, filho do coronel da Guarda Nacional, Diogo Martins Ribeiro. Teve uma educação militar, na Escola Naval do Rio de Janeiro, porém não seguiu a carreira preferindo aventurar-se no interior dos estados do sul do país na condição de vendedor viajante de firma comercial. Fixou residência na cidade de Guarapuava e se casou com Ermínia Branco, de família da elite local. Logo depois, em sociedade com o sogro, fundou uma firma comercial e em seguida se tornou fazendeiro pecuarista.

Em 1908, Arlindo Martins Ribeiro foi eleito vereador, cargo que ocupou consecutivamente até 1918. Porém, em 1917, pediu licença da Câmara Municipal para assumir uma vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná. Foi prefeito de Guarapuava a partir de 30 de junho de 1932, quando o interventor do estado, Manoel Ribas, o nomeou para o cargo, permanecendo até 1936<sup>80</sup>.

De 24 de março a 15 de abril de 1936, **Generoso de Paula Bastos** assumiu a prefeitura de Guarapuava, indicado pelo interventor Manoel Ribas. Generoso de Paula Bastos, casado com Ana Maria Loures Bastos, filha de Cypriano da Rocha Loures, este, filho do Capitão Antônio Rocha Loures (SILVA, 2010).

Em 1936, assume como prefeito de Guarapuava **Aníbal Virmond**, descendente de Frederico Ernesto Virmond. Ele se casou com Nercinha Bandeira de Camargo, filha de Manoel França de Camargo. Foi proprietário da fazenda Campo Real em Guarapuava e de fazendas em Palmas e Abelardo Luz (MARTINS, 1997).

Aníbal disputou as eleições pelo Partido Social Nacionalista – PSN, comandado pelo coronel Vilaca e teve como adversários o prefeito à época, Arlindo Ribeiro do Partido Social Democrático – PSD, e o comerciante Generoso de Paula Bastos, do Partido Municipal Independente – PMI, partido opositor do governo do Estado (SILVA, 2010). Cabe ressaltar que a eleição foi bastante conturbada, e Aníbal Virmond foi eleito com apenas um voto de diferença, denominado como o “voto de Deus” em reportagem do jornal Cidade (JORNAL CIDADE, 1935).

A filha de Aníbal Virmond e de Nercina Camargo, Ana Joaquina de Camargo Virmond, casou com seu primo, **Frederico Virmond de Lacerda Werneck**, vereador e deputado federal, filho de [Francisco Peixoto de Lacerda Werneck](#) e Epônima

---

<sup>80</sup>Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava e CEDOC/G – UNICENTRO e Arquivo Geral da Câmara legislativa de Guarapuava.

Virmond, bisneto dos [Barão do Pati do Alferes](#). Frederico Virmond de Lacerda Werneck e Ana Joaquina tiveram entre seus filhos, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que viria a ser deputado estadual e, dentre os seus netos, a cineasta Sandra Werneck.

Segundo Silva (2010), após a eleição de 1935 houve um realinhamento das forças políticas na cidade. De um lado o poder ficou estabelecido e representado pelo coronel Vilaca. De outro, os integralistas (como Amarílio Rezende de Oliveira e outros), que davam suporte ao prefeito Aníbal Virmond. Dessa maneira, nas palavras da autora, esses últimos saíram das margens para ocupar um lugar de destaque no jogo político local. É importante aqui destacar que a visão dos integralistas se fundamentava na luta contra a ameaça comunista, empunhando a bandeira “Deus, pátria e família”.

De Pieri et al (2011), ao tratar do contexto guarapuavano da década de 1930, comenta que os conflitos políticos refletiram no comportamento local, caracterizado pela ausência de pluralidade das lideranças, contribuindo para que se mantivesse o domínio de poucos grupos ao longo da história de Guarapuava. Para os autores, um exemplo clássico desse fenômeno foi

[...] o predomínio das ações políticas por parte do Visconde de Guarapuava, amparado pela permanência no poder de Jesuíno Marcondes, seu parente, presidente da província e Ministro da Agricultura do Império. Também a ação política de Afonso Camargo e familiares, que ficou no poder estadual por mais de 30 anos (DE PIERI ET AL, 2001, p. 21).

Com o Estado Novo, são suspensas as eleições e os prefeitos municipais voltam a ser indicados pelo governador do Estado. Assim, entre 1937 e 1939 foram nomeados prefeitos de Guarapuava, **Fernando Lisboa Junior** (em 1937) e **Ulisses Uchôa Bittencourt** (em 1939). Sabe-se apenas do segundo: era veterinário, jornalista e administrador público, foi prefeito de Guarapuava por indicação do interventor do Estado, Manoel Ribas.

Do ponto de vista da gestão pública, a modernização burocrática e as políticas industrializantes foram as linhas gerais do Estado Novo. Nesse período, iniciou-se na região o processo de transição de uma sociedade eminentemente agrária para a urbana-industrial. o Estado pactuava com os setores da elite agrária ao mesmo tempo em que adotava medidas voltadas para a alteração da estrutura produtiva, conduzindo

um pacto político que conservou os traços do passado patrimonial com inovações de uma política de massas, numa nova composição de forças sociais.

O Estado Novo acentuou o caráter autoritário, centralizador e antidemocrático do Estado brasileiro. Neste sistema, os direitos políticos foram suprimidos e a aproximação com a classe trabalhadora se estabeleceu pela via de um projeto político ideológico populista.

Para Nogueira (1998), o espírito inovador da administração pública no período que envolveu o Estado Novo não foi capaz de impedir que se reproduzissem e se reforçassem algumas das deformações acumuladas, elas se atualizaram e se ajustaram à nova fase da história do Estado brasileiro.

No Paraná esse período foi de povoamento do estado, assim, a tônica do desenvolvimento e do progresso estava diretamente relacionada ao incentivo à ocupação das terras férteis do norte, em especial, por paulistas e mineiros, e as terras da região oeste e sudoeste pelos gaúchos e catarinenses. Portanto, um período de crescimento demográfico decorrente da expansão da fronteira agrícola.

Em termos administrativos, significou o crescimento da burocracia estatal e, com o fechamento do Poder Legislativo, novos órgãos foram criados para auxiliar o poder Executivo, dentre eles, o Departamento Administrativo do Estado do Paraná.

Guarapuava também foi atingida pela política estadual de povoamento. A economia local foi dinamizada pelas mãos de novos agentes, sobretudo os gaúchos, que se instalaram na região para desenvolver a atividade madeireira. Esses madeireiros se destacaram economicamente e passaram a compor uma nova elite, uma vez que eles não faziam parte da antiga classe dominante da cidade. Fato relatado por Holocheski ao analisar o contexto das madeireiras em Guarapuava.

*[...] quando vem o ciclo da madeira ocorre uma alteração política, porque daquele pessoal que veio do Rio Grande, que originalmente eram agricultores, e vêm aqui e se tornam madeireiros, logo surge uma liderança política nova, que era o **Moacyr Silvestri** e que se torna prefeito de Guarapuava. Era um rapaz dinâmico e trabalhador, e ele acaba assumindo uma liderança política dos Silvestri, que começa em 1951. Depois do Moacyr, surge uma nova liderança política que é o **Nivaldo Kruger**, que também é de fora e acaba ganhando uma formação política do professor **Amarílio Oliveira**” (AH)<sup>81</sup>*

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida a Solange Fiuza em 08 de agosto de 2014.

Entre os anos de 1940 a 1947 os prefeitos de Guarapuava foram **Mario Pimentel de Camargo**, **Antonio Lustosa de Oliveira** e **Altino Borba**.

**Mario Pimentel de Camargo** tomou posse em fevereiro de 1940, indicado pelo interventor do Estado (TEIXEIRA, 2012). Ele era engenheiro agrônomo e foi diretor da Divisão de Terras e Colonização. Já **Antonio Lustosa de Oliveira** teve sua posse em setembro 1944, também indicado pelo interventor Manoel Ribas (TEIXEIRA, 2012). E, num segundo mandato, a partir de 1945, foi nomeado por decreto pelo desembargador interventor federal. Em novembro de 1945, foi (re)nomeado pelo interventor Brasil Pinheiro Machado, permanecendo no cargo até 1946. Foi também presidente do clube Guaíra.

Antonio Lustosa de Oliveira foi um dos mais importantes agentes políticos de Guarapuava. Filho do major Joaquim Ferreira de Oliveira e de Ubanilda Lustosa Danguy, esta descendente de famílias de sesmeiros. Eram pecuaristas e proprietários de uma grande plantação de cana-de-açúcar e um alambique, localizados no então distrito do Pinhão. Era o filho mais novo de treze irmãos e acabou adotado pelo casal de tios que não tiveram filhos. Passou a morar na cidade de Guarapuava com os tios, o capitão Manoel Paulo de Siqueira e Rosa Lustosa Danguy. Assim, herdou também as vastas áreas de terra de seu pai adotivo Manoel, que era filho do coronel Pedro Siqueira Cortes (SILVA, 2010).

Foi deputado, prefeito e diretor da Caixa Econômica Federal. Foi jornalista e fundador do jornal “Folha do Oeste que circulou na região de Guarapuava por mais de quarenta anos. No jornal, escrevia artigos que tratavam dos problemas locais e nacionais, sob o pseudônimo de João do Planalto. Foi também, o responsável por difundir os princípios integralistas em Guarapuava” (SILVA, 2010, p. 68).

E por fim, o prefeito **Altino Borba**, nomeado por decreto do Desembargador interventor federal em 1945, sua posse ocorreu em novembro de 1946 (TEIXEIRA, 2012).

De acordo com Nogueira (1998), o cenário nacional a partir do ano de 1945, era de uma administração conduzida sem maiores direcionamentos estratégicos e realizada de forma rotineira. “O vetor racional-legal acabou, assim, por problematizar suas relações com a questão democrática e a democracia ficou reduzida, paradoxalmente, à peça da retórica liberal-patrimonialista” (NOGUEIRA, 1998, p. 98). Ao final da grande reforma administrativa do Estado, “[...] consolidou-se o hiato entre

a administração pública e a dinâmica do desenvolvimento econômico”. Hiato que armou a próxima etapa da administração pública brasileira.

Segundo Boris Fausto (1995), o final da década de 1940 e início da década de 1950 se configurou como um período em que o governo brasileiro, ao mesmo tempo em que tratava de dinamizar a economia, viu-se diante do avanço da inflação que resultou em um problema com fortes repercussões sociais.

Em Guarapuava, no período que vai de 1947 a 1962, foram eleitos os prefeitos **Juvenal de Assis Machado** (1947 a 1950), **José de Mattos Leão** (1951 a 1954), **Joaquim Prestes** (1955 a 1958) e **Moacyr Julio Silvestre** (1959 a 1962).

**Juvenal de Assis Machado**, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), era fazendeiro e industrial. Conhecido como Machadinho, ganhou a eleição apoiado pelo líder político Antonio Lustosa de Oliveira (SILVA, 2010).

**José de Mattos Leão** foi eleito pela coligação Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN) e Partido da Representação Popular (PRP). Representava o segmento madeireiro da cidade e, segundo Silva (2010), foi a primeira vez que o núcleo dos proprietários rurais foi derrotado nas eleições do município. Seu filho, **João de Mattos Leão** (UDN), [advogado](#) formado pela [UFPR](#) e [economista](#) pela Faculdade de Ciências Econômicas Plácido e Silva, foi [empresário](#) com atuação na [indústria madeireira](#). Sua primeira filiação foi na [UDN](#), elegendo-se vereador em [1958](#) em [Guarapuava](#) e após entrar no [PSD](#), foi eleito deputado estadual em [1962](#) e 1996. Nesta última eleição já fazia parte da ARENA.

**Joaquim Prestes** foi eleito pelo PSD. Era professor e amigo próximo de Antonio Lustosa de Oliveira. Já, **Moacyr Julio Silvestre** foi eleito pela coligação PTB, PRP. Empresário do ramo madeireiro, foi também deputado estadual.

Cabe ainda informar que nesse contexto emergiram novos atores políticos em Guarapuava, como **Nivaldo Passos Kruger**, introduzido na política pelo seu sogro Amarílio Rezende de Oliveira. Inicia sua carreira política em 1958 como vereador e na sequência foi eleito prefeito da cidade. Foi também [deputado estadual](#), federal e [senador](#) da República pelo Paraná e exerceu atividades em instituições do governo do estado, como presidente da [Sanepar](#) e do Paraná Ambiental.

Outro político de destaque é **Eurípio Rauen**, casado com Isabel Virmond Rauen, descendente da tradicional família Virmond. Advogado, vereador e presidente da Câmara de Guarapuava por dois mandatos (EXEMPLO..., 2013). Eurípio Rauen

sempre foi envolvido com as obras sociais em Guarapuava, foi administrador e gerente da Sociedade de Socorro aos Necessitados, que mais tarde se tornou o SOS de Guarapuava e foi provedor do Hospital São Vicente de Paulo.

**Renato Kuster** mudou-se para Guarapuava no ciclo da madeira e era proprietário do Hotel Küster, da Imobiliária Feroz e também agropecuarista. Foi vereador e um dos fundadores do PTB em Guarapuava.

Destacados os vereadores e prefeitos entre as décadas de 1940 e 1950 com sobrenomes ligados aos tradicionais políticos locais, cabe ressaltar que todos eles também deixaram seus capitais eleitorais aos seus descendentes.

No contexto nacional, a década de 1950 não resultou em avanços na gestão pública, porém, segundo Nogueira (1998) solidificou uma concepção favorável ao planejamento econômico e à necessidade de serem adotadas políticas planejadas na esfera governamental. No entanto, no processo generalizou-se a opinião de que o sistema administrativo da época se tornou precocemente arcaico e não condizia mais com a realidade econômica e social do país. Quanto a isso, Nogueira (1998) chama a atenção para o fato de que, mesmo com opiniões difusas a esse respeito, optou-se pela construção de um novo sistema e não por uma reforma.

Foi uma fase de proliferação de expedientes paralelos à administração direta, deixada em um plano secundário, indicando que uma reforma administrativa custaria muito, bem como comprometeria o planejamento do Estado e postergaria a industrialização. Para Nogueira (1998, p.99), “[...] tornava-se claro, em suma, que as elites do País estavam convencidas de que era necessário encontrar uma espécie de atalho para se chegar ao aparelhamento do Estado e à constituição de um aparato técnico administrativo vocacionado para o desenvolvimento”.

Em síntese, o Brasil terminou a década de 1950 envolvido em um ciclo de transformações estruturais que alteraram o perfil econômico e cultural da sociedade, com um novo padrão de demandas societárias por bens e serviços públicos, desafiando cada vez mais o Estado (NOGUEIRA, 1998).

A crescente ação do Estado, decorrente do processo desenvolvimentista, agregado ao quadro inflacionário e recessivo, gerou impasses políticos para o governo de João Goulart. Na tentativa de reverter esse quadro, foi apresentado, em 1962, o Plano Trienal<sup>82</sup> de Desenvolvimento Econômico e Social, que buscava controlar a

---

<sup>82</sup>Era um conjunto coerente de medidas, que buscavam resolver problemas de longo e curto prazo, pela sua abrangência distinguia-se dos planos anteriores, lançados nos governos de Juscelino e

inflação e reativar o crescimento econômico do país. No entanto, os impasses políticos<sup>83</sup> internos e externos acabaram conduzindo ao golpe militar de 1964.

#### 2.4. OS ATORES POLÍTICOS EM GUARAPUAVA A PARTIR DE 1960

No início da década de 1960, as articulações bem-sucedidas na área militar de um grupo pró-Castelo Branco e o apoio dos principais líderes políticos civis favoráveis ao golpe foram decisivos para que, em 1964, Castelo Branco assumisse a presidência da República. De acordo com Nogueira (1998), Castelo Branco assumiu o poder prometendo a retomada do crescimento econômico e o retorno do país à "normalidade democrática", no entanto, a ditadura militar se prolongou por 21 anos.

Com a ditadura militar foram cassados os direitos políticos e extintos os partidos políticos, foram fechadas várias instituições civis, os sindicatos foram transformados em instituições de lazer e serviços assistenciais. Nos termos de Santos (1994) se instituiu "a violação da ordem democrática".

Segundo Nogueira (1998, p. 103), o projeto do governo ditatorial instalado no Brasil em 1964 previa o "[...] impulsionamento autoritário da expansão econômica, liberando-a dos entraves de natureza política e social ativados pela precedente fase democrática-populista" o que ajudou a aprofundar as deformações próprias do capitalismo brasileiro. E mais,

O regime articulou-se simultaneamente com os grupos dominantes mais atrasados e com o grande capital monopolista, promovendo rápida modernização econômica. Graças a uma inédita dose de intervenção estatal, que centralizou decisões e subsidiou esforços expansivos, a produção industrial conheceu enorme crescimento e a velha estrutura latifundiária foi contagiada pela racionalidade capitalista (NOGUEIRA, 1998, p. 103).

---

Jânio. Previa a reforma agrária, que se acreditava necessária não só no aspecto social, mas para ampliar a produção agrícola, e outras reformas no setor administrativo, fiscal etc. A curto e médio prazo propunha um programa semelhante aos anteriores para reduzir a inflação e manter a capacidade de importação do país" (BORIS, 1995, p. 456).

<sup>83</sup>O impasse sobre a forma de governo, com a experiência parlamentarista no período de setembro de 1961 a janeiro de 1963, evidenciou as preocupações sobre os rumos do Estado sob a gestão de Goulart. No cenário externo, com a revolução cubana, houve um acirramento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética. A aproximação do Brasil com o bloco socialista gerou repercussões negativas nas relações comerciais e políticas com a potência americana. No plano da política interna, o governo sinalizava para reformas de base, estabelecendo limites na remessa de lucros para o exterior e a nacionalização de empresas estrangeiras" (COSTA, 2006, p. 136).

Para o alcance de tal projeto, o governo adotou uma prática política direcionada para a produção de bens e consumos duráveis, favorecendo as grandes empresas nacionais e estrangeiras, bem como reprivatizou a economia, reduziu os salários e estimulou o inchaço do sistema financeiro. Esse modelo econômico concentrador e excludente resultou, nas décadas seguintes, em uma crise inflacionária e recessiva (NOGUEIRA, 1998).

Quanto à administração pública, somente em 1967, com o Decreto-Lei nº 200, surge uma proposta de reforma. Trata-se de uma tentativa para recuperar a ideia de uma reforma administrativa programática e planejada. Previa o apoio a alguns princípios estratégicos como planejamento, descentralização, coordenação e controle, bem como estimulava a expansão das empresas estatais, fundações públicas e autarquias e, por fim, previa o fortalecimento do sistema do mérito e concomitantemente indicava diretrizes gerais para um novo plano de cargos na administração pública.

No entanto, segundo Nogueira (1998), na prática os limites do reformismo foram impostos por situações políticas autoritárias, ou seja, o Decreto nº 200, de forma unilateral, além de repetir os expedientes concorrenciais como nos anos 1950, montou verdadeiras estruturas paralelas (empresas estatais, fundações e autarquias). Para o autor, o Decreto concretizou uma administração direta enfraquecida que conviveu com uma administração indireta ainda mais forte ou, nos termos de Nogueira (1998, p. 101), “[...] sem qualquer sinergia ou planejamento integrado e atravessada, pelo espírito da concorrência”.

Assim, seria a década de 1970 que condensaria e cristalizaria toda a experiência administrativa brasileira das três últimas décadas. Resumida pelo autor, como “[...] três décadas de tentativas frustradas de reformar a administração pública”. Embora, para o autor muitos dos esforços reformadores tenham produzido efeitos positivos sobre o aparato administrativo, a administração terminou a década defasada em relação às necessidades e demandas do desenvolvimento econômico e social.

Roncaglio et al (2002), ao tratarem da administração pública do Paraná em texto publicado pela imprensa oficial do estado, relatam que o Paraná também passava por instabilidade econômica que, entre outras questões, provocou o fechamento de alguns órgãos do estado. Os autores ainda destacam que os governos das décadas seguintes, seguiram alinhados à lógica desenvolvimentista nacional.

Em Guarapuava, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela efetiva transformação do sistema produtivo agrícola. As mudanças tiveram origem na década de 1950, o que demandou do poder público um investimento em infraestrutura viária, de energia e de comunicação. A modernização da agricultura teve forte ligação com a especialização do setor terciário e concentração de serviços urbanos, havendo ainda, como consequência, o crescimento da população urbana.

O projeto dos políticos desse período era o de colocar a cidade no contexto da modernidade envolvendo, em especial, a área urbana. Esta passou a ser habitada majoritariamente pelos fazendeiros e seus familiares, tanto os descendentes da sociedade campeira, como os descendentes dos imigrantes desagregados de outros grupos. Segundo Silva (2002, p. 64), os habitantes do espaço urbano eram fortemente ligados ao meio rural, e assim as relações sociais tomavam uma fisionomia própria, “[...] mesclando elementos da modernidade, na qual predominavam as relações de capital, indiretas e burocráticas com as relações face a face, afetivas, próprias do tradicional meio rural forjado pela sociedade campeira”.

Para a autora, as relações que conseguem manter os contratos baseados na fidelidade e na lealdade política, sustentados pelas relações familiares, só são possíveis em um contexto social e espacial fortemente regulado pela íntima relação interpessoal e por instituições de controle altamente eficientes.

O indivíduo pelo fato de conhecer e ser conhecido, realiza uma auto-regulação, que é correspondente aos valores do grupo que lhe depositará confiança. É esse processo de regulação social e auto-regulação que promove as redes pessoais que possibilitam aos indivíduos que as compõem ganhos econômicos, políticos e prestígio social (SILVA, 2002, p.71).

Em Guarapuava, as redes de pessoalidade foram criadas e mantidas segundo códigos e condutas sociais instituídas pela sociedade campeira e redefinidas nas relações urbanas modernas. Dessa maneira, essas redes promovem “[...] a regulação das práticas individuais e forjam simultaneamente os instrumentos de regulamentação social” (SILVA, 2002, p.72).

Entre os anos de 1960 e 1970, o poder executivo em Guarapuava se caracterizou pela centralização do poder, pois, após um curto mandato tampão do prefeito Eloy Pimentel, do PTB no ano de 1963, o poder político ficou nas mãos do grupo comandado por **Nivaldo Kruger**. Este foi prefeito nos mandatos de 1963 a 1969, de 1973 a 1976, retornando ao executivo na década de 1980. Entre 1977 a

1982, o poder executivo esteve sob a responsabilidade do prefeito **Candido Pacheco Bastos** do PRP, sobrinho de Judith Bastos de Oliveira, filha de Trajano de Paula Bastos e esposa de Amarílio Rezende de Oliveira, sogro de Nivaldo Kruger.

O poder legislativo estava alinhado com o executivo, entre os vereadores destacaram-se os mais próximos do grupo liderado por Nivaldo Kruger, ou seja, Trajano Bastos de Oliveira, filho de Amarílio Rezende de Oliveira, cunhado de Nivaldo Kruger e primo de Candido Pacheco Bastos, este último foi vereador, deputado estadual e prefeito de Guarapuava. Norton Pacheco Bastos era irmão de Candido e primo de Trajano.

Nesse período, também forjam o cenário político, os vereadores **Luiz Cleve Teixeira, Leomar Kaminski e Abrão José Melhem**.

**Luiz Cleve Teixeira** é descendente de sesmeiros. Foi vereador por três legislaturas e atuou como escrivão distrital do distrito de Guará, oficial maior do Tabelionato, suboficial do Registro de Imóveis dos 1º e 2º Ofício da Comarca, escrivão eleitoral, juiz de paz da sede, secretário da prefeitura municipal, escrivão de polícia, escrivão do crime, júri e execuções criminais da comarca de Guarapuava. Foi também comentarista esportivo na rádio Difusora de Guarapuava (TEIXEIRA, 1993).

**Leomar Kaminski**, natural de Guarapuava, locutor e radialista na rádio difusora de Guarapuava e proprietário da imobiliária Marka. Foi presidente do Rotary Club e a Associação Comercial de Guarapuava (TEIXEIRA, 1993).

**Abrão José Melhem**, advogado e comerciante.

A política local esteve fortemente vinculada com a política da ditadura militar e com o seu processo nacional desenvolvimentista, do qual decorreu o aprofundamento das desigualdades sociais derivadas da profunda crise política e econômica da década de 1970. Essa crise gerou o enfraquecimento dos governos militares e a ampliação dos movimentos pela democracia e pelos direitos sociais, muito embora o cenário econômico mundial já estivesse marcado pelas políticas econômicas neoliberais.

Em 1985 e 1986, o governo de transição tomou medidas que buscavam simbolizar o fim de uma época apontando para um novo fazer político, ou seja, foram apresentados planos e projetos reformadores da política econômica, contrários dos padrões monetaristas das políticas anteriores. Logo após foi adotado o Plano Cruzado que, segundo Nogueira (1998), estava repleto de preocupações sociais e direcionado ao combate da inflação. No entanto, o plano não teve força suficiente para suportar o

clima de desesperança e ceticismo que tomou conta dos primeiros anos do governo de transição.

Problemas de difícil resolução emergiram, segundo Nogueira (1998, p. 112), o ambiente político ficou “[...] tomado pelo contraste entre uma participação corporativa crescente (o que exponencia a demanda) e uma decrescente capacidade de processamento e decisão por parte do sistema político”.

Cabe também salientar que o investimento do governo acabou se concentrando no gerenciamento das demandas emergenciais, tais como a reconstitucionalização do país e o combate à inflação. O governo teve também que gerenciar uma avalanche de demandas reprimidas pelos governos autoritários que o antecederam. Porém, segundo Nogueira (1998), nesse período de transição não se tratava apenas de romper com o governo autoritário, mas de superar o legado histórico do padrão estabelecido no relacionamento entre Estado e sociedade, promovendo um ajuste estrutural na economia, fixando um novo modelo de desenvolvimento e um novo formato de aparelho estatal.

Para o autor, a situação geral do país estava estruturada sobre a combinação de pobreza, exclusão social e complexificação societal, num quadro já influenciado pelos primeiros ventos da globalização. Dessa maneira, as intenções reformadoras dos primeiros anos do governo Tancredo/Sarney não saíram do papel. Em síntese,

Tudo no Brasil procederia móvel, desenraizado, “em transição”. Seriam enormes, além do mais, as dificuldades de governo da economia, em parte derivadas da herança legada pelo autoritarismo e em parte resultantes das reações à política econômica adotada [...] da mesma maneira, o governo Sarney carregaria consigo uma pesada bagagem de acordos e compromissos, inclusive com setores do antigo regime, e estaria obrigado a se equilibrar sobre uma delicada e heterogênea armação política (NOGUEIRA, 1998, p. 113).

Para Nogueira (1998), os anos de 1980 apresentaram um contraste entre as promessas de redemocratização e os resultados obtidos pelas políticas implementadas. Contraste, em boa medida derivado de um mix de “erros” de avaliação e exigências decorrentes da nova lógica globalizada em que o país ingressara. A realidade que se revelou foi de um aparato estatal não controlável pelo novo governo e um sistema político com pouca consistência e operacionalidade democrática, que na época, começou a ser influenciado pela nova estrutura do mundo (NOGUEIRA, 1998). O processo constituinte que resultou na Constituição de 1988 ocorreu nesse ambiente.

Segundo Silva (2005), o investimento em grande escala dado ao setor agropecuário em Guarapuava é histórico. E nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política local continuou vinculada aos grandes proprietários rurais. E mais, segundo a autora,

[...] as transformações ocorridas ao longo do tempo em termos político-econômicos não foram capazes de afetar, por completo, os poderes hegemônicos seculares de alguns grupos, que se sustentam na permanência, em ideologias conservadoras, impedindo mudanças. São grupos arraigados as origens como forma de manutenção do poder (SILVA, 2005, p. 102).

No âmbito da política local, até o final da década de 1970 o poder estava concentrado no grupo liderado por **Nivaldo Kruger**, que a esta altura encontrava-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que aglutinava a oposição durante a ditadura militar. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, estava representada localmente pelo grupo da família **Mattos Leão**.

Historicamente, o MDB/PMDB esteve no poder, em Guarapuava, carregado e carregando o grupo de Nivaldo Kruger. Este era oposição ao grupo ARENA liderado, desde a sua constituição, pela família Mattos Leão. Os dois grupos revezavam-se na disputa pelo poder local (não nos cargos, já que os Mattos Leão sempre optaram pelos legislativos estadual e federal, sem concorrer aos cargos municipais), numa oligarquia Kruger/Leão, vencida, na maioria das vezes, pelo primeiro (SILVA, 2005, p. 155).

Com a abertura política, no início dos anos de 1980, há uma reviravolta no cenário da política local, em grande parte influenciada pelas mudanças na política nacional. O grupo de Mattos Leão filiou-se ao PMDB, aliando-se, assim, ao grupo de Nivaldo Kruger. De acordo com Silva (2005), o objetivo dessa união era uma aliança pelo domínio pleno do poder político. No entanto, isso não aconteceu, e o acordo resultou em dissidências internas e muitos peemedebistas se transferiram para o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB).

É importante ainda ressaltar que, o grupo liderado por Nivaldo Kruger sofreu um desgaste pelos longos anos no poder. Situação, em certa medida, também influenciada pela dinâmica nacional que passava por mudanças. Nessa conjuntura, a união do grupo de Nivaldo Kruger com o grupo dos Mattos Leão teve o objetivo de enfrentar o grupo de **Fernando Ribas Carli**, que despontava como a alternativa de mudança.

A prática de alternância no poder pelos mesmos grupos políticos é recorrente na política brasileira e está permeada por interesses de dominação e controle. Os atores políticos que detêm o poder não só mantêm suas posições como também garantem condições de continuidade das relações de poder já existentes. Como alerta Silva (2005, p. 175), “[...] mesmo que isso implique mudanças constantes de posicionamentos, discursos, grupos e partidos políticos”. E mais, isso mostra que as famílias vão dominando tudo, da esquerda à direita, da situação à oposição, sempre tem alguém no poder representando os interesses das elites econômicas. O fato é, que,

As redes mudam e transformam-se conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores. No entanto, seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação. Uma rede política pode ser bastante simples e efetiva (OLIVEIRA, 2007, p.151).

Já na metade da década esse cenário volta a se alterar com a introdução de outros atores pertencentes ao grupo que emerge nas eleições de 1986 e de 1988. Esse grupo, liderado por **Fernando Ribas Carli**, dissemina a ideia de que renovar era preciso. Ideia que, segundo Silva (2005), provavelmente derivou do movimento nacional, o Muda Brasil. Silva (2005) destaca que o movimento “renovar é preciso” tinha como fundamento principal denunciar as relações arcaicas, historicamente construídas na política local.

No entanto, neste caso, o fato é que Fernando Ribas Carli não significava o novo, uma vez que ele também é descendente de família sesmeira e tradicional da cidade. Nas palavras de Kruger, “*Carli fez toda a campanha dele falando em renovação e na verdade foi um equívoco. Ele só era novo de idade*”<sup>84</sup>.

O grupo integrou a política local por meio da candidatura de Fernando Ribas Carli a deputado estadual, conforme consta em seu depoimento a seguir:

*“Aí eu saí candidato pela primeira vez em 1986, saí candidato a deputado estadual e não fui eleito, fiquei como suplente, mas foi uma vitória na verdade, porque eu fui o segundo candidato de Guarapuava mais votado em Guarapuava e nós não tínhamos uma militância política. Então a partir daí nós começamos a trabalhar no sentido da eleição de 1988 que era a eleição*

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 01 de agosto de 2014.

*para prefeito, o grupo todo pensava que deveria ter uma mudança no poder local para que as coisas oxigenassem” (FRC)<sup>85</sup>.*

Em 1988, Aragão de Mattos Leão (PMDB) e Fernando Ribas Carli disputam a prefeitura de Guarapuava. Ocasão em que a frente oposicionista, liderada por Carli, venceu as eleições. Sobre isso Carli fala em seu depoimento.

*“E aí então em 1988, eu fui candidato a prefeito, e nesta eleição nós tivemos uma vitória espetacular. Até hoje não teve ninguém que fizesse a votação que nós fizemos. Nós fizemos 65,7% dos votos válidos. E aí a partir de janeiro de 1989, eu assumi a prefeitura de Guarapuava” (FRC)<sup>86</sup>.*

Cabe ainda informar que a chapa encabeçada por Fernando Ribas Carli tinha como vice-prefeito **Cezar Augusto Carollo Silvestri**. Filho do ex-deputado federal, estadual e prefeito de Guarapuava **Moacyr Júlio Silvestri**. A reportagem publicada no jornal Esquema do Oeste (1988, p.6) analisa o resultado:

Esta foi uma eleição para ficar para história. De um lado, o mito do PMDB invencível, detentor do mando municipal por 16 anos consecutivos, tendo como seu candidato a prefeito o deputado Aragão de Mattos Leão Filho, apoiado pelo prefeito Nivaldo Kruger, os deputados estaduais Cândido Bastos e Artagão de Mattos Leão, 15 dos 21 vereadores, toda oligarquia política ‘guarapuavana’, duas emissoras de rádio AM, um jornal diário, a máquina do governo do Estado e a cobertura do governo federal. Sem contar que estava fortemente estribado no poder econômico.

O jornal procura indicar a rede econômica e política que esse grupo estabeleceu. De acordo com Oliveira (2012), essas redes têm controlado os partidos políticos e o poder executivo, têm influenciado as ações do poder legislativo e de grande parte da mídia, da intelectualidade e dos jornalistas. Sobre a sua vitória expressiva naquelas eleições, Carli comenta:

*“Eu costumo dizer que nós tivemos a capacidade de detectar da população o sentido de mudança e também tivemos a felicidade de poder, pelo nosso discurso, levar uma mensagem, que o nosso lema era “renovar é preciso”, de renovação, com projetos novos e que a população já ansiava por isso há muito tempo. Então tudo isso contribui para que pudéssemos ter essa expressiva votação, como eu disse a você, que até hoje ninguém conseguiu na história de Guarapuava ter um percentual desse. Então foi o discurso e as propostas explicadas e explanadas que se somou com a vontade de mudança que a população tinha”(FRC)<sup>87</sup>.*

<sup>85</sup> Entrevista concedida a Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

<sup>86</sup> Entrevista concedida a Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

<sup>87</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

A trajetória dos agentes políticos de Guarapuava mostra a consolidação da relação entre estrutura de poder e riqueza, bem como a ação política da classe dominante, que foi reproduzida através dos vínculos de parentesco. Ou seja, “[...] os poderes sociais e os poderes políticos também são, em boa parte, questões genealógicas”, como reforça Oliveira (2012, p.25).

A inserção na política é forjada no seio das famílias como mostram os depoimentos de políticos locais na atualidade ao serem questionados sobre como se deram suas respectivas inserções na política.

*“A minha inserção na política local decorre da inserção da minha família na política. O primeiro contato que eu tive com a política foi dentro de casa. Minha família é de políticos, meus pais são políticos e eu me familiarizei com a política dentro da minha residência. Meu pai entrou na política quando eu tinha oito anos de idade, apesar do pai dele também ter sido político. Então para mim foi muito natural isso, eu vivi desde cedo e eu gostei, desde criança eu tive interesse pela atividade política. É uma coisa subjetiva e até difícil de explicar, mas é aquela vocação que eu acho que vem de outras profissões também que passa de pai para filho, como do filho do médico, do filho do carpinteiro, do filho do caminhoneiro, do filho do bombeiro; que você aprende a admirar a atividade do pai pelo convívio do dia a dia. **Você vai desenvolvendo a vocação para a atividade**”(CSF)<sup>88</sup>.*

Fica evidenciado na fala de **Cesar Silvestri Filho**, atual prefeito de Guarapuava, que a motivação para sua inserção na política foi a influência da família e, também, está explícito que a passagem da “vocação política” de pai para filho é um processo considerado natural.

*“Minha inserção aconteceu no ano de 2002 quando eu disputei a minha primeira eleição para deputado estadual. **Evidentemente que eu tenho ao longo da minha vida vivenciado os exemplos políticos**, e depois da minha formação acadêmica eu decidi pela disputa eleitoral, aí em 2002 eu disputei a minha primeira eleição, disputando o cargo de deputado estadual [...] **A vivência é através do exemplo familiar, na minha família já tivemos vários representantes ocupando cargos eletivos. O meu pai inclusive foi um deles, meu pai foi deputado eleito por três mandatos. No terceiro mandato ele acabou virando conselheiro do Tribunal de Contas. Essa vivência, essa experiência me fez gostar da política** e ver que é possível ser utilizada como instrumento de desenvolvimento, um instrumento de auxílio. E isso me motivou a disputar a eleição em 2002” (AMLJ)<sup>89</sup>.*

<sup>88</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de setembro de 2014.

<sup>89</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 23 de outubro de 2014.

Para Artagão de Mattos Leão Junior<sup>90</sup>, também foi sua vivência familiar que o fez gostar da política, concebendo esta como um instrumento de desenvolvimento e auxílio.

***“Desde criança acompanhei o trabalho do meu pai, Fernando Ribas Carli, que foi prefeito de Guarapuava por três vezes, Deputado Estadual, Deputado Federal e chefe da Casa Civil do Paraná. Então cresceu comigo o interesse de oportunizar através do trabalho público melhores condições de vida para as pessoas, e em 2010, com 24 anos de idade, me senti preparado para disputar minha primeira eleição, tendo conquistado a vaga da 2ª suplência da coligação partidária para o cargo de Deputado Estadual do Paraná com 33.645 votos. Assumindo o mandato em abril de 2011” (BRC)<sup>91</sup>.***

Na mesma direção, Bernardo Ribas Carli<sup>92</sup> enfatiza que foi acompanhando o pai que o interesse em proporcionar às pessoas melhores condições de vida através do trabalho público foi despertado. Essa racionalidade vai ao encontro da vocação política paranaense, pois segundo Oliveira (2001, p. xxvii-xxviii),

[...] poucas regiões no Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná. O arcaico vivendo com o moderno. A tradição política de continuidade do poder familiar no Paraná muitas vezes é vista como uma antitradição. Poucas regiões do Brasil apresentam elementos de continuidade no exercício do poder político por tão poucos grupos como no Paraná. Ao mesmo tempo em que existem traços de continuidade, existe uma estratégia consistente ou não de produção do silêncio da memória de identidade paranaense.

A presença da estrutura de parentesco na realidade política brasileira reafirma que o estudo da classe dominante deve necessariamente perpassar pelo estudo das famílias, uma vez que riqueza e poder, na maioria das vezes, são transferidos hereditariamente, como afirma Oliveira (2012). E o caso de Guarapuava é um importante exemplo disso.

<sup>90</sup> É deputado estadual desde 2002, licenciando-se da ALEP em março de 2016 para ser secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

<sup>91</sup> Entrevista respondida pelo deputado via formulário, enviada à Solange Fiuza via e-mail no dia 14 de novembro de 2014.

<sup>92</sup> Nas eleições de 2010, Bernardo Carli foi diplomado 2º suplente de sua coligação. Em 4 de abril de 2011 foi empossado deputado estadual. A partir daí permaneceu deputado em virtude de afastamentos e licenças dos deputados estaduais Osmar Berdoldi e Nelson Garcia. Em 2013, assume em definitivo o cargo de deputado estadual, após renúncia do deputado Fábio Camargo para assumir a cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. Em 2014, foi reeleito e ocupa uma das cadeiras da ALEP.

### 3 AS POLÍTICAS SOCIAIS E A DESIGUALDADE SOCIAL

É possível afirmar que existe um grau de consenso entre os pesquisadores, sobretudo os que adotam uma perspectiva teórica crítica, quanto à compreensão de que a política social surge como um mecanismo do Estado para o enfrentamento da “questão social”. Nesta perspectiva, a política social remete à complexa reflexão sobre o Estado e seus mecanismos de exercício e perpetuação de poder numa determinada fase do desenvolvimento do capitalismo.

Ao analisar essas relações e o processo de implementação das políticas sociais no Brasil, busca-se compreender o exercício do poder público no enfrentamento das desigualdades sociais, discutindo as determinações que afetam esse processo. Contempla-se, assim, o debate sobre as principais perspectivas de análise da política social e da trajetória de sua implantação no Brasil, além de seus reflexos no município de Guarapuava.

#### 3.1 ESTADO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

Na formulação marxista clássica, o Estado é produto do antagonismo inconciliável de classes, ou seja, o Estado objetiva-se onde a sociedade se divide em classes sociais com interesses contrários e inconciliáveis. Na sociedade capitalista, é a burguesia, como classe economicamente dominante, que detém o domínio do poder político.

Bottomore (2001) afirma que o marxismo clássico sempre ressaltou o papel coercitivo do Estado, essencialmente uma instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe e defende seu poder e seus privilégios contra a classe ou classes que domina e explora.

Na sociedade capitalista, a burguesia como classe economicamente dominante detém o poder político, utilizando o Estado como instrumento para administrar as necessidades de reprodução do capital, o que se dá em meio ao conflito entre as classes sociais, pela luta social.

É nesse contexto que é introduzida a discussão sobre o uso do termo “questão social” que, na concepção de Netto, “[...] não é semanticamente unívoca, ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido

muito diversas” (NETTO, 2006, p. 152). Como expressão, “questão social” foi utilizada a partir de 1830 para designar a nova dinâmica societária que se colocava por meio da pobreza generalizada. Desde então, a expressão carrega consigo consequências ideológicas e políticas.

Um dos pontos de consenso dos autores que tratam do tema é o de que a “questão social” está diretamente relacionada às condições de vida do proletariado urbano europeu no século XIX, fruto do processo de industrialização. Está associada ao assalariamento da força de trabalho, que dada as condições de exploração e pauperização massiva vivenciadas pelo trabalhador e a dominação econômica e política da burguesia europeia da época, impulsionou a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho.

Esse embate entre classes também se tornou uma luta da classe trabalhadora por poder político, objetivando a ampliação dos seus direitos políticos e sociais. Os conflitos produzidos nesse processo introduziram na agenda do Estado a demanda pela melhoria das condições de vida da classe assalariada (COSTA, 2006, p. 62). Dessa maneira,

[...] a questão social pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade em classes, onde o trabalho assalariado é subordinado ao capital, enfrentando as crises cíclicas da economia em que ocorrem desemprego e redução dos salários, afetando de forma negativa as condições de vida dos trabalhadores. A insegurança e os riscos sociais são inerentes à questão social.

Netto (2006) relata que todos os registros sobre o uso da expressão “questão social” indicam que ela surge primeiramente para dar conta dos impactos do início do processo de industrialização na Inglaterra no final do século XVIII, isto é, mais especificamente para caracterizar o fenômeno do pauperismo. Assim, sinaliza que a expressão era usada para tratar do pauperismo proveniente do desenvolvimento industrial-concorrencial do capitalismo, período em que a expressão remetia às desigualdades sociais. O autor ressalta que, nesse contexto, a forma como a pobreza se expressava parecia inédita: “[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2006, p. 153). E mais, ela se manifestava como uma ameaça à ordem social.

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” passou a ser utilizada pelo pensamento conservador. O autor salienta que isso ocorreu a partir da revolução de 1848, quando a burguesia assume um viés conservador e com isso,

a “questão social” perde seu caráter histórico e é naturalizada pelo discurso dominante. Nesta perspectiva “[...] a ‘questão social’, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora” (NETTO, 2006, p. 155). Assim,

[...] o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida, trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar.

Netto (2006) ainda afirma que a “questão social” só pode ser compreendida através da lei geral da acumulação capitalista tendo em vista que ela é uma expressão para tratar de algo mais amplo, ou seja, da dinâmica da sociedade capitalista e das consequências sociais que dela decorrem. O autor ressalta que Marx não tratou diretamente da expressão “questão social”, mas, por meio das obras que analisam o modo de produção e reprodução capitalista, é possível identificá-la e compreendê-la, enfatizando ainda que, na análise marxiana, “[...] a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (NETTO, 2006, p. 157)<sup>93</sup>.

Desta maneira, a “questão social” é compreendida como um fenômeno decorrente das tensões da relação capital/trabalho e, ao mesmo tempo em que o capitalismo se reproduz e acumula riqueza, ela se manifesta cada vez mais complexa, acentuando-se em proporção ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, quanto mais se desenvolvem as formas de se obter a acumulação do capital mais a “questão social” torna-se presente e é percebida como uma ameaça à ordem social.

---

<sup>93</sup> Netto (2006) ainda aponta que no pós Segunda Guerra Mundial, num contexto onde, principalmente na Europa Ocidental, o capitalismo experimentou “as três décadas gloriosas” e vivenciou a construção do *Welfare State*, a questão social foi remetida como um problema dos países “subdesenvolvidos”. E, mais tarde, com a globalização e o neoliberalismo certifica-se que o capitalismo não tem nenhum compromisso com o social e nesse sentido a questão social continua cada vez mais acentuada e manifestando-se com novas expressões. A partir dessa reconfiguração, segundo o autor, uma parcela dos intelectuais, inclusive alguns considerados marxistas, passou a difundir a existência de uma “nova questão social”, que não é o seu caso, pois, para Netto (2006), não existe uma nova questão social. O que de fato existe são novas expressões da questão social, e para compreendê-las é necessário uma leitura das particularidades histórico-culturais e nacionais. Para o autor, o empreendimento investigativo do tema deve ser “[...] para além da permanência de manifestações tradicionais da questão social”. E mais uma vez enfatiza que, “a emergência de novas expressões da questão social que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (NETTO, 2006, p. 160).

A análise das políticas sociais parte, assim, da natureza do Estado capitalista e do papel das classes sociais, considerando sua causalidade, suas conexões internas e as relações entre suas diversas manifestações e dimensões.

Os pesquisadores da área concordam quanto à compreensão de que a política social emerge como resposta ao enfrentamento da “questão social” e se põe como demanda na agenda do Estado. Porém, Netto enfatiza que isso somente ocorre em um determinado momento do desenvolvimento do capitalismo. Para ele:

[...] só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista, configurando sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da ‘questão social’, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura consolidada (NETTO, 2006, p.30).

Para o autor, até a entrada do capitalismo na sua fase monopolista, o Estado desempenhava o papel de “[...] guardião das condições externas da produção capitalista” e ultrapassava a condição de garantidor da propriedade privada dos meios de produção apenas em situações muito pontuais (NETTO, 2006, p. 24). Já na fase do capitalismo monopolista, ao Estado é demandada uma intervenção direcionada a garantir os superlucros dos monopólios. Isso significa que a intervenção estatal busca preservar a organização e a dinâmica econômica da ordem monopólica agregando às suas funções políticas também funções econômicas relacionadas, entre outras coisas, à própria reprodução da força de trabalho.

Assim, para o autor, “[...] através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica [...]” (NETTO, 2006, p. 30), alertando para que:

[...] respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros. [...] O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que esse processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dinamizar em toda a sua escala societária (NETTO, 2006, p. 29).

Através da política social, afirma o autor, o Estado burguês, ao intervir de forma contínua sobre as sequelas da “questão social”, atende às demandas da ordem monopólica pela reprodução e manutenção da força de trabalho e cria sistemas de consensos, que podem ser variáveis conforme a conjuntura, mas são eficazes na manutenção da ordem capitalista, o que garante a perpetuação da própria “questão social”, do pauperismo e da desigualdade social.

Existem, no entanto, perspectivas de compreensão das políticas sociais como mecanismos essencialmente garantistas. Este é o caso da reflexão de Potyara Pereira, para quem as transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes do desenvolvimento industrial, demandaram ao Estado a resolução dos problemas resultantes das desigualdades sociais. Assim, “[...] a presença insofismável do Estado Social exigiu também reavaliações na concepção marxista desse Estado [...]” (PEREIRA, 2008a, p.127).

Para ela, foi Antônio Gramsci que ampliou a concepção de Estado no sentido de sua intervenção e considerou o seu caráter contraditório e sua dimensão política (PEREIRA, 2001). A concepção de Estado de Gramsci decorre das contribuições de Marx, Engels e Lenin, no que se refere ao seu caráter de classe e suas contradições. No entanto, é construída a partir de outro contexto histórico e de outro contexto geográfico. O seu conceito de Estado é construído a partir das consequências econômicas, sociais e políticas do pós Primeira Guerra Mundial, questionando a crise do Estado liberal e a hegemonia do sistema capitalista no mundo ocidental (SIMIONATTO, 2008).

A literatura de viés marxista atribui como uma das contribuições de Gramsci ao pensamento marxista a introdução da ideia de que a dominação de classe não ocorre apenas pela via da coerção, mas também é obtida pelo consentimento. Nessa perspectiva, o Estado passou a ter papel importante na organização do consenso, da hegemonia.

O exercício do poder político nas sociedades complexas, a reprodução da dominação de classe não estaria restrito às funções coercitivas, mas envolveria ademais o alcance do consentimento ativo e voluntário dos dominados, ou seja, a hegemonia. Assim, para Gramsci o “Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados” (FLEURY, 1994, p. 23-24).

É importante destacar que, segundo Fleury (1994), Gramsci nunca deixou de mostrar

[...] o elemento coercitivo subjacente ao exercício do poder nas democracias parlamentares ocidentais, mas sua busca de uma estratégia de luta apropriada às condições de complexificação apresentadas em tais sociedades levou-o ao desenvolvimento teórico do Estado ampliado cuja existência histórica nas sociedades ocidentais requeria uma estratégia de transformação apropriada.

Fleury (1994) e Simionatto (2008) ressaltam que Gramsci não desprezou a presença do Estado como força de dominação, mas defendeu a existência da sociedade civil e da sociedade política para pensar a luta política nas sociedades ocidentais de capitalismo desenvolvido. Nessa direção, o Estado, por meio de sua força e repressão, está situado na esfera da sociedade política, e na sociedade civil estão os vários tipos de organizações como associações, igreja, escola, meios de comunicação, partidos políticos, entre outras.

Gramsci desenvolveu, assim, a teoria do Estado ampliado que serviu de base para a compreensão das sociedades contemporâneas. Segundo Simionatto (2008), o Estado ampliado é debatido a partir de duas grandes direções expostas nos “Cadernos do Cárcere”. A primeira trata da nova relação entre economia e política e a outra, da nova relação entre sociedade política e sociedade civil. Esse novo conceito de Estado resultou da composição de elementos políticos e sociais, da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada. A sociedade civil, para Gramsci (2001), exerce a função de mediadora na relação orgânica entre economia e política. Assim, a sociedade civil também é Estado, pois este significa a dialética entre o poder governamental e a sociedade civil, já que “[...] não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado” (GRAMSCI, 2001, p. 437).

Assim, para Pereira (2013), por ser contraditório e objetivar a sua própria legitimação, o Estado em determinadas circunstâncias pode atender mais às demandas do trabalho do que do capital e também, por possuir a característica de terceiro entre a relação capital e trabalho, o Estado pode desenvolver ações que não se restrinjam à pura coerção, sendo a proteção social uma delas.

Pereira (2008a) também busca a reflexão de Polantzas e enfatiza que, tanto este quanto Gramsci, ao tratarem do Estado, passam “[...] a tecer considerações

teóricas sobre ele e não somente contra ele”. E, fundamentada por essa concepção, desenvolve a sua análise sobre a política social. Para a autora, as “[...] políticas públicas e, conseqüentemente, a política social, têm como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados em lei [...]”. Alertando que “[...] os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem concretizar, são os direitos sociais, que se guiam pelo princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais – que se guiam pelo princípio da liberdade” (PEREIRA, 2008b, p.101-102).

As concepções de Netto e Pereira sobre a política social exemplificam que o frágil fio em que se movimentam as distinções sobre as funções da política social estão dadas pela discussão em torno da natureza do Estado e do alcance delas como instrumentos de redução das desigualdades sociais.

### 3.2 POLÍTICAS DE BEM-ESTAR SOCIAL E DESIGUALDADE SOCIAL

No final do século XVIII, a sociedade europeia viveu um dilema por causa das desigualdades sociais decorrentes do seu processo de industrialização. No apontamento de Silva (1999), de um lado os socialistas lutavam contra as injustiças sociais inerentes ao sistema de organização capitalista, de outro os reformistas defendiam a intervenção do Estado na regulação da economia de mercado. E, por fim, os conservadores reivindicavam o estímulo ao mercado e requeriam a prestação de serviços sociais para a população que estivesse incapacitada para o trabalho e conseqüentemente não conseguisse prover seu próprio sustento. Com caráter reativo à movimentação dos trabalhadores contra a exploração, emergem as primeiras medidas de políticas sociais na Alemanha de Bismark, em 1883, orientadas pela lógica do seguro social.

Essa ‘novidade’ na intervenção estatal, no contexto de presença marcante da social-democracia alemã no parlamento e nas lutas sociais, marcaria o reconhecimento público de que a incapacidade para trabalhar devia-se a contingências (idade avançada, enfermidades, desemprego) que deveriam ser protegidas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 64).

Sucessivamente, outros países europeus implantaram programas similares. No entanto, além de atingirem apenas uma parcela da população ao menos até o século

XX, as iniciativas de intervenção estatal foram tímidas, revelando que as ideias liberais prevaleciam, “[...] derrotando na maior parte das vezes os humanistas, democratas, reformadores e socialistas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 67).

A generalização do uso das políticas sociais ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial, com a organização do *Welfare State* em alguns países europeus. Através do Plano Beveridge<sup>94</sup>, formulado na Inglaterra em 1942, apresentavam-se críticas ao modelo bismarckiano e se propunha a instituição de um modelo de Estado que assegurasse os mínimos direitos sociais a todos os cidadãos. Do ponto de vista político, tratava-se do modelo socialdemocrata orientado pelos princípios da igualdade e universalidade.

O *Welfare State* foi construído sob a orientação do pensamento keynesiano-fordista, que colocou em prática mecanismos de distribuição de renda e serviu de base para a reforma da estrutura da previdência social na Inglaterra, sendo mais tarde adotado por outros países (SANDRONI, 1992). Sua construção esteve alicerçada no princípio de que os governos são totalmente responsáveis pela garantia de um padrão mínimo de vida para todos os indivíduos. Para isso, o Estado deve regular a economia de mercado, assegurar pleno emprego e promover serviços sociais universais, mantendo uma rede de assistência social para atender os casos de necessidade (SILVA, 1999).

No entanto, é importante aqui enfatizar, como observam Behring e Boschetti (2006, p. 96) que

[...] é comum encontrar na literatura sobre políticas sociais a utilização do termo *Welfare State*, para designar genericamente os países que implementaram políticas sociais sob a orientação keynesiano-fordista, ainda que alguns países não se definam dessa forma, como é o caso da França e da Alemanha. Também é usual encontrar na literatura brasileira esse mesmo tratamento, ou então utilizar sua tradução (Estado de Bem-Estar) para explicar a realidade brasileira. Encontra-se ainda, mas de modo menos frequente, também, a utilização do termo Estado-providência para designar formas determinadas e específicas de regulação estatal na área social e econômica e muitas vezes são incorporadas ou traduzidas sem o devido cuidado na sua precisão e explicitação.

---

<sup>94</sup> Leva o nome de William Henry Beveridge, que dirigiu a London *School of Economics* e foi presidente do comitê administrativo interministerial encarregado de um sistema previdenciário britânico, que resultou no Plano Beveridge. Este plano aplicou as teorias keynesianas de distribuição de renda e serviu de base para a reforma da estrutura da previdência social na Inglaterra e posteriormente em outros países (SANDRONI, 1992).

Na análise de Behring e Boschetti (2006), a partir da crise de 1929-1933<sup>95</sup>, as elites político-econômicas passaram a reconhecer os limites do mercado deixado à mercê dos seus movimentos naturais. Analisando a situação do desemprego generalizado e dos fatores de produção, Keynes questionou alguns dos pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política da época.

As ideias de Keynes estavam em sintonia com a experiência do *New Deal*<sup>96</sup> americano e, sobretudo, estavam direcionadas à superação da crise europeia. Os pressupostos do *New Deal* e os da teoria de Keynes tinham como ponto em comum “[...] a sustentação pública de um conjunto de medidas anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 71). E, nessa condição, a ampliação das políticas sociais assumiu a função de amortizar as crises.

Fundamentada pela análise de Gough, Boschetti (2010) destaca que o padrão keynesiano de regulação econômica e social foi um dos três pilares que sustentou as medidas adotadas, conjugando o abandono do liberalismo ortodoxo e a adoção de medidas econômicas e sociais que não deixaram de lado o capitalismo, mas minimizaram as relações predominantemente liberais adotadas até aquele momento. Dessa maneira, o padrão keynesiano contribuiu

[...] para assegurar o consumo de massas, instituindo políticas de regulação econômica com ação ativa do Estado na geração de empregos, tanto do setor público quanto no setor privado, garantindo ampliação dos rendimentos por via direta, com geração de emprego, aumento dos rendimentos e salários, mas também por via indireta, por meio de políticas sociais (BOSCHETTI, 2010, p.67).

Nesse contexto, as políticas sociais se configuraram como medidas essenciais para a superação da crise tendo seu padrão diretamente ligado ao direito ao trabalho.

---

<sup>95</sup>Período também conhecido como Grande Depressão. Teve início no sistema financeiro americano, a partir de outubro de 1929, ocasião em que foi registrado o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, resultando na redução do comércio internacional a um terço do que era até então. Com ela, instaura-se a desconfiança nos pressupostos do liberalismo econômico. (SANDRONI, 1992).

<sup>96</sup>“Saída pragmática empreendida por Roosevelt nos EUA durante seus dois mandatos [...] com vistas à retomada do desenvolvimento econômico. Os EUA, após a crise de 29, viviam uma conjuntura de retração econômica, pauperismo e elevadas taxas de desemprego. O *New Deal* marcou um período de forte intervenção estatal na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, demarcando um recuo em relação ao liberalismo predominante até então” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 71).

Os outros dois pilares detalhados pela autora são o fordismo<sup>97</sup>, com sua produção de massa, utilizado como uma das principais estratégias para desenvolver e garantir o consumo; e o padrão keynesiano, que ampliou direitos na perspectiva de Marshall.

Referindo-se a este último, a autora explica que, na perspectiva de Marshall, os direitos são mínimos para todos e não colocam em risco o padrão de acumulação capitalista, pelo contrário, esses direitos asseguram a produção e reprodução do capital. E, por isso, permitiram a expansão do modelo de *Welfare State* no capitalismo entre as décadas de 1940 a 1960.

Embora a autora destaque que, sobretudo a partir da década de 1940, a expansão de um padrão universal de políticas sociais nos países do capitalismo central resultou da luta da classe trabalhadora, há autores que ressaltam que não foram somente as condições de vida da classe trabalhadora e suas reivindicações que determinaram a ampliação das políticas sociais, como é o caso de Oliveira (2008, p. 110) ao afirmar que

[...] historicamente, os direitos sociais e as medidas jurídicas que consagram as políticas sociais vinculam-se também as alternativas encontradas pelo capital frente à crise de acumulação enfrentada no final dos anos 20 do século passado. O que se configurou também uma forma de alargar as funções econômicas e sociais do Estado.

Com a consolidação do *Welfare State*, o Estado passa também a “[...] financiar a acumulação de capital através de inúmeros mecanismos: subsídios à produção, criação de setores estatais produtivos, financiamento dos excedentes agrícolas, da pesquisa e tecnologia, etc” (OLIVEIRA, 2008, p. 111).

Por outro caminho, Pereira analisa esse período e reafirma a política social como uma política de direitos de cidadania, alertando para a necessidade de conhecer a política em dois principais significados, ou seja, o mais geral e o restrito. No geral, estão inseridos temas como voto, partido, parlamento e governo. No restrito, “[...] refere-se às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade [...]” (PEREIRA, 2008b, p.87).

Ao tratar dos direitos, a autora segue a classificação dos direitos de cidadania, com base em Pison e Marshall, que os classificam em gerações, em ordem

---

<sup>97</sup>“Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX, e que tem como fundamento a organização da produção em massa. As unidades produtivas são concentradas e verticalizadas, apresentam controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril” (ARCOVERDE, 1999, p. 78).

cronológica. Primeiramente os direitos civis, seguidos pelos direitos políticos e direitos sociais e por fim os direitos difusos.

Nessa direção, Pereira (2008b, p. 106) ressalta “[...] que foi com o advento dos direitos sociais que as tensões entre princípios liberais e social-democratas se evidenciaram”. Com isso houve uma maior observância dos direitos sociais, principalmente no pós-guerra e nos anos de 1970, fragmentando a ideologia liberal, o que possibilitou a regulação desses direitos. Os direitos sociais, por dependerem de recursos para serem efetivados, impõem desafios reais às políticas públicas. Portanto, as políticas sociais “[...] devem se inscrever num quadro de mudanças que também preveja a recuperação e transformação do Estado, tendo como horizonte uma estratégia que vai além dos direitos como postulação normativa [...]” (PEREIRA, 2008b, p.106).

No entanto, não se pode deixar de evidenciar que a questão da cidadania e de sua relação com a política social é bastante polêmica e, antes de mais nada, é importante esclarecer que há consenso entre autores no que se refere à significativa contribuição da formulação de Marshall para o debate sobre direitos, principalmente, para o amplo debate sobre política social. Mas, também é importante esclarecer que muitas críticas foram feitas a essa formulação.

As críticas “[...] vão desde a sua linearidade, sua tentativa de generalização da experiência inglesa numa suposta teoria da cidadania, e sua explícita subsunção da desigualdade à cidadania” (BEHRING, 2000, p.27). Para a autora, no raciocínio de Marshall havia uma singular possibilidade de se combinar acumulação com equidade, bem como criava uma medida de civilidade centrada na experiência europeia, a despeito da particularidade histórica de cada país.

Nessa direção, sem desconsiderar a contribuição de Marshall, Berhing (2000) afirma que não existe uma teoria da cidadania em seu estudo e ressalta que é necessário considerar três elementos para a compreensão da relação entre política social e cidadania. O primeiro, não há uma relação imediata entre a política social e a cidadania como supõe Marshall, tendo em vista que a política social é o centro de um conflito de classes e não é apenas utilizada como um meio para diluí-lo.

O segundo, mesmo que seja desejo dos segmentos democráticos que a relação política social e cidadania se estabeleça, podem existir contradições entre a formulação e execução dos serviços sociais e conseqüentemente a consecução de direitos. E, por fim, o terceiro, “[...] o conceito de direito social de cidadania pode conter

ou não um elemento de crítica e de proposição da política social na perspectiva da sua ampliação” (BARBALET *apud* BEHRING, 2000, p. 27).

Já Pereira considera que tanto teóricos marxistas como não marxistas compreendem que o *Welfare State* surgiu no contexto da formação dos Estados nacionais e, com o desenvolvimento do capitalismo, transformou-se no modo de produção dominante após a Revolução Industrial. No entanto, ela reconhece que o *Welfare State* tem conotação histórica e institucional normativa específica e como a política social possui

[...] caráter e escopo genéricos que lhe permitem estar presente em toda e qualquer ação que envolva intervenção do Estado compartilhada por diversos agentes “interessados” no atendimento de demandas e exigências não exclusivamente democrático-cívicas (PEREIRA, 2008a, p. 27).

Em tese, para ela, tal política social teria como norte a satisfação de necessidades sociais e não a rentabilidade econômica privada, fato que sob o capitalismo revelou-se altamente contraditório. A história da política social mostra que, em qualquer tempo e contexto sociocultural, “[...] a política social tem procurado satisfazer as necessidades sociais, mas sem deixar de atender ‘objetivos egocêntricos’, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio das elites no poder” (PEREIRA, 2008a, p. 27).

Em meados dos anos 1970, a crise que atingiu o sistema capitalista gerou quedas acentuadas nas taxas de lucros e de crescimento<sup>98</sup>. Diante desse quadro, Maranhão (2008) utilizando análise de Marx, destaca que os capitalistas colocaram em movimento mecanismos contratendências que pudessem frear os efeitos da crise<sup>99</sup>.

A primeira ação das grandes empresas para enfrentamento da crise foi a demissão de seus funcionários seguida pela fusão de vários grupos empresariais, típico da fase dos monopólios. Posteriormente, houve um grande investimento em ciência e tecnologia que incorporou maquinários modernos na cadeia produtiva, levando a mudanças no modelo de gestão e do trabalho e, sobretudo, intensificando

<sup>98</sup>Segundo Dumenil *apud* Maranhão (2008, p. 46), a crise global de sobreacumulação capitalista “[...] fez com que as taxas de lucros de mais de 20% do início dos anos 1960, caíssem para cerca de 12% em 1982/83, deixando alarmados os grandes monopólios empresariais”.

<sup>99</sup>Dentre os efeitos apontados por Marx para contrabalancear as crises cíclicas, encontramos: 1) a elevação do grau de exploração do trabalho; 2) o salário abaixo de seu valor; 3) o barateamento do capital constante (máquinas, imóveis, terra etc); 4) o aumento ou renovação da superpopulação relativa como meio de oferecer um contrapeso à queda dos lucros” (MARANHÃO, 2008).

os mecanismos de extração da mais-valia, a extinção de inúmeros postos de trabalho e a expulsão maciça de trabalhadores de seus empregos (MARANHÃO, 2008).

No entanto, segundo o autor, o mecanismo de expulsar os trabalhadores não foi eficaz ao ponto de restaurar a taxa de lucros, o que exigiu uma profunda reestruturação dos processos de acumulação capitalista. Desse modo, “[...] o capital desencadeia uma batalha no terreno das lutas de classes para empreender a reestruturação de seu sistema. Através da batalha política de governos neoliberais e da consolidação dos modelos econômicos de livre mercado [...]” (MARANHÃO, 2008, p. 47).

Nesse cenário, de acordo com Salvador (2010), as políticas keynesianas e o projeto de Estado Social que vigorou nos países centrais foram colocados em xeque, pois, para o autor, a ofensiva do capital trouxe riscos à proteção social e às conquistas sociais uma vez que “[...] a nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a ‘nova’ roupagem, rebatizado de neoliberalismo” (SALVADOR, 2010, p. 37).

Para Behring (2008), as políticas neoliberais produziram efeitos destrutivos à classe trabalhadora, ou seja,

Esse processo implicou em algumas alterações regressivas: na mudança das condições técnicas e políticas de exploração da força de trabalho por meio da chamada reestruturação produtiva; na recomposição da superpopulação relativa ou exército de reserva pressionando os salários para baixo; na fragilização da organização política dos trabalhadores (com a des-sindicalização, passivização e burocratização de sua organização política – sindicatos e partidos); e redirecionamento do fundo público para o capital, com destaque para o capital financeiro, com fortes impactos para as políticas direcionadas à reprodução do trabalho (BEHRING, 2008, p. 154).

Na perspectiva da autora, o impacto mais evidente que decorreu dessas novas condições do trabalho e de alocação do fundo público foi o crescimento das demandas resultante do acirramento do desemprego, do pauperismo e das desigualdades. De acordo com o PNUD *apud* Maranhão (2008, p. 38), “[...] perto de 2,5 bilhões de pessoas no mundo se encontram em situação de pobreza, tendo que subsistir com menos de 2 dólares por dia, e que, destes, uma parcela de 1,3 bilhão vive em estado de indigência, carecendo de necessidades básica [...]”.

O século XXI iniciou com transformações profundas nas políticas sociais nos países capitalistas centrais e, de acordo com Boschetti e Behring (2006), se não se

pode falar em dismantelamento das referidas políticas, é inegável que as suas reestruturações seguiram na direção de sua restrição, seletividade e focalização.

### 3.3 A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: DO SURGIMENTO À DÉCADA DE 1980

A entrada do Brasil no circuito capitalista mundial configurou-se como um processo marcado pela sua característica de subordinação aos interesses externos, o que decorre, em grande parte, da sua tardia inserção no capitalismo mundial e de suas particularidades históricas de formação.

Florestan Fernandes, em sua obra “Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”, salienta que a inserção do capitalismo nas sociedades nacionais dependentes, de origem colonial com histórico de escravismo, como é o caso da sociedade brasileira, defronta-se com um difícil processo de transformar os estatutos coloniais vigentes em uma nova ordem social competitiva. Segundo Fernandes (1987), o capitalismo dependente é a maneira pela qual a revolução burguesa concretiza-se no Brasil.

Para ele, a “revolução burguesa” no Brasil não foi capaz de romper com as estruturas do passado e os elementos introduzidos na nova dinâmica societária, conservaram-se, assim, muitas características do período anterior. Foram mantidas a estrutura fundiária e os valores autoritários, conciliando-os na composição da classe dominante que, para o autor, nunca teve uma “mentalidade burguesa” clássica.

Nessa perspectiva, Caio Prado Junior, em sua obra “História econômica do Brasil”, atribui o caráter tardio das atividades econômicas brasileiras à falta de competitividade do Brasil diante dos demais países americanos e europeus. O autor ressalta que o ponto essencial que distinguiu a colonização brasileira das demais colônias americanas foi a natureza do colono português e, sobretudo, o regime político e administrativo que a metrópole impôs a sua colônia. Para o autor, a fase do Brasil colonial teve desdobramentos no período imperial, com traços estruturais que permanecem intocáveis até hoje.

Carlos Nelson Coutinho (2005), ao analisar as obras de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, apresenta uma “imagem do Brasil”. Ele aponta que o caráter dependente e tardio do desenvolvimento do capitalismo brasileiro também explica o caráter da sua “revolução burguesa” e acrescenta afirmando que “[...] o fator decisivo

na geração de uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo é um fator interno, residindo sobretudo no modo pelo qual o capitalismo resolve a questão agrária”. Para o autor, existem duas vias resolutiveiras para essa questão, a clássica e a não clássica. A primeira, com caráter revolucionário “[...] implica numa solução revolucionária, com a destruição da grande propriedade pré-capitalista e a criação de um campesinato livre”. A segunda, com caráter conservador “[...] tem lugar quando a grande propriedade e a velha classe latifundiária se conservam, introduzindo progressivamente e ‘pelo alto’ novas relações capitalistas” (COUTINHO, 2005, p. 256). No caso brasileiro, adotou-se a segunda via.

Behring e Boschetti (2006), com base na análise dos autores citados acima, também apontam como uma das particularidades da inserção do capitalismo no Brasil o fato do movimento operário ter nascido fadado a se articular estrutural e dinamicamente ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo. Com isso, para as autoras, a inserção do Estado brasileiro na relação entre capital e trabalho pela via das políticas sociais justificou-se, por um lado, pela condição fundamental de acumulação, consolidação e expansão do capital; por outro, pelas exigências que o sistema impunha ao Estado em assumir as responsabilidades pelas condições de vida da população.

As primeiras medidas de políticas sociais no Brasil seguiram a orientação do modelo bismarckiano, sendo elas a Lei dos Acidentes de Trabalho, de 1919, que reconheceu a obrigação do empregador em indenizar o operário em caso de acidentes no trabalho; a Lei Eloy Chaves, de 1923, que criou a primeira Caixa de Aposentadorias e Pensões – CAP para os trabalhadores de empresas ferroviárias; e um Decreto, de 1926, que estendeu o modelo da CAP para outras categorias.

No Brasil, a principal repercussão que se teve após a crise internacional de 1929/33 foi a mudança da correlação de forças internas à classe dominante, embora também tenha trazido consequências para a classe trabalhadora. Essa experiência foi vivenciada na revolução de 1930, um período de inflexão no processo de construção das relações capitalistas no Brasil. As políticas sociais desse período foram desenvolvidas, principalmente, no campo previdenciário, antecipando as reivindicações trabalhistas.

Nesse processo, houve um esforço por parte do Estado em dar um salto do ponto de vista econômico, realizando a regulação do trabalho e o enfrentamento da

“questão social”. Quanto ao esforço regulatório, a partir do estudo de Draibe e Faleiros, Behring e Boschetti (2006) comentam que ele ocorreu entre os anos de 1930 a 1943, caracterizados como os anos de introdução da política social no Brasil, voltada eminentemente para o trabalhador urbano industrial.

A regulação seguiu a referência dos países centrais, ou seja, referência de cobertura de riscos numa sequência que partiu da regulação dos acidentes de trabalho, passou pelas aposentadorias e pensões e seguiu com auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Nesse processo, foi criado o Ministério do Trabalho em 1930, e instituída a Carteira de Trabalho em 1932.

O sistema público de previdência começou com o IAPS – Institutos de Aposentadorias e Pensões, em 1933, cobrindo riscos referentes à perda da capacidade laborativa de categorias estratégicas de trabalhadores. Os planos eram poucos uniformizados e orientados pela lógica contributiva, menos preocupada com a prestação de serviços e mais com a acumulação de reservas financeiras, ou seja, uma orientação contencionista, conforme alerta Bravo (2000). O sistema de seguros sociais foi aos poucos e sucessivamente implementado pelos Institutos para as categorias de trabalhadores, como marítimos, estivadores, industriários e bancários.

Foram organizados sistemas básicos de saúde e educação a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, bem como do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Consultivo do Ensino Comercial. A criação de uma rede de educação pública e os serviços sanitários voltados para a erradicação de doenças como tuberculose, esquistossomose, entre outras conviviam com serviços de saúde para o trabalhador assalariado executados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

O incremento da intervenção do Estado nas áreas de atenção à maternidade e à infância e a manutenção da distribuição de recursos aos serviços filantrópicos garantiam alguma – pouca - atenção aos segmentos da população não vinculados ao processo de industrialização. Em 1942, como parte do esforço de guerra, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), reconhecida como órgão de colaboração com o Estado. Atuou como repassadora de verbas às entidades sociais privadas filantrópicas para manutenção e ampliação da rede de serviços assistenciais.

É importante aqui destacar que foi na LBA que se institucionalizou uma forma de atuação do Estado na área com a presença da primeira dama. O modelo iniciado

por Darcy Vargas foi replicado em todos os níveis da administração pública nas décadas que se seguiram, tornando-se uma prática natural no campo da assistência social.

Desde então, a presença da figura da primeira-dama é parte integrante e indissociável do governo, na sua grande maioria, ligada à área social. Sobre o fenômeno do primeiro-damismo, Torres (2002, p. 86) afirma:

Na verdade, Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para atuação da primeira-dama. Ele institui a sua esposa na Presidência da LBA com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política.

Com Getúlio Vargas à frente desse processo, os primeiros anos foram de “[...] forte disputa de hegemonia e da direção do processo de modernização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 105). Nesse cenário, a luta de classes adquiriu uma dinâmica muito particular. Os pontos de sua eclosão estavam ligados à expansão da indústria e do assalariamento da força de trabalho, em um meio social no qual ainda predominava a vida rural e os trabalhadores permaneciam sob a influência das relações de mando locais. Segundo Weffort (1980, p. 62-63) o populismo getulista:

[...] Foi um modo determinado e concreto da manipulação das classes populares, mas também foi um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve ser a ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder.

Talvez por isso, para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993, p. 984) “O populismo é um recurso natural de sociedade em crise, dividida entre o setor tradicional e o setor moderno.”

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo, um novo processo no país intensificou as mudanças na economia, na política e nas relações sociais. O país entra no período democrático-populista<sup>100</sup>, que embora com novo “fôlego” não teve a

---

<sup>100</sup> Nesse período democrático-populista, foram eleitos quatro Presidentes da República através do voto popular, sendo eles, Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), Getúlio Vargas (1951 a agosto de 1954), Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), Jânio Quadros (de março a agosto de 1961). “Em substituição a Vargas, seguem-se três governos provisórios: Café Filho, então vice-presidente, que governa apenas

intenção de constituir uma nova ordem societária, isto é, a modernização econômica não foi acompanhada pela modernização política e administrativa, portanto, não se instituíram canais de participação social. Pelo contrário, nos anos pós 1945, sua dinâmica mantinha as estruturas políticas nas mãos das elites.

Quanto às políticas sociais do período, Behring e Boschetti (2006) relatam que o cenário era complexo, a expansão da política social foi lenta e seletiva. No entanto, houve alguns aperfeiçoamentos no âmbito institucional, tais como a separação entre os Ministérios da Saúde e da Educação e a criação de novos IAP's.

A partir de 1964, com a ditadura militar, ocorreu a consolidação institucional das políticas sociais. Com a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS teve início o processo de unificação do sistema previdenciário que ocorreu uma década depois, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SIMPAS, em 1977, que incorporou o INPS, o INAMPS, o IAPAS e a LBA, a FUNABEM, a Central de Medicamentos (CEME) e a DATAPREV.

Foram tomadas medidas com vistas a regular a mão de obra da cidade e do campo e facilitaram a entrada do grande capital internacional no país. Fazem parte delas a criação do Fundo de Garantia por Tempo Serviço- FGTS, a reforma do ensino superior em 1968, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1971.

Destaca-se também um forte investimento na política habitacional, com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, usado para reativar a economia através dos financiamentos para a classe média ter acesso à casa própria. “Aqui, tratava-se de uma estratégia tipicamente keynesiana de impulsionar a economia por meio de incremento da construção civil na construção de moradias populares” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 137).

Segundo Faleiros (2000, p. 47), nesse contexto, “[...] era estratégico obter o apoio dos trabalhadores do campo e estimular a economia no meio rural com a distribuição de benefícios em dinheiro para o vasto setor excluído do mercado de consumo de bens industrializados e de serviços”. Tanto foi estratégico, que nas eleições consentidas pelos militares, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA,

---

até novembro do mesmo ano, sendo por motivo de doença substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados e que também logo se afasta da presidência por imposição dos militares. Assume então Nereu Ramos, presidente do Senado, que vai governar o país até a posse de Juscelino Kubitschek. Em substituição a Jânio Quadros, assume o vice, João Goulart, que governa de agosto de 1961 a março de 1964” (MESTRINER, 2001, p. 114).

apoiada pelo governo, ganhou as eleições nas pequenas cidades do interior, controladas pelos caciques políticos da época (FALEIROS, 2000).

É importante aqui enfatizar que os vinte anos de ditadura militar foram sustentados por uma base tradicionalista, reprodutora das práticas clientelistas. Conforme descreve Martins (1994, p. 33),

[...] o governo militar cassou mandatos e direitos políticos de muitos dos mais progressistas parlamentares. Mas manteve o mandato de um grande número de parlamentares que representavam o que havia de mais típico das tradições oligárquicas e clientelistas. Foi dessa base tradicionalista que os militares tiraram seu esquema de sustentação política, assegurando a legitimidade que seu regime podia obter a partir da cooperação servil que era típica da representação partidária despolitizada e desideologizada da tradição oligárquica e clientelista: o mandato é sempre um mandato em favor de quem está no poder, pois é daí que vêm as retribuições materiais e políticas que sustentam o clientelismo, não importa a orientação ideológica de quem está no poder. Tratando-se, portanto, de reorientar a força do oligarquismo em favor de um Estado conservador.

A partir de 1974, surgiram os primeiros sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador conservador vigente no período ditatorial. Isso, em grande medida, decorreu dos impactos da economia internacional, que restringiu o fluxo dos capitais, bem como dos próprios limites internos. Apesar dos grandes investimentos estrangeiros nesse processo, a dependência marcou esses governos e o crescimento do período do “milagre econômico” não foi suficiente para amenizar as desigualdades sociais, inclusive as regionais, que aumentaram muito no país.

Segundo Medeiros (2005), no Brasil, estudos têm mostrado que as desigualdades internas são estáveis. Entre eles, Medeiros (2005, p. 234) cita o estudo de Rossi (1981), que a partir das informações tributárias da década de 1970, apresentou que “[...] a relação entre alguns indicadores de modernização – como grau de industrialização, políticas salariais e composições de famílias – e indicadores de desigualdade de renda não permitia expectativas positivas quanto ao comportamento da desigualdade, tanto interpessoal quanto inter-regional no País”. E mais, entre 1976 a 1999, a desigualdade permaneceu estável em torno de um patamar extremamente elevado, ou seja, coeficiente de Gini em torno de 0,60.

Por sua vez, na direção da desigualdade das regiões do Brasil, Medeiros (2005, p. 237) cita o estudo de Barros, Mendonça e Duarte (1981) para mostrar “[...] as curvas de distribuição de renda dos estados mais ricos do Sudeste (Rio de Janeiro e São

Paulo) e do Sul mantiveram, com pequenas alterações, a relação de dominância de primeira ordem sobre os estados das regiões Norte e Nordeste observada em 1970”.

Como resultado da expansão e aceleração da industrialização, houve crescimento dos centros urbanos, aumento da inflação e crescimento da dívida externa. Associados à redução do crescimento econômico nos anos do fim do “milagre”, foram fatores que fomentaram a organização da classe trabalhadora e de outros movimentos sociais de contestação à ordem autoritária. Behring e Boschetti (2006) assinalam que o investimento maciço na industrialização promoveu a formação de uma vasta classe operária atuante nos centros urbanos, sobretudo, em São Paulo.

Com a abertura democrática, iniciada em 1982, foram realizadas eleições para governadores e, em 1984, após um amplo movimento popular, o das “Diretas Já”, houve eleições indiretas para Presidente da República. Em síntese, o destaque dado aos anos de 1980 foi para “[...] a redefinição das regras políticas do jogo, no sentido da retomada do Estado democrático de direito” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 141), tarefa que foi assumida pelo Congresso Constituinte.

A partir de 1985, com o acirramento da crise fiscal e com a efervescência do processo de transição democrática, prevaleceram estratégias reformistas de cunho liberal no campo das políticas sociais. Nesse período, foi concebida a atual estrutura do sistema de seguridade social brasileiro presente na Constituição de 1988 - um marco na história da proteção social para o país.

As autoras apontam ainda que em meio a esse processo lento de transição para a democracia, que em grande medida condicionou a adesão brasileira “ [...] às orientações conservadoras neoliberais, já em curso no nível mundial, implicando no caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo”. Dessa maneira, “[...] colocou-se em marcha uma transição democrática fortemente controlada pelas elites para evitar a constituição de uma vontade popular radicalizada” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 138).

### **3.3.1 Ações sociais e política social em Guarapuava**

A história das primeiras ações voltadas aos pobres em Guarapuava fundamenta-se nos relatos dos entrevistados desta tese. As primeiras iniciativas na área da atenção aos pobres em Guarapuava surgiram como iniciativas individuais, de

natureza caritativa, desenvolvidas em grande parte pelos membros da nascente sociedade local.

Mais tarde, essas ações foram assumindo um caráter de filantropia, a partir de ações vinculadas a instituições religiosas e, gradativamente, o poder público municipal foi se fazendo presente de forma a organizar as políticas sociais. Todavia, sua responsabilidade num primeiro momento limitou-se em subsidiar as ações desenvolvidas pelas entidades filantrópicas.

A primeira notícia que se tem de ações desse tipo no município é relatada em entrevista por Murilo Walter Teixeira<sup>101</sup>. “*A primeira prática reconhecida como ação social em Guarapuava foi uma ação chamada de “caixão da misericórdia”, de iniciativa e realização do escravo Belarmino Sebastião de Miranda*” (MWT)<sup>102</sup>. Segundo seu relato, em meados do século XIX, o referido escravo construiu um caixão de madeira para carregar os corpos de pobres e escravos mortos até a vala onde eram depositados. Esta prática foi desenvolvida por muitos anos na cidade.

Um fato bastante enfatizado em estudos sobre a história de Guarapuava<sup>103</sup> e reforçado pelas entrevistas realizadas ocorreu no final de século XIX, quando um elevado número de pessoas com hanseníase chegou à cidade com a expectativa de cura. Isso, em função do mito que se tinha de que a doença poderia ser curada com as águas sulfuradas existentes na região. Desse episódio decorreu um problema de saúde pública na região e, na tentativa de solucioná-lo, a Câmara Municipal, juntamente com a prefeitura e a comunidade, construíram cinco casas de madeira para alojamento dos doentes. No entanto, estes continuavam esmolando pelas ruas da cidade, o que levou o então prefeito Solano Alves Camargo proibir, através de Decreto, a vinda dos “leprosos” para Guarapuava, bem como, determinar que o atendimento a esse público fosse realizado quinzenalmente em suas residências.

Observa-se que a “questão social” foi enfrentada de forma emergencial e pontual, de maneira que não é possível interpretar essas ações como política social, embora fossem assim interpretadas pelos entrevistados.

---

<sup>101</sup>Organizador e mantenedor da “*Casa Benjamin C. Teixeira: historiografia Guarapuavana*” e de *atividades em instituições de Guarapuava*. Após sua aposentadoria, direcionou os seus esforços com maior ênfase para a área cultural e histórica. Escreveu livros e crônicas inspiradas no cotidiano. É membro da ALAC (Academia de Letras, Artes e Ciências) de Guarapuava e foi o primeiro presidente do IHG (Instituto Histórico de Guarapuava). Há vários anos faz parte do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Guarapuava.

<sup>102</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 12 de janeiro de 2016.

<sup>103</sup> Marcondes (2010), Abreu e Marcondes (2001), Silva (2010).

Após a doação financeira realizada pela senhora **Rosa Lustosa Danguí de Siqueira**, foi construído o leprosário na cidade. No entanto, ele não chegou a funcionar, pois o então governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, construiu o hospital São Roque, em Piraquara, para atender todas as pessoas com hanseníase do Paraná. Foi então que todo o recurso material e os doentes de Guarapuava foram transferidos para o referido hospital.

Rosa Danguí Lustosa de Siqueira era esposa do capitão Manoel Paulo de Siqueira e mãe adotiva de **Antonio Lustosa de Oliveira**. O capitão Manuel Siqueira foi um grande proprietário de terras herdadas do seu pai, o coronel Pedro Siqueira Cortes, considerado um dos maiores criadores de gado da região. Pedro Siqueira Cortes destacou-se também na vida pública como deputado provincial em 1887, e prefeito de Guarapuava em 1892. Antonio Lustosa de Oliveira também se destacou na política, ocupando o cargo de deputado estadual, de prefeito de Guarapuava, de presidente da Caixa Econômica Federal e de suplente à Câmara Federal.

O Hospital São Vicente de Paulo foi a primeira instituição filantrópica de Guarapuava. Fundado em 1913 em decorrência do surto de cólera.

Em 1917, época em que a Igreja Católica exercia forte influência local e era representada por Padre Chagas, a Sociedade de São Vicente de Paulo inicia suas atividades de ajuda e apoio aos pobres.

Visando a construção de um hospital permanente, a Loja Maçônica Philantropia de Guarapuava tomou as primeiras providências nesse sentido e teve como coordenadores desse processo **Luiz Daniel Cleve, Izidoro Keche, Romualdo Baraúna, Alcebíades Almeida de Farias, Leopoldo Sprenger, Luis Schleder e Olympio Alves Lisboa**. Em agosto de 1919 foi lançada a pedra fundamental do hospital no terreno doado pelo fazendeiro e empresário **Manoel Mendes Camargo**. Para a construção do hospital foi criada uma comissão composta pelos seguintes membros: Vigário Guilherme Maria, Francisco de Paula Alves, Francisco Solano de Camargo e Leopoldo Sprenger. E finalmente em agosto de 1923 foi realizada a inauguração do Hospital São Vicente de Paulo (MARCONDES, 2010).

Na área da educação, segundo Marcondes (2010), a primeira ação que se tem notícias foi a criação de uma classe de primeiras letras, em 1843. Essa classe era frequentada apenas pelos homens. Para atender essa demanda, em 1898, fundou-se o colégio particular da professora Ida Lammele. Na sequência, foram instalados os colégios particulares Instituto Becker em 1902, Colégio Masculino em 1907 e Colégio

Nossa Senhora do Belém em 1907, os dois últimos ligados à Igreja Católica. Em 1919, o governo do Estado criou a primeira escola pública de Guarapuava, o grupo escolar nº 4. Esta escola, em 1920, passou a se chamar grupo Visconde de Guarapuava e, em 1927, o professor **Amarílio Rezende de Oliveira** assumiu a sua direção.

Ao ser indagada sobre as primeiras ações de política social em Guarapuava, Marcondes cita o caso da hanseníase e destaca as ações sociais desenvolvidas pelas famílias que faziam parte do rol de sócios do Clube Guaíra, pois, segundo ela, frequentar o clube significava também se envolver em questões filantrópicas e religiosas na cidade. As mulheres dessas famílias consideravam-se na época como parte da aristocracia e se reuniam no Clube para arrecadar recursos em prol da comunidade carente (TEMBIL, 2007).

O jornal *O Pharol* (192?)<sup>104</sup> veiculou uma reportagem tratando da fundação, na década de 1920, do “Orphanato Independência”. Este, segundo o texto, prestava assistência à infância desamparada. Embora fundada pela prefeitura, segundo o jornal, sua administração foi entregue para as senhoras guarapuavanas, tendo como presidente a senhora **Rosa Lustosa Danguí de Siqueira**. Cabe ainda destacar que não foram encontrados indícios da existência dessa instituição em nenhuma outra fonte.

Observa-se também que mais uma vez a senhora Rosa Lustosa Danguí de Siqueira esteve em evidência na área assistencial do município. Fato que, segundo Kruger (2007), rendeu-lhe o título de cidadã benemerita de Guarapuava como forma de reconhecimento da sua dedicação às obras e iniciativas sociais na cidade.

Nesse período, já é possível observar que as ações sociais seguiam um padrão em conformidade com o que ocorria em todo o país, ações da filantropia eram subsidiadas pelo poder público em um imbricamento entre público e privado, próprio do modelo patrimonialista. No período que segue, a ação mais direta do Estado na forma de políticas sociais já se faz presente em Guarapuava, em claro alinhamento com o que ocorria em todo o país.

As notícias são de que a década de 1940 foi marcada pela ampliação das escolas públicas no município. Em 1945 foi criado o Colégio Estadual de Guarapuava, pelo interventor do Paraná, Manoel Ribas. Em 1948, criada a Escola Normal Secundária Professor Amarílio.

---

<sup>104</sup>Edição comemorativa. Consulta realizada na Casa “Casa Benjamin C. Teixeira: historiografia Guarapuavana”.

Na década de 1950, Guarapuava experimentava o processo de mudança da economia local, da qual resultou alterações na sua dinâmica societária, dentre elas, a alteração da configuração das famílias tradicionais. Novos nomes e sobrenomes passaram a fazer parte das ações sociais locais, como pode ser observado no depoimento de Dalla Vechhia sobre a ação filantrópica denominada “Lanche da Amizade”, uma prática social deste contexto.

*[...] começou com a iniciativa da esposa do seu **Carollo**, dona **Ivete Carollo**, porque dona Ivete veio de Curitiba e era de **uma família também nobre lá**, ela cozinhava muito bem e teve essa visão juntamente com a esposa do **Dr. Fleury**, que era dona **Alice Fleury da Rocha**. Elas começaram a fazer essa sociedade de senhoras em prol do Hospital São Vicente de Paula e até hoje existe. Mais de 50 anos, em que as mulheres, as damas da sociedade se reuniam, faziam os trabalhos e vendiam (ZDV).<sup>105</sup>*

O depoimento cita a **família Carollo**, da qual faz parte o ex-deputado estadual e ex-deputado federal, Cezar Augusto Carollo Silvestri. Cabe lembrar que a família Carollo migrou para Guarapuava inserindo-se na atividade madeireira, setor em que se destacou. Outra questão recorrente apontada por Dalla Vechhia em seu depoimento foi a vinculação das “damas da sociedade” com as obras sociais.

Em 1954, a área da educação ganhou o Colégio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro. No mesmo ano foi fundado o Rotary Club de Guarapuava, que desenvolveu ações beneficentes voltadas à arrecadação de recursos materiais para doação às obras sociais do município.

Em 1962, foi fundado o Hospital Santa Tereza, de propriedade do médico **Frederico Guilherme Kreche Virmond**, membro de família econômica e politicamente dominante da cidade. Ainda na área de saúde, segundo as fontes consultadas<sup>106</sup>, na década de 1960 já existia a Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, que através de convênio com o INAMPS mantinha postos de saúde na cidade. Em 1964, foi criada a Companhia de Água e esgoto de Guarapuava – CAEG, sendo substituída pelo Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto, em 1973, que mais tarde, passou para a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Em 1966, o médico **Ruy Virmond Marques** fundou a Sociedade de Socorro aos necessitados para atender os “velhinhos abandonados”. No início, a instituição

<sup>105</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 01 de setembro de 2014.

<sup>106</sup> Fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração de Guarapuava.

doava sacolas de alimentos. Mais tarde, com a construção da sua sede, passou a abrigar os idosos. É importante destacar que a referida construção só foi possível porque a prefeitura doou o terreno e as demais benfeitorias foram assumidas pelo comércio e indústria local. Segundo Marcondes (2010), a estruturação e manutenção da instituição deve-se também ao trabalho dos membros da diretoria e voluntários, sobretudo, pelo seu administrador e gerente, **Alípio Rauen**, pai da atual deputada estadual Cristina Rauen Silvestri, sogro do ex-deputado estadual e ex-deputado federal, Cezar Augusto Carollo Silvestri e avô do atual prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho.

A partir de 1965, com o crescimento da área urbana da cidade, houve um processo de especulação imobiliária (SILVA, 2002) e assim, começam a se formar loteamentos mais distantes do centro, com concentração da população de baixa renda. Fato que gerou demandas de serviços básicos na periferia da cidade.

Em 1967, três irmãs da Comunidade Apostólica Caridade Social chegaram em Guarapuava convidadas pelo Bispo Diocesano. Elas iniciaram suas atividades na Paróquia São Miguel em Entre Rios, atendendo a população pobre, organizando grupos de jovens e realizando um trabalho com as mães. Nesse contexto, os suábios tinham recém-chegado ao local. As irmãs permaneceram em Entre Rios por dois anos, mudando-se para Guarapuava, onde, no ano de 1969, criaram o departamento de Promoção Social, iniciando suas atividades com palestras nos clubes de mães já existentes, coordenados pela prefeitura em convênio com a LBA.

Quanto às ações da LBA, Dalla Vecchia<sup>107</sup> relata que na gestão do prefeito Nivaldo Kruger, sua mãe foi presidente da instituição<sup>108</sup> e a LBA atuava na realização de festas de natal para crianças pobres e também promovia cursos de culinária e de costura. Segundo Dalla Vecchia, a LBA não desenvolveu uma ação mais ampla para o desenvolvimento social.

Na década de 1970, a área de saúde contou com a fundação do Hospital Nossa Senhora de Belém, de propriedade da **família Mattos Leão**. Em 1973, o referido hospital credenciou-se ao INPS e posteriormente ao Sistema de Assistência à Saúde – SAS.

Ainda na década de 1970, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guarapuava – APAE em 1971 e foi instalado na cidade o Serviço

---

<sup>107</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 01 de setembro de 2014.

<sup>108</sup> Não foi encontrado registro com este dado.

Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, iniciando suas atividades com a oferta de cursos profissionalizantes. Nesse período, uma ala mais progressista da Igreja Católica de Guarapuava, influenciada pela Teologia da Libertação<sup>109</sup>, passou a atuar em algumas áreas através de suas pastorais, dentre elas a Pastoral da Criança e a Pastoral da Terra. Esta última envolveu-se nos conflitos locais.

Na década de 1980, destaca-se como ação na área da habitação, a construção de 90 casas para abrigar as famílias pobres. Esta ação teve a coordenação das irmãs da Caridade Social e foi realizada em sistema de mutirão. Em 1984 foi fundado o Albergue Noturno Frederico Ozanam, viabilizado com recursos da prefeitura e da comunidade local, ou seja, a prefeitura doou o terreno para a construção do prédio e a comunidade arrecadou recursos através de campanhas e doações.

A ação da prefeitura que se destacou no período foi a criação do Programa Planalto Verde, em 1984, que tinha por objetivo promover melhorias no meio rural com ações que atingissem o pequeno produtor, afetado economicamente pela modernização agrícola e que passou a migrar para a cidade em busca de trabalho. Assim, foi ampliado o número de escolas no meio rural, desenvolvidas campanhas de educação para a saúde e levada assistência médica ao campo, bem como, integraram-se as ações entre as entidades públicas e privadas para viabilizar o processo de assistência técnica, pesquisa e extensão rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, 1984).

Em 1980, instalou-se o Serviço Social da Indústria – SESI; em 1984, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; e em 1988, o Serviço Social do Comércio – SESC.

Em 1986, foi criada pela prefeitura a Fundação do Bem Estar do Menor de Guarapuava – FUBEM. Também dentro da área da criança e do adolescente, foi fundado o Instituto Educacional Dom Bosco em 1989. Este ligado à Rede Salesiana de Ação Social.

É possível observar que desde o surgimento das primeiras iniciativas voltadas à caridade e à filantropia, as famílias que dominam economicamente a região se

---

<sup>109</sup>Movimento que nasceu na Igreja Católica como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e à fé cristã de maioria de sua população. Esse movimento se estende depois a outros países do continente e encontra, a partir dos anos 1970, uma expressão cultural, política e espiritual na "Teologia da Libertação".

ocuparam das ações sociais através de doações e também, de ações de mães e esposas dos principais proprietários locais, também políticos locais.

Esse movimento não se altera com a presença do Estado através das políticas sociais organizadas a partir da década de 1930. As parcerias entre a rede filantrópica e o Estado e a atuação das primeiras damas na gestão pública garantiram a presença das famílias tradicionais nos principais equipamentos sociais do município, mostrando que a elite econômica e política sempre teve plena consciência da importância de sua intervenção na área das políticas sociais.

### 3.4 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS NOVOS PARADIGMAS PARA A POLÍTICA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 é fruto de um processo de luta entre projetos distintos de sociedade. Faleiros (2000, p. 49), ao analisar o processo de elaboração da Constituição de 1988, comenta que “Cada artigo da Carta Constitucional foi objeto de muita disputa e negociação entre os blocos de forças”. Em linhas gerais, a Constituição colocou-se como liberal-democrática-universalista, expressando as contradições da sociedade brasileira e indicando a convivência entre políticas públicas e políticas de mercado.

Aliás, segundo Faleiros (2000), à medida que o Congresso incorporava direitos e definia o conceito de cidadania, na prática, o governo Sarney promovia o desmonte das políticas sociais. Mesmo assim, é inegável o avanço no campo dos direitos promovido nesse processo de elaboração da Constituição. Desta maneira, o grande desafio colocado a partir de então foi o de proteger tais direitos, como observa Nogueira (2001).

Ao ser promulgada, a Constituição de 1988 instituiu legalmente uma relação entre Estado e cidadão pautada no princípio da igualdade. Os direitos fundamentais aparecem nos títulos iniciais, os direitos civis estão assegurados pelo artigo 5º e os direitos sociais são ampliados. Através do texto legal, estabeleceu-se o Sistema de Seguridade Social no Brasil, composto pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social, buscando instituir uma lógica que se aproximasse do modelo de Bem Estar Social, a partir de um conceito amplo de cidadania.

O texto constitucional concebeu os direitos sociais como direitos universais e inalienáveis de todo o cidadão. Dessa maneira, rompeu com a racionalidade da cidadania regulada (SANTOS, 1994) onde tais direitos privilegiavam os trabalhadores formais, deixando os trabalhadores informais, sobretudo os trabalhadores rurais, sem condições de acessá-los.

Os princípios que pautam os direitos sociais começam a ser apresentados no artigo 3º da Constituição, a partir do reconhecimento das desigualdades sociais e regionais brasileiras. Já no segundo Capítulo do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), a Constituição trata dos direitos sociais fundamentais estabelecendo como tal o direito à Educação, à Saúde, à Assistência, à Previdência Social, ao Trabalho, ao Lazer, à Maternidade e à Infância (BRASIL, 1988).

Porém, é no Título VIII (Da Ordem Social) que o texto constitucional apresenta os princípios, as diretrizes e a estrutura de funcionamento das principais políticas sociais. Lá estão reafirmados os princípios que historicamente caracterizaram algumas das políticas sociais brasileiras como é o caso da obrigatoriedade do ensino fundamental e o caráter contributivo da Previdência Social. Por outro lado, a maior novidade foi a afirmação da universalidade da saúde, o que constitui um passo enorme no sentido de construção de uma Seguridade Social, o mesmo ocorrendo com a assistência social (BRASIL, 1988).

Estudos sobre políticas públicas no Brasil<sup>110</sup> têm afirmado que a construção da Seguridade Social foi o avanço que mais correspondeu aos objetivos inscritos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988. A Seguridade Social é apresentada no artigo 194 da Lei como um conjunto integrado de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

Consta em seu parágrafo único que o poder público deve organizá-la com base na universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços abrangendo às populações urbanas e rurais; com seletividade e distributividade na prestação de serviços; com equidade na forma de participação no custeio; com diversidade da base de financiamento; e com caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988).

---

<sup>110</sup> Tais como Couto (2008), Raichelis (1998) e Mota (2005).

A Seguridade Social passou a ser concebida como eixo estruturante das políticas sociais brasileiras, cuja principal característica reside na garantia universal da prestação de benefícios e serviços de proteção social pelo Estado. Nessa direção, cabe salientar a relevância do financiamento público que, neste caso, passou a ser mais amplo do que financiava a até então previdência social brasileira.

Dessa maneira, a Constituição de 1988 buscou combinar garantias de direitos com ampliação do acesso da população a bens e serviços, a partir de sua proposta de um sistema de proteção social que exigiu a construção de uma nova relação entre Estado e sociedade através da reconfiguração da gestão das políticas sociais.

A partir dela definiram-se instrumentos de participação da sociedade civil no controle da gestão das políticas sociais, e foram estabelecidos novos mecanismos de participação social e de implementação dessas políticas. Institui-se também a criação de conselhos compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil para deliberar sobre o planejamento, execução e controle das políticas sociais.

Nesta perspectiva, a participação da sociedade civil é vista como um processo a ser vivenciado coletivamente pela via da construção de espaços públicos. Entendendo espaço público

[...] como espaço de publicização de interesses heterogêneos, de confronto entre práticas sociais contraditórias e de luta pela hegemonia político-cultural em torno de projetos societários. Assim concebida, a esfera pública envolve, necessariamente, a organização de segmentos da sociedade civil ante projetos políticos e, portanto, a representação de interesses coletivos de grupos e classes sociais contrapostos. (RAICHELIS, 1998, p. 82).

Diante disso, a implementação das políticas sociais pautada neste novo modelo se constituiu numa tarefa complexa, na medida em que o cenário da época era duplamente problemático, pois, por um lado o Brasil passava por uma crise econômica, apresentando altos índices de pobreza e desigualdade social e, por outro lado, as propostas inscritas na Constituição Federal estavam na direção contrária ao pensamento neoliberal que dominava o cenário internacional.

As ideias neoliberais, além de trazerem para o cotidiano da sociedade brasileira um impasse na implementação de políticas públicas em geral ao disseminar a racionalidade de retração da intervenção do Estado, também reafirmaram o discurso marcado pelo conservadorismo que reduz e naturaliza a desigualdade social e que consolida ainda mais a cultura da superioridade das elites. Isso, em grande parte,

porque a fundamentação teórica e ideológica do pensamento conservador trata da “questão social” como uma questão essencialmente moral, ou seja, desconsidera as múltiplas determinações dos fenômenos. Em consequência, Battini e Costa (2007, p. 42) alertam que “[...] não há como superar as condições de pobreza na sociedade sem questionar a lógica capitalista e seus mecanismos de legitimação”.

Dallari (2000, p. 475) explicita que, para as elites, a condição de pobreza e as dificuldades dos outros sempre foram “sinais de indolência ou incompetência”, pois há na sociedade brasileira um autoritarismo em todas as relações sociais, a exemplo da arrogância dessas elites para com as populações mais pobres. Desse modo, romper com as práticas tradicionais permanece um dos maiores desafios da Seguridade Social brasileira.

Os governos que assumiram a partir da promulgação da Constituição, na década de 1990, foram os responsáveis por implementar a Seguridade Social proposta na Lei. Nesse período, foi aprovada a maior parte da lei infraconstitucional que colocou em prática a Seguridade, tais como a Lei Orgânica da Saúde (LOS) em 1990, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. Foram também promulgados o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

Porém, foram esses mesmos governos os que passaram a adotar medidas de caráter neoliberal que buscavam responder às exigências impostas pelos organismos internacionais e pela necessidade da globalização capitalista. Dentre elas, a redução do Estado pelas privatizações, a abertura da economia para o mercado internacional com a retomada dos investimentos externos, a estabilização da moeda com a reforma monetária, fiscal e a desregulamentação do trabalho. Nesse cenário, as relações de trabalho, sob a égide da nova aliança em torno da flexibilização, sofreram profundas transformações.

Segundo Nogueira (2004, p. 37), nos anos de 1990 generalizou-se, na maioria dos países latino-americanos, a “[...] concepção reformadora concentrada na diminuição do Estado e na valorização do mercado”. Nesse sentido, em nosso país, segundo o autor,

Expressões como mercado, privatização, *empowerment* e administração gerencial foram incorporadas ao léxico brasileiro. A ideia mesma de que se fazia necessária uma reforma inadiável cristalizou-se na opinião pública balizada pelo argumento de que seria preciso preparar o país e ajustar sua economia para a nova competitividade internacional, recuperando o tempo

perdido nas décadas anteriores, em que se teria vivido sob as asas de um Estado gigantesco, ineficiente e perdulário. Em nome da necessidade de acertar as contas com o legado da “era Vargas”, pôs-se em curso um ciclo reformador voltado para a dimensão fiscal, financeira e patrimonial do Estado. Combinando-se com a desvalorização da política que parece brotar das próprias estruturas do mundo globalizado, a vida democrática não avançou tanto quanto sua dimensão formal (NOGUEIRA, 2004, p. 38).

As ideias neoliberais começaram a ganhar concretude no governo de Fernando Collor. Em pouco tempo, esse governo demitiu 65 mil funcionários, promoveu uma abertura econômica e acelerou o processo de privatização que estava em desenvolvimento pelo governo de José Sarney. Com o *impeachment* de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo e adotou medidas de controle da inflação por meio da nova moeda, o real. Esse processo foi coordenado pelo então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Em decorrência da queda da inflação, o Plano Real obteve credibilidade por parte da população e favoreceu a candidatura e eleição de FHC à presidente do Brasil em 1994. No entanto, Faleiros (2000, p. 52) ressalta que

O Plano Real manteve estagnada a desigualdade de renda no Brasil, já que os salários passaram para a URV pela média, e os preços pelo pico. A população passou a ter acesso a preços estabilizados, favorecendo-se os mais pobres, mas, as compras a prazo embutiam juros exorbitantes (7 a 10% ao mês). O Real foi mantido como uma moeda sobrevalorizada, facilitando, entre outros objetivos, a reeleição do Presidente e as importações, mas desestruturando a indústria nacional e reduzindo as importações. Esta política provocou o maior desemprego jamais visto no País (18% em média na Grande São Paulo em 1998).

Em consonância com o modelo monetarista do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo FHC realizou um ajuste fiscal, aprofundou o arrocho salarial, reduziu a máquina administrativa do Estado, promoveu privatizações e desregulamentação das relações trabalhistas. Com isso, privilegiou a previdência privada e os serviços privados de saúde. Na área da assistência social, foram implementados serviços focalizados nos mais pobres, a maioria, em parceria com entidades não-governamentais<sup>111</sup>. No campo educacional, apesar da criação do Fundo da

---

<sup>111</sup>Como exemplo, a implantação, sob o comando da primeira-dama Ruth Cardoso, do Programa Comunidade Solidária (PCS) que buscava coordenar ações de mobilização de recursos da sociedade para atendimento da população mais pobre, atendendo-a em especial, ao combate à fome. Tal iniciativa, contrariou a racionalidade instituída pela LOAS, na qual está previsto o comando único para planejamento e execução das ações na área. Com esse programa, o governo FHC demonstrou resistência em abrir mão de uma prática histórica no país, atrelando as ações assistenciais à figura da primeira-dama, bem como desconsiderou a implementação de uma política de direitos conforme

Educação, não houve avanços na melhoria da qualidade do ensino, o que acabou privilegiando o setor privado. A política de habitação foi submetida ao setor financeiro (FALEIROS, 2000).

Segundo Iamamoto (2008, p. 36), a política econômica do governo FHC “[...] conseguiu reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou: ‘da pobreza da inflação’ à ‘inflação da pobreza’, do ‘fim da inflação da moeda’ à retomada da ‘inflação da dívida’ e dilapidou o patrimônio público nacional”.

Sem romper com o modelo neoliberal, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva manteve a condução da política econômica e, decorrente dela, agravaram-se os problemas sociais. Sobre isso, os dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentados por Iamamoto (2008, p. 37), destacam que nos primeiros anos de seu governo o crescimento do desemprego no Brasil superou a taxa mundial de 6,2% e também a da América Latina e Caribe, que era de 8%. A única região que registrou um aumento superior ao do Brasil foi o Sudeste Asiático.

O panorama brasileiro desde 1993 era de alta taxa de trabalhadores na informalidade e conseqüentemente descobertos de direitos previdenciários e trabalhistas. O índice de trabalhadores sem carteira assinada passou de 21,1%, em 1995, para 24,2%, em 2003. Esse índice, somado ao dos trabalhadores por conta própria, elevou-se para 45,5% (IAMAMOTO, 2008). Ainda em 2003, se considerada a renda associada aos indicadores de pobreza<sup>112</sup> e de desigualdade<sup>113</sup>, no total de 53,9 milhões de habitantes que informaram a sua renda, 31,7%, foi considerada pobre. Em relação à desigualdade, em 2003, 1% da população mais rica - que representava 1,7 milhão de pessoas - apropriou-se de 13% do total da renda, bem próximo da renda domiciliar<sup>114</sup> apropriada por 50% da população pobre, que era 13,3%. A proporção dos mais pobres no ambiente rural era ainda maior, ou seja, 57,1% contra 27% da área urbana.

---

o estabelecido na Constituição de 1988. O programa distribuiu alimentos nos municípios numa perspectiva focalizada nas emergências, de acordo com conveniências políticas. E mais, a estratégia foi envolver a esfera privada na execução das ações assistenciais, com os mesmos fundamentos das práticas tradicionais de solidariedade para com os pobres. Vale ressaltar que esse tipo de estratégia permanece ativa.

<sup>112</sup> Insuficiência de renda (IAMAMOTO, 2008).

<sup>113</sup> Diferença na distribuição de renda (IAMAMOTO, 2008).

<sup>114</sup> A renda per capita média domiciliar era de R\$ 50,00, equivalente, na época, a um salário mínimo e meio (IAMAMOTO, 2008).

Iamamoto (2008) comenta ainda que as diretrizes na condução das políticas sociais, nesse período, apresentavam estreita sintonia com as recomendações dos organismos internacionais, destacando as recomendações do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006. Dentre elas, estava a ampliação de oportunidades para aqueles que têm menos voz, menores recursos e capacidades, no entanto, com a recomendação que isso fosse realizado respeitando as liberdades individuais e o papel do mercado na alocação dos recursos. Este relatório também ressaltava que o objetivo não era a igualdade de renda, mas a expansão de oportunidades de acesso à saúde, educação, emprego, capital e direitos de posse da terra.

Nos primeiros anos do governo houve um incremento nas políticas coordenadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – direitos da pessoa com deficiência, direitos dos idosos, promoção da igualdade racial e de gênero e combate ao preconceito sexual. Houve a aprovação do Estatuto do Idoso, que dentre outras inovações importantes, reduziu a idade mínima para requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 67 para 65 anos.

No entanto, o tema que dominou o debate sobre os rumos da estratégia social continuava a ser a disputa entre focalização e universalização das políticas sociais. Isso, na análise de Fagnani (2011), era o reflexo da indefinição da estratégia social do governo<sup>115</sup>. Todavia, ainda em 2003, a estratégia para a área passou a ser o Programa Bolsa Família, com uma proposta focalista e de grande impacto popular<sup>116</sup>.

Em 2005 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse mesmo ano, foi instituído o Sistema Único da Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), como parte da política de Segurança Alimentar.

Em relação à Previdência Social, a ortodoxia econômica continuou impondo os limites financeiros ao seu financiamento, o que gerou pressões por novas rodadas de reformas. O governo Lula conduziu mais uma delas. Sobre as reformas da Previdência após 1988, Behring e Boschetti (2006) destacam que as de 1998 e 2003 resultaram em prejuízos aos trabalhadores ao criarem critérios condicionados à contribuição e

---

<sup>115</sup> No início do governo, a proposta era a implementação do Programa Fome Zero, que visava o direito de alimentação da população brasileira, e acabou suspenso.

<sup>116</sup> A partir de 2004, o Programa Bolsa Família foi unificado pelos vários programas criados no governo de FHC, isto é, o Programa Bolsa Escola, o Programa Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás. Bem como, o programa Cartão Alimentação, criado no governo Lula.

excluírem os trabalhadores que exerciam atividades informais, e ao reduzirem acesso a alguns benefícios e os valores de outros.

A saúde, através do SUS, que segundo Fagnani (2011, p. 12), é “[...] fruto de uma construção progressiva desde meados de 1970, consagrada na Constituição de 1988”, assim como a educação, dispõem de instrumentos formais que lhe asseguram maior continuidade. Nesta última, destaca-se a criação e implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a reforma da educação superior. Em 2004, criou-se o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que oferece bolsas de estudo em instituições privadas a estudantes de baixa renda. Na área de política habitacional, segundo Fagnani (2011, p. 14),

[...] na prática a política de habitação popular continuou a ter alcance reduzido, dados os poucos recursos do OGU repassados para o FNHIS. Refletindo a antinomia entre a política econômica e o desenvolvimento social, o patamar de transferências anuais situou-se próximo a R\$ 1 bilhão, absolutamente insuficiente para enfrentar os problemas estruturais acumulados nessa área.

Da mesma maneira, os recursos do FGTS significaram uma parcela reduzida de recursos aplicados. A estratégia adotada pelo governo Lula para o enfrentamento dos efeitos sociais da crise foi eleger o social como um dos eixos estruturadores do desenvolvimento econômico. O crescimento econômico da época “[...] teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, dando vigor ao mercado interno e criando um ciclo virtuoso entre produção e consumo. Para isso contribuiu o fortalecimento do sistema de crédito, que praticamente dobrou entre 2003 e 2010 (de 24% para 46% do PIB)” (FAGNANI, 2011, p. 16). Entre os anos de 2003 a 2010, a taxa de desemprego caiu pela metade, isto é, de 12,4% para 5,7%. O rendimento médio real mensal dos trabalhadores subiu 18% e mais de 15 milhões de empregos formais foram criados. Ressaltando que em 2010 foram criados 2,5 milhões de vagas. A renda domiciliar per capita cresceu 23,5% em termos reais e o PIB *per capita* passou de 2.870 para 8.217 (MERCADANTE *apud* FAGNANI, 2011, p. 17),

De 2003 a 2010, foram tomadas as medidas de valorização real do salário mínimo, o que provocou impactos positivos sobre a renda dos beneficiários da Seguridade Social. Em 2010, esta concedia cerca de 33,4 milhões de benefícios diretos, distribuídos da seguinte maneira: INSS urbano (15,7 milhões); INSS Rural (8,1 milhões); Assistência Social (3,6 milhões) e Seguro-desemprego (6,1 milhões).

Os indicadores fornecidos pelo IBGE (2013) demonstram o caráter distributivo desses programas, se forem contabilizados os seus beneficiários indiretos, pois para cada beneficiário direto há 2,2 beneficiários indiretos. Dessa maneira, a Seguridade Social beneficiou, direta e indiretamente, cerca de 106 milhões de pessoas, sendo que 2/3 desses benefícios equivaliam ao piso do salário mínimo. Já o Programa Bolsa Família atendia, nessa época, mais de 40 milhões de pessoas.

O governo **Dilma deu continuidade à política econômica e social dos governos de Lula**. Estudo do IPEA (2015) analisa as principais áreas da política social nesse período e indica que na área da Previdência Social houve alterações nas regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, foram alterados dispositivos que regem os benefícios de pensão por morte no RGPS e no regime de previdência dos servidores federais e do auxílio-doença.

Na área da Assistência Social, indica que a questão da erradicação da miséria ganhou centralidade nesse período a partir das medidas adotadas na esfera da garantia de renda, com o intuito de fortalecer o combate à pobreza extrema apresentou alterações no Programa Bolsa Família e criou, em 2012, o Benefício de Superação da Pobreza<sup>117</sup> para todas as famílias que, beneficiárias do PBF, ainda se mantinham abaixo da linha da miséria em 2013. No entanto, cabe destacar que, segundo IPEA (2015, p. 10), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2013) mostraram “[...] que a proporção de pessoas em situação de miséria no país teve ligeira alta, resultado que sugere a presença de um novo desafio político para enfrentar a grave situação de indigência que ainda aflige milhões de brasileiros”.

Quanto à política de saúde, houve uma redução da mortalidade na infância abrangendo crianças de até cinco anos de idade, de 54 óbitos por mil nascidos vivos em 1990, para menos de dezoito óbitos por mil nascidos vivos em 2011. Com isso, o país superou as metas assinaladas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Organização (ODM) para 2015. No entanto, o estudo alerta que ainda subsistem enormes disparidades entre regiões e grupos populacionais, como revelam as altas

---

<sup>117</sup> O benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância é um novo benefício que compõe o Programa Bolsa Família (assim como o Benefício Básico, Variável e BVJ) e tem como objetivo erradicar a extrema pobreza entre as famílias que possuem crianças entre 0 e 6 anos. As famílias beneficiárias do PBF com crianças de até seis anos que continuem em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF farão jus ao novo benefício, que elevará sua renda mensal per capita para acima de R\$ 70,00 (BRASIL, 2014).

taxas de mortalidade infantil registradas entre os povos indígenas, mais de duas vezes superiores à média nacional. O SUS buscou ampliar a estratégia Saúde da Família, que foi mantida como principal forma de organização dos serviços de atenção básica. A atenção a média complexidade permanece como desafio, a necessidade de ampliar o acesso por meio do aumento da oferta de equipamentos públicos e de garantir condições de sustentação econômica dos hospitais filantrópicos, que respondem pela maior parte da oferta de leitos não estatais ao SUS. E ressalta-se que “[...] a intrincada e desigual relação entre oferta pública e oferta privada de serviços de saúde, uma relação na qual a segunda se alimenta parcialmente dos recursos destinados à primeira” (IPEA, 2015, p. 12). A proporção de recursos federais aplicada em investimento em ações e serviços públicos de saúde continua limitada.

No campo da educação, a instituição da meta de 10% do PIB para investimentos públicos em educação desponta como principal conquista. Destaca-se também, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2023). Entre os resultados positivos, o IPEA (2015) destaca a universalização do ensino fundamental e a melhora no desempenho e no rendimento escolar nos anos iniciais deste nível de ensino, ainda que haja desigualdades significativas entre unidades federadas; bem como o reordenamento e a expansão da oferta da educação profissional e tecnológica; e a continuidade do crescimento das matrículas no ensino superior, inclusive com o aumento da participação dos jovens de baixa renda neste nível de ensino. No entanto, permanecem desafios para a área educacional a solução de problemas de cobertura, inclusão e permanência dos alunos, o enfrentamento dos desafios setoriais, ou seja, a questão federativa e o regime de colaboração entre os entes federados e a precarização do ensino público.

Quanto à política de trabalho e renda, no governo Dilma, ressalta-se os anos de 2013 e 2014, quando os indicadores mostram níveis historicamente baixos de desemprego, 5,4% em 2013, e 4,9% em 2014 e de informalidade 30,8%, em 2013, e 30,4% em 2014. Nesse mesmo período, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE, mostra a queda da taxa de participação da população em idade ativa no mercado de trabalho, de 55,9%, em 2014, contra 57,1%, em 2013, e 57,3%, em 2012 (IPEA, 2015), indicando que “[...] a desaceleração econômica afetou a dinâmica de emprego e que, em parte, o baixo patamar da taxa de desemprego pode ser explicado pela redução da força de trabalho” (IPEA, 2015, p. 14).

Cabe aqui ressaltar, que segundo estudo do IPEA (2015), o investimento do governo Dilma no desenvolvimento rural do país, a despeito do aparente viés distributivo, favoreceu, sobretudo, o mercado de terras. O programa nacional de reforma agrária, de 2011 a 2014, registrou o menor avanço em número de famílias assentadas das últimas duas décadas. E o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF tem registrado uma crescente concentração dos recursos nos estratos mais bem posicionados economicamente no universo dos agricultores familiares, com a conseqüente exclusão de acesso dos mais pobres aos créditos disponíveis. As políticas públicas sob a égide neoliberal

[...]orientarem-se certamente pela retratação do Estado, abrindo espaços para a extensão das relações mercantis, se chocam diretamente com os interesses públicos e com os direitos universais da grande maioria dos cidadãos. Ao combinar-se políticas sociais focalizadas, emergenciais, setoriais, que em nada diferem das políticas assistenciais, elas atentam diretamente contra os direitos, especialmente daqueles que dependem da esfera pública, da afirmação de direitos universais para terem acesso aos bens fundamentais (SADER, 2004, p. 9).

Diante da trajetória das políticas sociais no Brasil após a Constituição Federal de 1988, é possível indicar que nos períodos em que foi dada maior atenção e destinado maiores recursos para o desenvolvimento destas políticas houve uma alteração positiva nos indicadores sociais. Nessa direção, José Paulo Netto, declarou que não podemos deixar de reconhecer algumas mudanças no Brasil a partir de 2013, dentre elas a mobilidade social que atingiu as populações mais pauperizadas. No entanto, “os ganhos ainda foram muito pequenos”, conclui o autor.

### ***3.4.1 Principais Indicadores Sociais de Guarapuava na atualidade***

De 1991 a 2000, a população de Guarapuava cresceu a uma taxa média anual de 1,50%, enquanto que a do Brasil foi de 1,63%. Já entre os anos de 2000 e 2010 a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,76%, inferior à brasileira que foi de 1,17%. Nessa última década, a taxa de urbanização do município passou de 91,32% para 91,43%. Segundo o Censo do IBGE, em 2010, a população do município era de 167.328 habitantes, 83,70% residentes na área urbana e 16,30% na área rural.

Com base nos dados do PNUD (2014) e do IPEA (2015), entre 2000 e 2010, a razão de dependência<sup>118</sup> no município passou de 56,62% para 46,32% e a taxa de envelhecimento de 4,54% para 6,23%. Em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola<sup>119</sup> era de 82,19%, a de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 89,84%, a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 59,86%, e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 44,49%, indicando uma melhora geral nas condições de acesso à educação em relação à década anterior cujos índices, eram respectivamente 60,93%, 47,79% 44,50% e 32,75%.

De 2000 a 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,33% em 2000 para 67,92% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 13,58% em 2000 para 5,98% em 2010.

Informações do IPARDES (2013) apresentam que a renda *per capita* média de Guarapuava cresceu a uma taxa média anual de 3,44% entre 2000 e 2010. E a taxa média anual de crescimento foi de 4,45% de 1991 a 2000, e 2,54%, de 2000 a 2010.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, passou de 36,56% em 1991, para 23,42% em 2000, e para 8,92%, em 2010. Segundo o PNUD (2010), a evolução da desigualdade de renda em Guarapuava nas duas últimas décadas pode ser descrita através do Índice de Gini<sup>120</sup> (PNUD, 2000) que passou de 0,61 em 1991 para 0,63 em 2000, e para 0,55 em 2010, mostrando uma tendência de redução da concentração de renda no município nesse período.

Segundo dados do IPARDES (2013)<sup>121</sup>, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Guarapuava era 0,731 em 2010, o que de acordo com a classificação do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, encontra-se dentre os

---

<sup>118</sup>Percentual da população com menos de 15 anos e da população com 65 anos ou mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

<sup>119</sup> Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

<sup>120</sup>É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD, 2000).

<sup>121</sup> Caderno Estatístico de Guarapuava (IPARDES, 2013).

municípios da faixa 0,700 a 0,799, ou seja, com alto desenvolvimento humano. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a longevidade<sup>122</sup>, com índice de 0,853, seguida de renda, com índice de 0,730, e de educação com índice de 0,628. Ainda de acordo com o IPARDES, dos 399 municípios do Paraná, Guarapuava ocupa a 84<sup>o</sup> posição no *ranking*. Já entre os 5.565 municípios brasileiros, o município ocupa a 993<sup>a</sup> posição.

Destaca-se que, segundo estudos de Favaro (2014), mesmo que nos últimos anos tenha havido um maior índice de empregabilidade no setor de comércio e serviços, historicamente o baixo dinamismo da economia local faz com que as condições de vida de grande parte da população continuem precárias. Nos últimos anos, apesar do aumento da média salarial local e da diminuição do índice de pobreza no município, o município ainda mantém uma das médias salariais mais baixa do Paraná.

Em Guarapuava, segundo IPARDES (2007), existiam 44.676 famílias, destas 11.104 foram consideradas pobres, totalizando 24,9%, sendo que 85,3% delas viviam na área urbana e 14,7% na área rural. Cabe destacar que, segundo estudo de Favaro (2014), as políticas públicas destinadas a esse segmento sempre asseguraram a posse da terra, o poder econômico e político do grande produtor rural.

Isso pode ser observado no quadro a seguir que mostra, segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná - SEAB<sup>123</sup>(2005) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA<sup>124</sup>(2005), que o município de Guarapuava possuía, no ano de 2005, 3110 propriedades rurais. Destas, 82,41% são pequenas propriedades representando 16,68% da área total, 13,95% são médias propriedades, que representam 31,85% da área total, e 3,64% são grandes propriedades representando 51,47% da área total.

---

<sup>122</sup> É avaliado considerando a expectativa de vida ao nascer. Reflete as condições de saúde e de salubridade no local.

<sup>123</sup>Dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná – SEAB, Departamento de Economia Rural – DERAL, Núcleo Regional de Guarapuava. Estes dados não estavam sistematizados, havia apenas a lista com o tamanho das propriedades rurais dos municípios que compõem a região. A partir desta lista, buscamos junto ao INCRA Regional o critério que divide as propriedades rurais por tamanho (pequena, média e grande). Assim, sistematizamos os dados e construímos o quadro.

<sup>124</sup>Segundo o INCRA, o tamanho das propriedades divide-se conforme o número de módulos rurais que as compõem. No município de Guarapuava, um módulo rural equivale a 18 hectares – ha. Portanto, ficam assim classificadas as propriedades: pequena (de 1 a 4 módulos), média (de 4,1 a 15 módulos) e grande (acima de 15,1 módulos).

**Quadro 2: Propriedades rurais no município de Guarapuava: número, tamanho e área**

Propriedade rural	Pequena: até 72 há		Média: de 73 a 1000 há		Grande: acima de 1001 ha		Total	
	n. de propriedades/%							
n. de propriedades/%	2.263	82,41 %	434	13,95%	113	3,64%	3110	100%
Somatório das áreas em ha/% da área total	53.855 ha	16,68 %	102.900 ha	31,85%	166.250 ha	51,47%	323.005 ha	100%

Fonte: SEAB/DERAL; INCRA Regional, 2005.

Org.: Solange Fiuza

Também pode ser utilizado como dado para mensurar a proporção de famílias pobres em Guarapuava, a inserção das famílias no PBF<sup>125</sup> presentes no Cadastro Único para Programas Sociais CADÚNICO<sup>126</sup> do município. Segundo dados do Relatório de Informações Sociais, em Guarapuava o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015 era de 20.796, dentre as quais 4.486 com renda *per capita* familiar de até R\$77,00; 5.289 com renda *per capita* familiar de R\$77,01 a R\$ 154,00; 7.687 com renda *per capita* familiar de R\$ 154,01 a meio salário mínimo; 3.334 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo. O PBF beneficiou, no mês de março de 2016, 8.486 famílias, representando uma cobertura de 89,4 % da estimativa de famílias pobres no município (BRASIL, 2016).

Embora Guarapuava esteja em uma posição confortável entre os municípios paranaenses e brasileiros nos índices de desenvolvimento humano e ainda apresente uma tendência a leve redução da concentração de renda, compatível com o que ocorreu em todo o país nas últimas décadas, não se pode desconsiderar os dados de propriedade, que oferecem a dimensão do quanto os meios de produção estão concentrados na região nas mãos de uma pequena parte de proprietários rurais. No município, o papel das políticas sociais é menos de alterar substancialmente a realidade e mais o de buscar reduzir efeitos perversos da pobreza.

<sup>125</sup>Segundo MDS, trata-se de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades e que beneficia famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00, além daquelas com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$140,00. Assim, é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único.

<sup>126</sup>Instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza existentes no país. O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

#### 4 AS FAMÍLIAS, O PODER E AS POLÍTICAS SOCIAIS EM GUARAPUAVA

As alterações legais realizadas na área das políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988 buscaram imprimir processos gradativos de avanços no campo dos direitos sociais, instituindo medidas necessárias à superação de práticas historicamente relacionadas ao clientelismo e formas de dominação política de tipo tradicional.

Sobre o processo de construção, afirmação e consolidação dos direitos no Brasil, Dallari (2004) afirma que não se pode negar que a Constituição Federal de 1988 representou uma alteração na dinâmica da sociedade, pois com ela os direitos sociais passaram a ser de responsabilidade pública, e, com isso, as políticas sociais tornaram-se legitimadas como instrumentos para a efetivação desses direitos.

Com a Constituição Federal de 1988, foi estabelecido um sistema de proteção social para que se avançasse rumo a um modelo universalista que rompesse com as ações segmentadas e seletivas próprias das políticas sociais até então. A proposta constitucional colocou a política social no rumo da descentralização e da democratização como forma de ruptura com modelos autoritários e assistencialistas, historicamente presentes nessa área no país.

No entanto, tais mudanças no texto constitucional ocorreram em um contexto adverso, em que políticas neoliberais predominavam em todo o mundo. Com isso, o novo modelo de proteção social no Brasil nasceu fragilizado e muito do que foi previsto não se concretizou até os dias de hoje.

As políticas sociais, como mecanismos do Estado relacionados à reprodução da vida social, constituem-se em instrumentos privilegiados de reprodução do próprio poder. No caso, o poder de tipo tradicional consolida-se por meio de estratégias historicamente construídas no Brasil para, inclusive através das políticas sociais, reproduzir-se. Como afirma Oliveira (2007, p.151), “[...] nepotismo, clientelismo e diferentes artifícios são utilizados para as finalidades das redes políticas, que operam muitas vezes nos limites da legalidade e, por vezes, na ilegalidade”. Lembrando que os fenômenos do clientelismo e nepotismo são próprios do poder do tipo tradicional.

O que se busca aqui é identificar a forma como ocorre a reprodução do poder tradicional através da ação dos “donos do poder” na área das políticas sociais no município de Guarapuava, campo empírico desta pesquisa. Assim, tratou-se de localizar, na trajetória política das famílias que atualmente ocupam lugar de destaque

na política local, a inserção de integrantes da elite política na condução das políticas sociais em Guarapuava a partir de 1988, ano em que entram em vigor novos paradigmas na área da proteção social no país.

Nesse sentido vale situar o contexto político local a partir desse ano. O grupo liderado por **Nivaldo Passos Kruger**<sup>127</sup> vinha sofrendo desgastes pelos longos anos no poder, o que, em certa medida, era também influenciado pela dinâmica nacional de mudanças. A aliança entre os grupos historicamente rivais, de Nivaldo Kruger e da família **Mattos Leão**, tinha o objetivo de enfrentar o grupo de **Fernando Ribas Carli**, que despontava como uma alternativa, como uma mudança, nas eleições de 1988.

Eleito prefeito na disputa com **Aragão de Mattos Leão Filho** com uma grande diferença para os padrões locais, Fernando Ribas Carli tinha como seu vice, **Cezar Augusto Carollo Silvestri**, também de família tradicional na política local.

Sobre essa derrota, Nivaldo Kruger afirmou a Silva (2005): “Surgiu um moço na política local e disse que ‘Renovar é preciso’ e que os velhos estavam ultrapassados. E aí o povo se encantou como se encantou com o Collor, bonito e cheiroso”. E mais, *“Carli fez toda a campanha dele falando em renovação. Ele era novo e aí houve um equívoco, eu era o velho. Mas, na verdade os meus atos eram muito mais avançados*<sup>128</sup>.

O resultado das eleições de 1988 repercutiu significativamente na cidade como sendo o começo de um novo tempo. Sobre o episódio, Fernando Ribas Carli procurou reforçar o caráter renovador de sua candidatura:

*“Em 88 o pessoal estava acomodado, tinha gente que dizia: Fernando você está louco. Na época tinha um filme que se chamava o homem que virou suco, aí diziam você vai virar suco, enfrentando todas as forças de Guarapuava, do governo do estado e da presidência da República, porque o Sarney era o presidente e o Sarney era compadre do meu adversário, do João Mattos Leão. Vão te esmagar, Fernando. Pois é, tudo bem eu dizia. Saí contra tudo e contra todos. Então eu disse: saio candidato, tenho que sair candidato”*(FRC)<sup>129</sup>.

Observa-se que, para Fernando Ribas Carli, o poder de longa duração decorre da ausência de cidadãos dispostos a participar do processo eletivo, justificando assim

<sup>127</sup> Nivaldo Kruger foi introduzido na política por seu sogro, Amarílio Rezende de Oliveira que, oriundo de camadas da classe média, tornou-se figura influente e defendeu ideais integralistas na década de 1930. Kruger foi prefeito de Guarapuava nos seguintes mandatos: 1964 a 1969, 1969 a 1973, 1973 a 1977 e 1983 a 1988. No período de 1977 a 1983, o prefeito foi Candido Pacheco Bastos, primo de sua esposa.

<sup>128</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

<sup>129</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

a permanência das mesmas pessoas ou grupos na política local. E nessa direção, o ex-prefeito qualifica como despreziosa a inserção na política.

*“Foi algo assim interessante porque eu não tinha militância política, embora na época estudantil nós tivemos alguma participação, mas na verdade é que o que acabou desencadeando a minha entrada para a política foi o Guaíra Country Clube. Lá, em 1982, foi reunido um grupo de pessoas para concorrer às eleições do Guaíra, e eu estava incluído nesse grupo e ganhamos a eleição [...]E aí, no Guaíra, nós fizemos um trabalho que as pessoas começaram a dizer ‘vamos fazer política, não estamos satisfeitos com a situação atual, vamos ter uma participação política’. Aí de novo me disseram: ‘tem que ser você o candidato, Fernando’”(FRC)<sup>130</sup>.*

Salienta-se que o Clube Guaíra teve significativa importância na construção dos hábitos e costumes locais, servindo de espaço para as reuniões da tradicional elite guarapuavana. Ou seja, lá foram determinados os rumos sociais, culturais e políticos da cidade.

Discorrendo sobre o cenário político da época, Silva (2005, p. 166) ressalta que, um ano após as eleições, teve início um processo de divisões no interior do grupo vencedor. A primeira ocorreu com a saída de **Vitor Hugo Burko**<sup>131</sup>. Logo após, nas eleições de 1992, houve o rompimento com Cezar Augusto Carollo Silvestri, que se aliou ao grupo de Nivaldo Kruger, seu antigo arquirrival político.

Ao ser indagado sobre os motivos que levaram ao rompimento com Cezar Silvestri, Fernando Ribas Carli relata:

*“Quando ele quis ser candidato a prefeito e nós havíamos combinado que quem fosse candidato a deputado não seria candidato a prefeito, porque tinham outras pessoas que queriam ter a participação, que era o caso do **Cesar Franco** e de outros secretários. Na minha sucessão tiveram quatro secretários que se descompatibilizaram. Eu disse, vão fazer campanha para vocês, deixem a prefeitura e façam campanha. Nós vamos fazer uma pesquisa e ver quem está melhor, e aí, foi o Cesar Franco. Aí o Cezar Silvestri não saiu candidato e não nos apoiou. Primeiro ele apoiou o **Milazzo**, que não decolou, daí ele foi apoiar o Vitor Hugo. Basta dizer que na primeira administração do Vitor Hugo, o Cezar Silvestri teve participação. O irmão dele foi secretário. Depois ele rompeu com o Vitor Hugo também. Mas em 92 ele queria ser o candidato. Como foi o Cesar Franco, ele não aceitou. O nosso rompimento foi só por isso”(FRC)<sup>132</sup>.*

Quanto a isso, Cezar Silvestri relata em seu depoimento publicado por Silva (2005, p.170)

<sup>130</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

<sup>131</sup> Vereador líder do governo de Fernando Ribas Carli na Câmara Legislativa.

<sup>132</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

Eu havia combinado com Fernando Carli que quando vencesse meu mandato eu colocaria a disposição dele [...] mas, conversa vai conversa vem, Fernando Carli e sua esposa **Ana Rita** acabaram fazendo a minha cabeça e concordei em lançar minha candidatura novamente. Passados quinze dias, em Brasília, fiquei sabendo, através de meu filho, que Fernando Carli havia lançado a candidatura de seu primo, **Mário Boese**, para deputado estadual. Então resolvi chamar o Fernando[...] e lhe perguntei o que havia acontecido, se estava acertado que eu seria o candidato para o referido cargo. Ele me respondeu que precisa ajudar o primo, que estava numa pior, pois sua firma havia quebrado e por aí afora.

Em 1992, Cesar Franco ganhou as eleições para prefeito de Guarapuava. Sua vitória se configurou como a consolidação do projeto de renovação lançado pelo grupo liderado por Carli. Prova disso, que em entrevista concedida ao jornal Esquema do Oeste, publicada em 27 de junho de 1992, Cesar Franco afirma dar continuidade à renovação do programa iniciado por Fernando Carli era um fator lógico, uma vez que foi aprovado pela população. E nas palavras dele “[...] isso não traduz que eu não tenha ideias próprias a implementar no município. E eu, com minha juventude, minha integridade, minha força e energia, sou a continuação da renovação” (ESQUEMA DO OESTE, 1992, p. 5). Porém, na análise de Silva (2005, p. 171), “Fica claro, na trama desenhada, que Cesar Franco chegou ao governo, mas não ao poder. Esse sem dúvida continuou nas mãos de Fernando Ribas Carli e seu grupo [...]”.

Já sobre seu rompimento com Burko, Fernando Carli relata a Silva (2005, p. 174) que aconteceu “[...] já no primeiro ano de mandato, porque ele começou a brigar com **Celso Silvestri**, que atendia, claro, os interesses do irmão”. E continua, “[...] ele apresentou um projeto na Câmara totalmente comprometedor para a administração e eu soube através da rádio (Difusora). Então afirmei que se fosse verdade ele estaria exonerado. A partir daí, ele saiu e tornou-se nosso adversário”.

Na sucessão de Cesar Franco, em 1996, e também nas eleições de 2000, o grupo de Fernando Ribas Carli perdeu as eleições para Vitor Hugo Burko. Já em 2004, os dois grupos dissidentes do grupo de Carli, liderados por Burko e Silvestri, se unem com o grupo dos Mattos Leão e lançam a candidatura de Cesar Silvestri a prefeito que, no entanto, perdeu para Carli por uma diferença de 10 mil votos.

Já nas eleições de 2008, Fernando Ribas Carli venceu o candidato **Leonardo Mattos Leão**, filho de Artagão de Mattos Leão, e o candidato **Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho** que, nas eleições de 2012, derrotou o candidato a prefeito **Fábio Martins Ribas**, primo de Fernando Carli.

Assim, é possível afirmar que, no contexto atual, três famílias ocupam lugar de destaque no poder público local, são elas a família “Rauen Silvestri”, a família “Ribas Carli” e a família “Mattos Leão”. Cada uma destas famílias atravessa as instituições políticas, e suas trajetórias foram objeto desta pesquisa na perspectiva de buscar identificar a sua inserção na organização, condução e controle das políticas sociais locais a partir da Constituição Federal de 1988.

#### 4.1 REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA

As relações entre classe dominante e Estado são estabelecidas estruturalmente, no entanto, segundo Oliveira (2001), elas só são apreendidas e demonstradas através de pesquisas fortemente sustentadas em empiria. Por meio de estudos bem fundamentados e documentados, as ações políticas são reveladas em sua riqueza e singularidade.

As práticas das redes políticas oferecem materialidade aos fenômenos do clientelismo, coronelismo, nepotismo, entre outros próprios do poder de longa duração. Dessa maneira, reafirma-se que pesquisar quem são os ricos e poderosos é uma tarefa central para compreensão destes fenômenos.

O poder político no Brasil fundamenta-se em torno do fluxo de informações, capitais e privilégios essenciais para a reprodução ampliada da classe dominante. Nessa perspectiva, Doria (1995) alerta que a manutenção da classe dominante pode se dar, dentre outras formas, pela via de alianças familiares-casamentos com membros da elite. E mais, que a classe dominante é uma extensa rede social e política de famílias viabilizadas por longas genealogias no poder.

Desta maneira, a análise das famílias e de suas genealogias constitui-se em uma das principais chaves de leitura e compreensão dos fenômenos em pauta. É importante destacar que genealogia é a “[...] ciência da história das famílias e fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos, revelando estruturas de parentescos e as relações de parentesco entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2012, p.77).

Entendendo que a ação política é o meio que grande parte da classe dominante utiliza para manutenção de seus interesses, Oliveira (2012) destaca que a concentração de riqueza e de poder no Brasil é uma questão política e histórica, e que

a riqueza e o poder existem em função da conciliação de interesses dominantes em termos de um processo político de longa duração. Neste sentido, o autor ressalta que pesquisar os ricos e poderosos é uma tarefa extremamente difícil para a sociologia crítica, pois o objeto nunca se revela de forma transparente e integral. E acrescenta, o estudo dos ricos e poderosos é inseparável da análise das relações privilegiadas desenvolvidas por esses grupos inseridos nas instituições e no aparelho do Estado (OLIVEIRA, 2012).

As redes que sustentam o poder político, mantendo e aprofundando as desigualdades sociais em nosso país, passam pelas relações familiares no interior das classes dominantes, detentoras dos capitais sociais que os transformam em mais capitais e assim sucessivamente. Suas famílias vão loteando as instituições públicas com parentes e apadrinhados, utilizando do aparelho do Estado para manter e reproduzir o poder de dominação. Conforme bem explica Oliveira (2012, p. 13),

Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização.

É importante aqui ressaltar que são muitos os estudos que tratam das relações de poder e utilizam conceitos como elite, classe dominante ou classe politicamente dominante, entre outros. Estes estudos têm apresentado diversas interpretações e diferentes caminhos metodológicos, sendo que duas grandes linhas distintas têm se firmado como referências. Trata-se, a primeira, da Teoria das Elites e a segunda, que é de viés marxista, trabalha com o conceito de classe politicamente dominante.

O conceito de elite parte da definição clássica de que em todas as sociedades existe um grupo minoritário que detém o poder político em contraposição a uma maioria, que dele está privada. Nessa perspectiva, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels desenvolveram a Teoria das Elites.

Mosca defendia a tese de que em todas as sociedades existe duas classes distintas: os governantes e a “massa”. Os governantes, que são minoria organizada, além de dominarem a massa e utilizarem dos recursos do poder em benefício próprio,

também exercem as funções políticas para controlar e influenciar as decisões. Por sua vez, a “massa”, constituída da maioria desorganizada dos indivíduos, não dispõe da posse dos meios de governo (GIMENES, 2014). Desse modo, o predomínio da minoria sobre a maioria se justifica na medida em que os governantes são um grupo menor e atuam de forma homogênea. A “massa”, por ser a maioria, amplifica suas divergências.

Assim, para Mosca, de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993), a classe política encontra sua força na própria organização, esta é tanto um conjunto de relações de interesses que os leva a se coligarem entre si, como a constituírem um grupo homogêneo e solidário contra a maioria dos indivíduos desarticulados e divididos. Como, por exemplo, no uso do aparelho estatal, do qual se serve a classe política como instrumento para a realização dos seus próprios interesses.

Em se tratando da formação da classe política, Mosca discorreu sobre dois tipos: a de tendência democrática, que defende a renovação dos membros da classe política ou a complementação de seus membros por indivíduos oriundos de classes dirigidas e, a de tendência aristocrática, que prega a cristalização e estabilização do poder social e político a partir da transferência de poder pelos membros da classe dirigente apenas a seus descendentes.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993), na perspectiva de Pareto, os homens são desiguais em qualquer sociedade, em todos os campos de sua atividade, e se dispõem em diversos níveis que vão do mais inferior ao superior. Os que fazem parte do nível superior, ele denominou de elites. Estes ocupam os graus superiores da riqueza e do poder e constituem a elite política, ou a aristocracia. Nessa perspectiva, alguns indivíduos também podem alcançar a classe governante por hereditariedade, riqueza ou conexões sociais. No entanto, para Pareto, a maioria dos indivíduos não possui os atributos necessários para o domínio político e, assim, pode iniciar na elite política um processo de degeneração. A superação desse impasse ocorre através de um rearranjo político, em que são agregados aos estratos superiores os indivíduos inferiores. Isso, na análise de Perissinotto (2009, p.70), não deixa de ser um conhecimento abstrato tendo em vista que a circulação das elites expressaria apenas um rearranjo distributivo dos resíduos necessários ao exercício do poder político.

Giemenes (2014) detalha outro elemento central da análise de Pareto que trata do equilíbrio da sociedade, que depende não apenas da comunicação entre os

estratos, mas também da passagem de um grupo a outro, da circulação das elites. Isto porque, para o autor, no âmbito da política os resíduos são desigualmente distribuídos entre as classes superiores e inferiores e tal discrepância é a base da desigualdade social.

Por seu turno, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993, p. 386), a síntese do pensamento de Michels foi concluir que “[...] a organização é a mãe do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes. Quem diz organização diz oligarquia”, diferentemente da proposta de Mosca, uma vez que para este, a organização é um instrumento para formação da minoria dominante.

Sobre os principais pensadores que formularam a Teoria das Elites é possível concluir que, enquanto Mosca estudou as minorias e afirmou que a condição minoritária possibilitaria a organização de um grupo e o domínio da maioria, Pareto teve maior preocupação em fundamentar o entendimento sobre como o equilíbrio de uma sociedade se manteria ao longo do tempo de forma a promover sua reprodução, chamando sempre atenção para a produção e reprodução da desigualdade entre os homens. Já Michels buscou desenvolver a ideia de que a organização de um grupo seria responsável pelo surgimento de uma oligarquia que se apossaria do poder dentro dessa organização. Contudo, cabe destacar que os três autores foram unânimes em sua visão negativa sobre as “massas” ou “maioria”, sob a argumentação de que o processo democrático é inviabilizado, sobretudo, pela incapacidade das “massas” de se organizarem.

A teoria elitista foi também incorporada e disseminada por autores norte-americanos como James Burnham e Wright Mills. Este último, autor da clássica obra “A elite no poder”, afirma só existir três grupos de poder comandando os Estados Unidos, ligados aos setores da economia, do exército e da política (BOBBIO; MATTEUCCHI; PASQUALINO, 1993). Já para Burnham, as elites não são compostas por aqueles que detêm os meios de produção, são compostas por aqueles que o controlam, os chamados “*managers*”. Assim, para ele, o capitalismo está em constante processo de modificação, está em curso uma revolução de nível mundial pós Segunda Grande Guerra.

Apesar da vasta e significativa bibliografia que trata da teoria das elites, aparentemente, ela pressupõe que o grupo dominante é uma unidade de interesses da minoria dominante, consolidando-se em ações e projetos políticos com uma

característica unitária que não condiz com as várias dimensões e conflitos que se impõem no processo.

Quanto a isso, Oliveira (2001, p. 28) salienta que o conceito de “elite” tem contribuído na operacionalização de metodologias empíricas, no entanto, essa teoria não tem permitido a compreensão do sentido mais profundo de “[...] formação e de unidade nos princípios de coesão interna das elites, nem mesmo formula um conceito de burocracia e de Estado, além de não avaliar as hierarquias de poder e os elementos das políticas empreendidos pelas elites”.

Ainda para Oliveira (2001, p. 14), a classe dominante é a “[...] unidade de diferentes grupos (familiares ou não) que organizam os meios de produção, consomem rendas e heranças, comandam processo produtivo e são politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos”. Assim, para o autor, no Brasil, a classe dominante foi preponderantemente constituída por diversos grupos que transmitem a sua posição em complexos mecanismos de reprodução, por vezes, excessivamente longos no passado. E mais

[...] a classe dominante não constitui um bloco único, compacto e composto de interesses homogêneos e monolíticos. A sua unidade resulta da diversidade de frações nela reunidas que possuem autonomias específicas e interesses próprios dentro do conjunto da classe dominante (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Desse modo, a perspectiva de análise de Oliveira (2001) está fundamentada no conceito “frações de classe”, desenvolvido por Poulantzas a partir das ideias de Marx e Engels. Em sua obra “Poder Político e Classes Sociais”, Poulantzas (1977, p. 224) defende que

[...] a linha de demarcação política de dominação-subordinação não pode ser traçada, como o desejaria uma concepção instrumentalista e historicista do Estado, segundo a perspectiva de uma luta “dualista” das classes – dominantes/dominada [...]. Sabemos que uma formação social é constituída por uma superposição de vários modos de produção, implicando assim a coexistência, no campo da luta de classe, de várias classes e frações de classe, portanto, eventualmente, de várias classes e frações dominantes.

A classe dominante não é harmônica, nem homogênea, e nem isenta de contradições, mas precisa manter a sua unidade no Estado diante da classe dominada. Nessa perspectiva emerge o conceito de “bloco no poder”, o qual sustenta a unidade das diferentes frações de classe. Tal conceito trata da “[...] unidade

contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 229).

Nessa perspectiva, o Estado capitalista é ocupado pela classe hegemônica dominante, a qual atende e polariza os interesses das demais frações. Dessa maneira, a unidade própria do Estado, além de servir de instrumento de organização também é transformado no espaço de satisfação dos interesses da classe dominante. Cabe destacar que Poulantzas (1977) chama a atenção sobre a ação do “bloco no poder” com as classes dominadas ao alertar que a sua hegemonia e a hegemonia sobre as classes dominadas estão concentradas na mesma classe ou fração dela. E mais, para o autor, a classe politicamente dominante é composta pela classe economicamente dominante e, o Estado é o âmbito de representação dos interesses políticos das classes economicamente dominantes.

Para o autor, embora dentre as frações dominantes haja interesses contraditórios, todas elas ocupam, em relação às classes dominadas, uma posição de exploração dentro do modo de produção capitalista, e este fato diferencia substancialmente a hegemonia que exercem sobre as classes dominantes e sobre as dominadas. Assim, mesmo a fração que ocupa o poder de Estado está lá para defender o seu interesse, mas também o interesse das demais frações dominantes. Isso se justifica nas democracias modernas, onde as frações dominantes não podem perder de vista a ideologia vigente de que o grupo que ocupa o poder do Estado seria o representante legítimo do interesse geral do povo. Desse modo, como estratégia do jogo político, a fração hegemônica do bloco no poder atende aos interesses, sobretudo os econômicos, de algumas frações dominadas, gerando assim um conflito no interior da classe dominada com vistas à desorganizá-la como classe.

Com base no pensamento de Poulantzas, pode-se concluir que as possibilidades das classes dominadas ocuparem o Estado capitalista são mínimas, uma vez que ele já está ocupado e dominado pelo bloco no poder e, este bloco sempre age em torno dos interesses das classes dominantes.

Na vertente da Teoria das Elites, é possível afirmar que o grupo ou os grupos politicamente dominantes atingem tal *status* por capacidades e atributos subjetivos. Ao passo que, na segunda, de viés marxista, a classe dominante e suas frações são determinadas pelo lugar que ocupam no processo de produção capitalista. Assim, o

conceito de classe dominante aplicado a este estudo está ancorado na perspectiva que a concebe na institucionalidade específica do sistema capitalista.

Ao compreender que as ações políticas da classe dominante dão concretude aos fenômenos do clientelismo e do nepotismo, entre outros fenômenos próprios do poder de longa duração, compreende-se também que família e política são campos especializados de estudos, com relações de poder de dominação complexas que se materializam no interior do Estado democrático, mesmo em um contexto em que a modernização, o capitalismo e a urbanização se encontram consolidados.

Assim, para analisar as formas de expressão do poder político no município de Guarapuava a partir da implementação das políticas sociais locais, foi fundamental buscar as origens das famílias de Guarapuava, identificando como elas atravessaram as instituições políticas e como compreendem as políticas sociais e a própria desigualdade social.

## 4.2 FAMÍLIAS E POLÍTICAS SOCIAIS E GUARAPUAVA

### 4.2.1 *Família Mattos Leão*

A família Mattos Leão, cuja inserção em Guarapuava está ligada ao ciclo econômico da madeira que ocorreu na região a partir de meados da década de 1940, inicia sua trajetória na política local na década de 1950, com a gestão de prefeito de **José de Mattos Leão**, entre 1951 e 1954.

**João de Mattos Leão**, filho de José, foi o segundo da família a adentrar a política, estabelecendo relações com o partido da situação durante o governo militar, a ARENA. Foi vereador em Guarapuava, também deputado estadual e senador. Foi ainda diretor agrícola da sexta região do Banco do Brasil, Secretário do Interior e Justiça. **João de Mattos Leão**, falecido em 2008, era compadre do ex-presidente da República **José Sarney**, com quem tinha empreendimentos no Maranhão.

Seu sobrinho, **Artagão de Mattos Leão** é da seguinte geração de representantes da família na política. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR desde 1991 ocupou o cargo de presidente da instituição nos anos de 2013 e 2014. Antes de ser conselheiro do TCE-PR, Artagão pai, como é conhecido em Guarapuava, foi deputado estadual por três legislaturas e ocupou a

chefia da Secretaria de Estado do Interior e Justiça. Atuou também como corregedor-geral do Tribunal de Contas Eleitoral. O irmão de Artagão de Mattos Leão, **Aragão de Mattos Leão**, falecido em 1999, também foi deputado estadual.

Já **Leonardo Mattos Leão**, filho de Artagão pai, foi candidato a prefeito de Guarapuava nas eleições de 2008, e após derrota nesse processo eleitoral, saiu do cenário político enveredando pela área da educação privada. Juntamente com sua mãe, **Cleri Becher Mattos Leão** e seu irmão **Tiago Becher Mattos Leão**, são proprietários da Faculdade Guarapuava<sup>133</sup>, e dedica-se à sua administração.

A família também tem domínio sobre alguns meios de comunicação local. **Artagão de Mattos Leão**<sup>134</sup> e seu filho **Leonardo Mattos Leão**, são proprietários da Rádio Difusora AM e da TV a cabo Difusora (SILVA, 2005). Já **Tiago Becher de Mattos Leão** é sócio proprietário da Rádio Difusora FM<sup>135</sup>.

Atualmente é **Artagão de Mattos Leão Junior** o principal representante da família na política. Desde 2002, Artagão Junior é deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Recentemente saiu do PMDB, partido que faz oposição ao governo Beto Richa, filiando-se ao Partido Social Brasileiro – PSB, o que viabilizou a sua nomeação como Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná. Ele é graduado em Direito e exerceu a profissão atuando em escritório próprio, foi também administrador de empresas do ramo de automóveis durante cinco anos<sup>136</sup>.

Em seu perfil disponível na internet (ARTAGÃO JUNIOR, 2016), têm destaque as informações referentes à sua base política eleitoral que compreende aproximadamente 80 municípios, apresentando-se como deputado estadual eleito como representante do centro-oeste do Estado e do Vale do Ivaí e atribuindo a isso o fato de que sua votação vem aumentando significativamente a cada eleição (na primeira, ele obteve 45.791 votos; na segunda, 74.783 mil votos e, na última, 74.063

---

<sup>133</sup> Fonte: Junta Comercial do Paraná.

<sup>134</sup> Artagão pai é investigado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ sobre sua possível participação em suposto esquema de pagamento de propina para beneficiar construtora em licitação para construir prédio anexo ao Tribunal de Contas. O caso foi denunciado pelo Ministério Público. A denúncia do MP atinge o ex-coordenador-geral do TCE-PR Luiz Bernardo Dias Costa, preso em 2014 quando recebia R\$ 200 mil na sede da construtora Sial, a qual venceu a licitação estimada em R\$ 36 milhões. Além dele, foram denunciados outros dois servidores diretamente ligados ao então presidente do TCE-PR.(STJ INVESTIGA..., 2015).

<sup>135</sup> Fonte: Junta Comercial do Paraná.

<sup>136</sup> Informações obtidas através de entrevista concedida à Solange Fiuza em 23 de outubro de 2014.

votos). Defende que seu trabalho como parlamentar é de representação dos municípios de pequeno porte e de baixo IDH.

Em entrevista afirma que sua eleição é resultado do seu trabalho:

*“Se eu estou ampliando a minha votação a cada eleição que eu participo, isso me dá a impressão, a sensação, ou até mais do que isso, me dá a certeza de que eu estou no caminho certo. De que a população está satisfeita com o trabalho que eu tenho desenvolvido. O cargo político eletivo não é um cargo permanente, ele é um cargo temporário e o seu trabalho é avaliado a cada quatro anos”(AMLJ)<sup>137</sup>.*

Ainda sobre o mesmo tema, Artagão Junior busca desvincular o seu sucesso político exclusivamente de sua herança familiar.

***“Existem muitas discussões que se fazem em Guarapuava sobre histórias de famílias, histórias de participação em função de ter um sobrenome tradicional, eu não vejo isso. Eu vejo que está lá quem a população entende que deve estar. E só continua lá quem a população julga estar fazendo um bom trabalho. Nós já tivemos pessoas que exerceram cargos eletivos, tiveram a mesma oportunidade que eu estou tendo, mas não conseguiram se manter lá. Passaram um mandato ou dois e acabaram perdendo a eleição, ou se envolveram em coisas que não deveriam fazer. Então a discussão não tem que estar no sobrenome, não tem que estar numa herança familiar e sim no trabalho realizado”(AMLJ)<sup>138</sup>.*** (Destaque nosso)

Fica evidente sua intenção de estabelecer relação entre a representação política com a qualidade dos serviços prestados como parlamentar. E mais, define política como

*“[...] a arte do relacionamento, a arte da representação, é a função pela qual você pode desenvolver o exercício da plena cidadania, exigindo direitos, cumprindo obrigações. É um instrumento pelo qual você pode fazer o papel de representante, de representação de uma cidade ou de uma região. E, sobretudo, é uma ferramenta sobre a qual você tem condição através da sua voz, do seu trabalho, da sua atitude fazer as coisas mudarem, melhorarem, ou deixarem de acontecer, para o bem comum” (AMLJ)<sup>139</sup>.*

Já, ao tratar das políticas sociais, Artagão Junior as divide em duas modalidades, ou seja, as políticas sociais que atingem toda população e as políticas sociais assistencialistas, que na sua perspectiva, são específicas para a população pobre.

<sup>137</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 23 de outubro de 2014.

<sup>138</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 23 de outubro de 2014.

<sup>139</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 23 de outubro de 2014.

*“[...] são as políticas que assistem as pessoas, sejam elas carentes ou não. São as políticas públicas para o bem da sociedade. Elas podem ser direcionadas para uma comunidade como um todo ou podem ser direcionadas para públicos específicos, como as políticas assistencialistas, as políticas das cestas básicas, as políticas do vale gás, são políticas mais voltadas para as populações mais carentes. As políticas sociais são aquelas ações do poder público direcionadas ao bem comum”(AMLJ)<sup>140</sup>.*

Há décadas os membros da família Mattos Leão têm aderência nos poderes executivo e legislativo, tanto no âmbito estadual como local. Mais recentemente eles têm ocupado funções nas instituições públicas estaduais, como é o caso de Artagão de Mattos Leão no Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de seu filho, Artagão de Mattos Leão Junior na ALEP e na SEJU. No que diz respeito às políticas sociais, a família tem alguma inserção na área da educação privada, aparentemente, não tem atuado diretamente nessa área com funções ou cargos em instituições públicas ou filantrópicas locais, privilegiando ações no âmbito da comunicação através de meios populares, como as rádios.

#### **4.2.2. Família Rauen Silvestri**

A família Silvestre também surge em Guarapuava a partir do ciclo da madeira, em meados da década de 1940, porém sua inserção na política se articula com a da família Rauen que estabeleceu relações de parentesco com a tradicional família Virmond, de proprietários rurais originários das concessões de sesmarias.

O atual prefeito de Guarapuava, **Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho**, do Partido Popular Socialista – PPS, é filho de **Cezar Augusto Carollo Silvestri** e neto do ex-deputado federal, estadual e prefeito de Guarapuava, **Moacyr Júlio Silvestri**. Ao assumir a prefeitura de Guarapuava deixou a cadeira de deputado estadual. É formado em direito e afirma que sua escolha profissional já foi direcionada para o exercício da atividade política, e nela investiu conforme seu depoimento.

*“[...]de fato ajuda e ajudou muito, na Assembleia a minha boa formação na área jurídica. Fui para Brasília com 23 anos, morei 8 anos lá porque queria estar no meio da política. Fui fazer minha pós-graduação lá, mas poderia ter ido para qualquer outro lugar, mas quis Brasília para já ficar inserido nesse mundo. Trabalhei 8 anos lá, tive escritório de advocacia lá. Estava indo muito bem profissionalmente inclusive, mas chegou num ponto em que eu tive que*

---

<sup>140</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 23 de outubro de 2014

*tomar uma decisão na vida, continuar da advocacia, mesmo que muito envolvido com o Congresso. Fui advogado nacional do partido, trabalhei na Câmara, fui assessor do primeiro secretário da Câmara, fui assessor do presidente do meu partido, sempre bem entrosado, bem na advocacia, mas eu sentia que eu nunca ia ser uma pessoa plenamente realizada. Sentia sempre que faltava alguma coisa. Eu trabalhava na Câmara, eu queria estar lá falando na tribuna e não fazendo o discurso. Aí tomei a decisão de ir para o embate político eleitoral, disputar mandato. Isso aconteceu em 2008[...] foi quando eu me inseri mesmo quando fui candidato a prefeito de Guarapuava. Acabei perdendo a eleição por 2% dos votos e, logo em seguida, em 2010, eu me candidatei a deputado estadual e ganhei, fui muito bem votado, e aí, na sequência me candidatei a prefeito novamente e estou aqui”(CSF)<sup>141</sup>.*

A experiência na Assembleia Legislativa foi viabilizada pelo fato de seu pai ser deputado federal à época. **Cezar Augusto Carollo Silvestre**, o pai, é o atual chefe da Agência Reguladora do Paraná. É engenheiro civil e atuou no Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER. Foi chefe do Escritório Regional do referido órgão em Guarapuava. Ingressou na vida pública em 1988, quando foi vice-prefeito de Guarapuava na chapa encabeçada por Fernando Ribas Carli. Em 1990, foi eleito deputado estadual, e reeleito em 1994 e 1998. Em 2002, foi eleito deputado federal, reeleito em 2006 e em 2010. No ano de 2011 assumiu a Secretaria de Estado de Governo do Paraná e, logo após, assumiu como Secretário da Casa Civil do Paraná (AGEPAR, 2015). Ele é filho de do ex-deputado federal, estadual e ex-prefeito de Guarapuava, **Moacyr Júlio Silvestri**. Foi também presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG. Seu irmão, **Moacyr Julio Silvestri Filho**, foi Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos na gestão de Vitor Hugo Burko.

No dia 25 de maio de 2014, o jornal Rede Sul de Notícias publicou uma reportagem sobre a inauguração das instalações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, ocasião em que o então Secretário de Estado da Casa Civil, Cezar Silvestri, se despediu da vida pública eletiva dizendo:

Há alguns meses eu anunciei que deixaria a vida pública assim que dois grandes sonhos fossem realizados: a implantação do serviço de radioterapia no Hospital São Vicente de Paulo e a inauguração do campus da UTFPR em Guarapuava. Hoje, com muita alegria e com o sentimento de dever cumprido, vejo esses dois sonhos realizados e reafirmo que meu sentimento é de dever cumprido (THOMAS; ESTECHE, 2014).

---

<sup>141</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 11 de setembro de 2014.

Cabe destacar que Cezar Silvestri despediu-se da vida pública eletiva apenas, mas continua ocupando cargo público de chefe da Agência Reguladora do Paraná. Ele é casado com **Isabel Cristina Rauen Silvestri**, filha de **Eurípio Rauen**, ex-vereador de Guarapuava. Ela é bisneta de Frederico Virmond e Romaldo Baraúna, ambos ex-prefeitos de Guarapuava. Cristina Silvestri, como é conhecida, relata que seu pai

[...] tornou-se político por vocação, porque os amigos pediam e ele aceitava para dar sua contribuição à sociedade. Aprendi isso dando os primeiros passos dentro de casa, estando sempre junto da minha mãe, Isabel, que me ensinou valores como a amizade, o companheirismo, a lealdade e a firmeza de caráter (CRISTINA SILVESTRI, 2016).

Eurípio Rauen foi administrador e gerente da Sociedade de Socorro aos Necessitados, que mais tarde se tornou o SOS de Guarapuava e também foi provedor do Hospital São Vicente de Paulo, e desde então a família Rauen e Silvestri têm vinculação com o referido hospital.

Cesar Filho, atual prefeito de Guarapuava, aponta a vinculação da sua família com o hospital e reconhece a confusão entre público e privado que isso representa em sua entrevista.

*“[...] minha família a vida inteira foi ligada ao hospital São Vicente, se você for olhar lá nos quadinhos você vai ver<sup>142</sup>[...] **E isso se confunde com a política, porque depois se exerce mandato e você acaba usando a política para fortalecer o trabalho social.** Mas começou lá com o meu avô materno, pai da minha mãe. Depois meu tio que não é político. Para você ter uma ideia, foi na época do meu avô como provedor é que se criou a maternidade. E aí o filho dele, que tem o mesmo nome dele, também foi provedor, e aí a minha mãe sempre foi envolvida. Meu pai por conta disso também sempre teve uma aproximação”(CSF)<sup>143</sup>(Destaque nosso).*

Essa relação de proximidade da família Rauen Silvestri com o Hospital São Vicente é sistematicamente noticiada pela imprensa local, as notícias dizem respeito aos recursos que o hospital recebe do governo federal e estadual, através da intermediação de Cezar Augusto Carollo Silvestri e, mais recentemente, da deputada estadual Cristina Silvestri. Isso pode ser visualizado na Figura 3 exposta no corredor do referido hospital.

<sup>142</sup> Referindo-se aos quadros dos provedores expostos no corredor de entrada do hospital São Vicente de Paulo.

<sup>143</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 11 de setembro de 2014.

**Figura 3 – Notícia de Jornal demonstra vínculo de Silvestri a hospital**

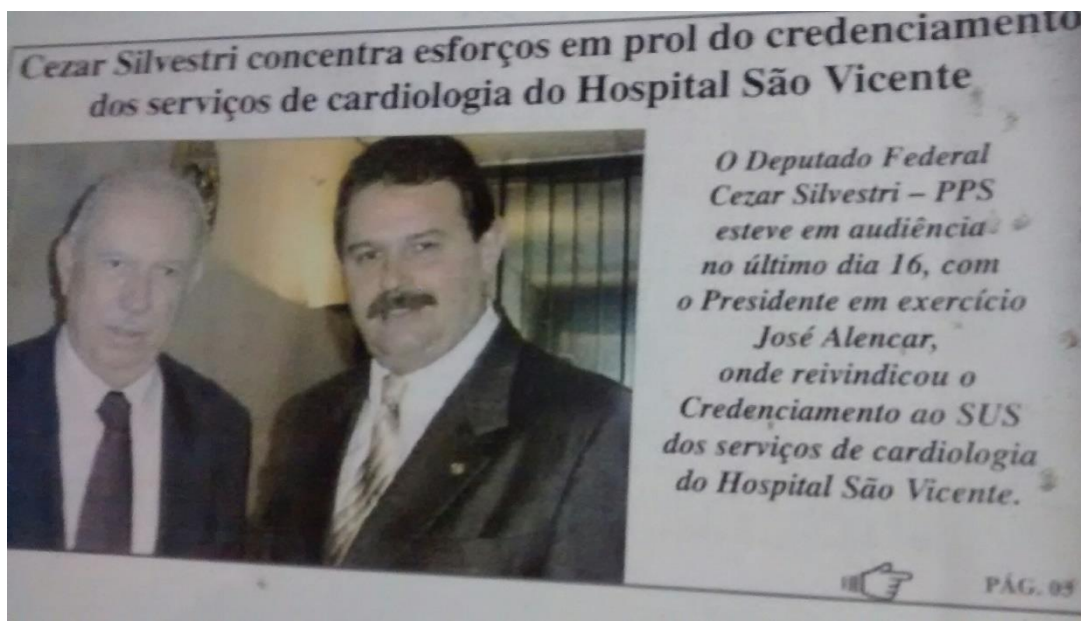


Foto: Solange Fiuza.

No dia oito de maio de 2014 foi publicada pelo jornal Rede Sul de Notícias a notícia alusiva aos recursos recebidos pelo hospital São Vicente de Paulo, onde o provedor informa tais parcerias.

De acordo com a assessoria da instituição, a primeira parcela, de R\$ 2,7 milhões já foi depositada na conta do hospital. O restante será dividido em outras três parcelas repassadas na sequência. 'O São Vicente é um hospital filantrópico e antigo, já estivemos à beira de fechar as portas, mas nos últimos anos, conseguimos iniciar um processo de recuperação, graças à parceria com a comunidade, a secretaria de estado da Saúde e o secretário Cezar Silvestri, contou o provedor do Hospital São Vicente (SÃO VICENTE..., 2014).

Alguns meses depois, no dia 04 de dezembro 2014, o mesmo jornal noticiou o seguinte texto:

O Governo Federal confirmou nesta quinta (04) uma emenda parlamentar do deputado federal e secretário chefe da Casa Civil, Cezar Silvestri. O recurso de R\$ 500 mil contempla o Hospital São Vicente e será destinado para custeio da entidade. O anúncio foi feito por Silvestri por meio de sua assessoria de imprensa. "Fiquei extremamente feliz em saber que consegui garantir mais esse recurso para o hospital. Depois dos investimentos em equipamentos, com a destinação de R\$ 5,9 milhões de outra emenda parlamentar minha, sabia que o hospital iria precisar de recursos para custeio, por isso apresentei mais essa emenda e consegui empenhá-la antes do término do meu mandato' (SILVESTRI ENCERRA..., 2014)

E, ainda no dia 30 de março de 2015, o jornal publicou uma homenagem do hospital para o ex-deputado:

O ex-deputado federal Cezar Silvestri denomina a nova ala funcional do Hospital São Vicente, em Guarapuava. A homenagem foi feita na manhã desta segunda-feira (30), durante a solenidade de entrega do Centro de Diagnóstico de Imagens (CDI) e da nova ala, anexa ao prédio principal. Surpreendido pela homenagem, Silvestri lembrou que foi autor de emenda individual no valor de R\$ 5,9 milhões e que outra de R\$ 500 está sendo liberada pelo Governo Federal também para investimentos no hospital. “Eu tinha direito a R\$ 10 milhões em emendas individuais e destinei mais de 60% a um único investimento que foi para o São Vicente, porque sabia a importância para salvar vidas”. Emocionado, o ex-deputado também lembrou que foi o responsável pelo credenciamento no Centro de Hemodinâmica junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) [...] De acordo com Silvestri, o seu trabalho sempre foi direcionado para duas áreas: educação e saúde. “Tenho o orgulho de ter sido chamado de deputado da educação pelas conquistas nesse setor para Guarapuava e outros municípios e depois destinei 95 das minhas emendas para a saúde” (ESTEACHE, 2015)

**Figura 4: Placa para Cezar Silvestri no Hospital São Vicente de Paulo**



Foto: Solange Fiuza.

Sobre o mesmo tema, cabe ainda destacar que durante semanas ficaram expostas no lado de fora do hospital faixas que homenageavam Cezar Silvestri. Ilustrada pelas Figuras 5 e 6.

Figura 5 – Faixa de agradecimento do hospital a Cezar Silvestri



Foto: Solange Fiuza.

**Figura 6 – Banner de hospital agradecendo atuação do então deputado federal**



Foto: Solange Fiuza.

Neste ano, em 04 de fevereiro de 2016, foi noticiado no jornal Rede Sul de Notícias que a deputada estadual Cristina Silvestri anunciava a liberação de R\$ 1,098 milhão em equipamentos para o hospital.

Curiosamente, no dia seguinte, o deputado estadual Bernardo Ribas Carli divulgou a liberação do valor de R\$ 419 mil para o Hospital Santa Tereza. Estas disputas têm se tornado frequentes entre as famílias Silvestri e Carli, em especial, quando dizem respeito aos hospitais São Vicente e Santa Tereza<sup>144</sup>.

<sup>144</sup> A disputa entre os dois grupos políticos em torno dessa questão tem gerado pronunciamentos como o desse veículo de comunicação virtual, que diz: “O Hospital São Vicente de Paulo é um dos mais antigos de Guarapuava. E também foi um, entre apenas dois, que não quebraram. O outro é o Hospital Santa Tereza. Até o ano passado, a diferença entre um e outro, era de que o Hospital São Vicente é uma instituição de caridade, filantrópica, autorizado a receber verbas governamentais [...] essa realidade mudou, agora ambos são filantrópicos, mas para o grupo que dá sustentação ao prefeito Cesar Silvestri Filho continua a existir diferença entre o São Vicente e o Santa Tereza. O São Vicente ‘merece’ receber verbas públicas. O Santa Tereza não. É o que levantaram vereadores, na votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) que deixou o Santa Tereza fora dos recursos municipais. Por ser uma instituição de caridade, filantrópica, é de ter que o Hospital São Vicente não seja vinculado a grupos políticos ou familiares, seja independente, gerenciado por uma provedoria sem relações políticas ou de grupos. Qual sendo, é de se perguntar... Por que o Hospital Santa Tereza é tão discriminado pelo grupo político do prefeito César Silvestri Filho, ao que o que, o Hospital São Vicente recebe todos os privilégios possíveis?[...]” (EM DEBATE..., 2016).

A deputada estadual **Cristina Silvestri** é filiada ao Partido Popular Socialista – PPS, foi Secretária Municipal de Assistência Social no início da gestão de seu filho Cesar Silvestri Filho, deixando o cargo para candidatar-se a deputada estadual. Após os resultados das eleições permaneceu na condição de primeira suplente da sua legenda até o governador Beto Richa nomear o titular da legenda, deputado Douglas Fabrício, como Secretário Estadual de Esportes e Turismo. Desde então, Cristina Silvestri ocupa a cadeira de deputada estadual na ALEP. Em seu perfil nas redes sociais, afirma:

Nessa caminhada, o que mais me estimulou é estar ao lado das pessoas, engrandecer os valores humanos. É isto o que nos move: o humanismo, a fraternidade. E como eu, há milhões de pessoas com quem podemos entrelaçar as mãos com o objetivo de construir, de ampliar a solidariedade humana. Para mim, este é o sentido maior da política. Minha frase de campanha (“A sua confiança é o meu compromisso”) traduz tudo o que eu penso: não basta conquistar, é preciso ter comprometimento, decisão, lutar para que aconteça (CRISTINA SILVESTRI, 2016).

Em entrevista concedida ao jornal Rede Sul de Notícias, Cristina Silvestri destaca que, embora tenha uma ligação com a política desde cedo, nunca havia pensado em se candidatar a cargo eletivo até que o convite lhe fosse feito pelo grupo político que administra Guarapuava, ou seja, o grupo da sua própria família (A ASSISTÊNCIA SOCIAL..., 2014). Segundo ela, aceitou o desafio pela experiência acumulada todos esses anos e, principalmente, pelo amadurecimento adquirido pelo tempo em que ficou à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social. Afirma ainda que assumiu

[...]a administração de uma secretaria complexa, extremamente técnica, mas com reflexos na qualidade de vida da população que mais precisa do Poder Público. Para conseguir isso, implantamos uma série de projetos e programas, mas primeiro foi preciso ir atrás de convênios, de recursos, porque nunca havia sido feito nada (A ASSISTÊNCIA SOCIAL..., 2014).

Ao assumir a Secretaria, em 2012, já fora implementada a LOAS e encontrava-se em processo de implementação, o SUAS, desde 2006, com a organização da política de assistência social. Seu discurso ignora essas ações da política e remete à

velha cultura de valorização do assistencialismo. Na mesma entrevista ela valoriza ações sociais do município durante sua gestão<sup>145</sup>.

Tais ações reproduzem características das práticas assistencialistas historicamente realizadas na área da assistência social e dão ênfase às medidas que deveriam ser da área da saúde e foram assumidas pela assistência social, como é o caso da prevenção e combate às drogas. “O Poder Público não pode fechar os olhos a um problema que já é uma questão de saúde pública. Não se pode tapar o sol com a peneira e nós estamos fazendo esse enfrentamento, implantando políticas públicas que previnem e combatem” (A ASSISTÊNCIA SOCIAL..., 2014)

A articulação entre sua função pública e sua ação como membro da classe economicamente dominante fica clara em outro trecho da entrevista:

Salvamos uma senhora idosa que era mantida dentro de um galinheiro, tratada como bicho pelo próprio filho e pela nora. Nos deparamos com vítimas de tráfico de mulheres, com vítimas de violência doméstica, mas em contrapartida, detectamos que hoje não existem mais pessoas que passam fome em Guarapuava. (A ASSISTÊNCIA SOCIAL..., 2014).

E acrescenta, indicando quais são suas principais preocupações e interesses no âmbito da luta política. “Amadureci como mulher, como ser humano e foi isso que me fez aceitar o desafio que me foi proposto. O momento é da mulher, dos direitos humanos, da sustentabilidade na agricultura, da valorização do agronegócio” (A ASSISTÊNCIA SOCIAL..., 2014).

Já, seu filho, o prefeito Cesar Silvestri Filho, apresenta outra concepção da assistência social ao registrar em seu depoimento que

*[...] o nível de compreensão que eu tinha era bem menor do que eu aprendi aqui. Mesmo exercendo o mandato de deputado, eu não tinha uma militância tão direta nessa área. Então eu não tinha essa precisão da estrutura e estou positivamente surpreendido porque percebi o quanto a assistência social hoje está profissionalizada, tem um perfil importante de comprometimento, de critérios que fogem totalmente daquelas obras assistencialistas. E, talvez, isso seja a contribuição que eu possa dar, essa percepção dessa mudança e ao mesmo tempo, na minha avaliação, de transição. Ela está em transição e não está madura ainda quanto ao SUS, da saúde”(CSF)<sup>146</sup>.*

<sup>145</sup>Dentre elas, o projeto “Tecendo o amor – Trabalho voltado a gestantes com equipe multidisciplinar; o GerAção – Programa que hoje atende mais de 1,6 mil adolescentes e jovens de Guarapuava; o Dialogando em Rede – Além de trabalhar com o combate e prevenção à drogadição, promove o protagonismo e autoestima dos jovens; e o Ativa Idade – programa voltado para as pessoas da 3ª idade.

<sup>146</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 11 de setembro de 2014.

Ao ser inquirido sobre o seu entendimento sobre as políticas sociais, o prefeito Cesar Silvestri prontamente responde dizendo que

*“[...] são a manifestação, a formulação de programas, de ações de governo, muitas delas até interdisciplinares que tem como objetivo o atendimento de demandas da sociedade. Quando a gente fala em execução de políticas públicas, execução de política social é isso. É você integrar, em alguns casos você criando legislação específica, em outros casos você independente da legislação você dotando a estrutura para prestação desses serviços”(CSF).<sup>147</sup>*

E continua elencando as várias ações desenvolvidas em sua gestão que tem feito a diferença, citando alguns dos programas implantados por sua mãe.

O sobrinho de Cristina Silvestri, **Alípio Rauen Neto**, atualmente vereador de Guarapuava, é filho de **Eurípio Rauen Filho**. Eurípio Filho, provedor licenciado do Hospital São Vicente de Paulo. Solicitou seu afastamento da provedoria em função da campanha política que ocorreu em outubro de 2014. Durante uma coletiva à imprensa realizada em 11 de abril de 2014 e divulgada pelo jornal Rede Sul de Notícias, ele justifica que seu afastamento foi “[...] para evitar questionamentos a respeito de favorecimento político, devido meu filho e sobrinho serem candidatos, resolvi me afastar por um tempo”. (FRANCO, 2016).

Tanto Alípio Rauen Neto como Cesar Silvestri Filho são candidatos para as próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2016. A presença da família Rauen na política foi citada por Cesar Silvestri como parte do seu lado mais tradicional, pois, ao contrário do que todos pensam, sua tradição política advém, primeiramente, pelo lado de sua mãe. No entanto, também reconhece a influência dos políticos pertencentes à família Silvestri.

*“[...] do lado da minha mãe também tem **tradição na política**, porque o pai dela foi vereador, o bisavô dela, o **Frederico Virmond** e o **Romaldo Baraúna**, os dois bisavôs da minha mãe foram prefeitos. O pai dela, que não está ligado a nenhum desses dois, foi vereador. Porque esses dois são avôs da minha avó. O marido da minha avó que venho de Santa Catarina foi **presidente da Câmara Municipal**. Ele faleceu muito jovem. E aí, o neto dele, que tem o nome dele, Eurípio, que é o Neto, hoje é vereador. Aí tem eu. E do lado do meu pai tem meu pai e tem meu avô paterno, o Moacyr. É uma confusão, tem de todo o lado”<sup>148</sup> (Destaque nosso).*

<sup>147</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 11 de setembro de 2014.

<sup>148</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 12 de setembro de 2014.

A tia do prefeito, **Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia**<sup>149</sup>, irmã de Cristina Silvestri, foi Secretária Municipal de Planejamento no início da gestão de seu sobrinho. Foi afastada do cargo após ação do Ministério Público – MP contra o nepotismo na prefeitura. Tal ação<sup>150</sup> foi sentenciada pelo juiz Bernardo Fazollo Ferreira, que também determinou a exoneração de **Leonardo Melhem Rauen**, primo do prefeito e irmão do vereador Eurípio Rauen Neto. Leonardo ocupava o cargo de assessor especial de gabinete do prefeito (EM NOVA AÇÃO..., 2014).

Quanto ao fenômeno do nepotismo, Oliveira (2012, p. 73) esclarece que “[...] é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos do aparelho do Estado”.

Destaca-se que após essa ação, o MP apresentou uma lista com 27 nomes de servidores que exerciam cargos de chefia de algum departamento ou secretaria, acusando relação de parentesco em cargos nomeados pelo prefeito. Foi considerado que as chefias utilizavam da influência política para indicar pessoas com grau de parentesco direto em cargos comissionados na administração pública, considerado nepotismo cruzado<sup>151</sup>.

No dia 25 de junho de 2015, o Guarapuavano Notícias (MINISTÉRIO PÚBLICO..., 2015) publicou que o Ministério Público iniciaria a investigação de nepotismo direto na Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO e prefeitura de Guarapuava. Segundo a notícia,

O Ministério Público Estadual instaurou o inquérito civil nº 0059.15.000257-0, neste mês, para apurar notícia de nepotismo direto na Universidade Estadual do Centro-Oeste e nepotismo cruzado entre a Unicentro e o Município de Guarapuava. Estão sendo representados no inquérito: Aldo Nelson (atual reitor da Unicentro), Angela Helana Bona Josefi<sup>152</sup>, Carlos Alberto do Nascimento (ex-Reitor), Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho (Prefeito de Guarapuava), Vitor Hugo Zanette (ex-Reitor), Edson Luiz Dalla Vecchia<sup>153</sup>,

<sup>149</sup>Docente do curso de economia da UNICENTRO, seu estudo sobre o tropeirismo foi utilizado como fonte desta pesquisa.

<sup>150</sup>Processo n.0014358-65.2014.8.16.0031 da 2ª Vara Cível de Guarapuava.

<sup>151</sup>Dentre os nomes da referida lista, encontram-se o do filho da ex-secretária de Educação, Sandra Zanette, Carlos Eduardo Zanette, que era diretor do Departamento de Tecnologia e Informática; Marise Sanches Neitzke, diretora do Departamento de Planejamento da Secretaria de Assistência Social é mãe do secretário de Finanças, Anderson Luiz Neitzke; Danilo Dominic, pai do assessor técnico da Secretaria de Indústria e Comércio, Odilson José Dominic, que estava na direção do Departamento Rodoviário na Secretária de Obras. Amós Emanuel de Andrade Campos, Guilherme Jaskulski Ortiz, Sandra Spyra, Tatyana da Costa Mezzadri e Thanmara Espínola Amaral também estão entre nomes (ESTEACHE, 2014).

<sup>152</sup> Professora da UNICENTRO, irmã do reitor Aldo Nelson Bona.

<sup>153</sup> Marido de Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia.

Jose Carlos Schuawalz, Mirian Fabiane Simões<sup>154</sup> e Sandra Zanette<sup>155</sup> (ex-Secretária de Educação de Guarapuava).

Na petição inicial, o Ministério Público solicitou a responsabilização do prefeito e secretários e também identificou nepotismo cruzado com a Câmara Municipal. Segundo a 7ª Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, houve a nomeação de **Lucas Rauem Dalla Vechia** para a Assessoria Jurídica do poder legislativo local. Lucas é filho de Raquel Rauem Dalla Vechia (MINISTÉRIO PÚBLICO..., 2015). A referida reportagem ainda detalha o arranjo realizado para tentar descaracterizar o nepotismo, ou seja,

A troca de favores, neste caso, é evidente. O requerido Edony<sup>156</sup> nomeou o filho da Secretária Municipal para assessor jurídico na Câmara Municipal, enquanto que os requeridos Cesar e Ivães nomearam o irmão do vereador Eurípio [Neto Rauem] para assessor de gabinete no Poder Executivo[...]. O juiz Bernardo Fazolo Ferreira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Guarapuava, considerou o caso de Leonardo Rauem e determinou a exoneração, porém indeferiu o mesmo pedido para o assessor jurídico da Câmara, Lucas Rauem Dalla Vechia. De acordo com Ferreira, o nepotismo cruzado poderia acontecer somente com o chamado “prévio ajuste” entre os poderes para que houvesse nomeações recíprocas e exonerar Lucas seria desconsiderar as qualidades pessoais do advogado que está na assessoria jurídica da casa de leis. O jurista também indeferiu o pedido de indisponibilidade de bens do Prefeito Cesar Silvestri Filho, Ivanês Joséfi<sup>157</sup> (ex-secretário de Administração responsável pela nomeação em 2013), da secretária de Planejamento Raquel Virmond Rauem Dalla Vechia, do presidente da Câmara Municipal, Edony Kluber e do vereador Neto Rauem (PPS). (EM NOVA AÇÃO..., 2015).

O nepotismo não condiz com o princípio da impessoalidade da administração pública moderna. Em diferentes espaços públicos, as redes políticas envolvem parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder. Assim, na análise de Oliveira (2007), elas mudam e se transformam conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores e seguem certa e revezamento de longa duração.

A família Rauem Silvestri atua historicamente em Guarapuava na área da filantropia através de ações da Sociedade de Socorro aos Necessitados (SOS) e do Hospital São Vicente de Paulo. Ao assumir funções públicas nas áreas de educação

<sup>154</sup>É esposa do reitor Aldo Nelson Bona. Foi assessora especial da Reitoria para a Área de Comunicação Social do Campus de Irati. Atualmente ocupa cargo na Secretaria de Comunicação Social da prefeitura de Guarapuava.

<sup>155</sup> Irmã do ex-reitor Vitor Hugo Zanette.

<sup>156</sup> Vereador da base governista.

<sup>157</sup> Professor da UNICENTRO. É cunhado do reitor Aldo Nelson Bona.

e assistência social, além do planejamento, utiliza esses espaços como instrumento de reprodução de poder. Fica claro o seu protagonismo nessa área no município e também a falta de distinção ente o público e privado no manejo do poder político.

#### **4.2.3 Família Ribas Carli**

No ano de 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, o prefeito de Guarapuava era **Luiz Fernando Ribas Carli**, na época filiado ao Partido Democrático Trabalhista – PDT. Atualmente ele está filiado ao Partido Progressista- PP. Ele foi prefeito de Guarapuava por três gestões, foi também deputado estadual, federal e chefe da Casa Civil no governo de Jaime Lerner (1995 -2003). Em entrevista ele fala da origem de sua família, ressaltando sua origem nas famílias tradicionais de Guarapuava.

*“[...] minha mãe é descendente desse pessoal<sup>158</sup>. A família do meu pai é que chegou mais tarde, meu avô paterno era italiano. A família do meu pai chegou em Guarapuava em 1918, meu pai tinha 4 ou 5 anos de idade. Agora, a família da minha mãe é toda daqui. Atrás desse Ribas está Siqueira, Ferreira, Maciel, Rocha Loures, Alves. São as famílias ligadas. Ribas é da minha mãe e o Carli do meu pai”(FRC)<sup>159</sup>.*

Fernando Carli, como é conhecido, é farmacêutico e bioquímico, estagiou no laboratório da Santa Casa, em Curitiba e, no final de 1975, montou seu laboratório em Guarapuava. Em 1983, comprou áreas de terras de reflorestamento. Afirma em entrevista que sua mãe vem de tradição de fazendeiros, mas que nunca teve ligação direta com a terra, apenas comprou terras porque tinha a intenção de lidar com madeira, por influência de seu pai.

A partir de 1989, passou a se dedicar exclusivamente à política até sua última gestão como prefeito, em 2012. Atualmente administra a empresa de sua propriedade, de produção de chapas de madeira compensada, localizada em Guarapuava<sup>160</sup>. Também é de sua propriedade a rádio Guairacá<sup>161</sup>.

<sup>158</sup> Referindo-se aos colonizadores de Guarapuava.

<sup>159</sup> Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

<sup>160</sup> Informações retiradas da entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

<sup>161</sup> Rádio Guairacá de Guarapuava Ltda (fonte: Junta Comercial do Paraná).

Fernando Carli é casado com **Ana Rita Slavieiro Guimarães Carli**, filha do ex-prefeito de Ponta Grossa, Plauto Miró Guimarães, neta do senador pelo Paraná **Flávio Carvalho Guimarães** e irmã do atual 1º secretário da Assembleia Legislativa do Paraná, **Plauto Miró Guimarães Filho**. Ana Rita foi presidente do Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar nas gestões de Fernando Carli.

O Provopar tem regulamentação formal diferenciado das instituições públicas e, assim como a extinta LBA, é utilizado como um híbrido entre público e privado. Dirigido tradicionalmente por primeiras-damas, é utilizado pelos governos como um braço do poder público na relação com a rede filantrópica, e para evitar processos de licitações ou concursos públicos. No Paraná e em seus municípios, há com essas características o Provopar Estadual, os municipais e ainda as Associações de Promoção e Proteção à Maternidade e à Infância – APMI's. As ações executadas por essas entidades são consideradas paralelas à política de assistência social. São geralmente utilizadas para manutenção do poder como forma encontrada pelos governantes para dar um “jeitinho”, de praticar o “clientelismo à brasileira”, usando os termos de Oliveira (2003).

Fernando Carli, em sua entrevista, detalha a proximidade pessoal e política com o ex-governador Jaime Lerner, indicando até mesmo um distante grau de parentesco entre eles.

*“Eu estava filiado ao PDT, porque eu já tinha amizade com o Jaime Lerner e ele estava no PDT. Eu tinha um concunhado que já é falecido que era parente do Jaime Lerner. Então devido a essa aproximação com o Lerner eu estava filiado ao PDT. Quando nós terminamos o nosso mandato de prefeito e 1992, Jaime Lerner também terminava o mandato dele como prefeito de Curitiba e aí, o Jaime Lerner, me convidou para que eu fosse à Curitiba ajudá-lo e nós fundamos o Instituto Jaime Lerner. Foi através do Instituto que nós viabilizamos a candidatura de Lerner ao governo do estado. Então, dentro do Instituto Jaime Lerner havia os técnicos que trabalhavam na parte de projetos, de ações; e tinha os políticos que faziam essa coordenação. E eu fazia a coordenação de todo o interior do estado. Aí nós ficamos em Curitiba do ano de 1993 até meados do ano de 1994, até quando foram definidas as candidaturas para o governo do estado. Coordenando essas ações políticas do Instituto, principalmente do Jaime Lerner e levando o Jaime para o interior do estado, porque o Jaime não era conhecido no interior, então eu ia com mais facilidade por ter o conhecimento no interior. Eu ia antes fazia reuniões e preparava o terreno e depois marcava a ida do Jaime para as pessoas conhecê-lo. Fiquei um ano e meio fazendo esse trabalho de articulação política visando à candidatura do Jaime à governador do estado e o meu nome era ventilado para ser o vice-governador compondo a chapa com o Jaime”(FRC)<sup>162</sup>.*

<sup>162</sup>Entrevista concedida à Solange Fiuza em 13 de novembro de 2014.

Fernando e Ana Rita são pais de **Luiz Fernando Ribas Carli Filho**, ex-deputado estadual que renunciou ao seu mandato em 2009 após envolvimento em acidente automobilístico que causou a morte de dois jovens<sup>163</sup>.

**Bernardo Ribas Carli**<sup>164</sup>, o outro filho do casal, é filiado ao Partido Social Democrático Brasileiro – PSDB, graduado em administração de empresas, e cumpre seu segundo mandato como deputado estadual. Em seu perfil no site da ALEP consta que

[...] Uma de suas principais metas é promover o desenvolvimento de toda a região central do Paraná, a qual representa. Começou a aprender sobre política ainda pequeno, convivendo com seu pai, Fernando Ribas Carli [...] acompanhava Fernando em alguns eventos e, em casa, ouvia sobre o ato de governar e proporcionar oportunidades melhores para milhares de pessoas através do trabalho público. Foi assim que, vislumbrando um futuro melhor para a sua gente, lhe despertou o desejo de trabalhar pelo povo” (ALEP, 2015).

O deputado Bernardo Carli, ao ser indagado sobre o que é para ele política social, responde “[...] são aquelas planejadas e desenvolvidas com o intuito de combater a exclusão social, procurando diminuir e eliminar as fontes geradoras da miséria e reduzir a desigualdade social”. E prossegue afirmando que

*“Por essência os beneficiários das políticas sociais devem ser os cidadãos mais vulneráveis, a parcela da população que mais necessita de medidas governamentais para suprir suas mazelas. No entanto, os serviços sociais universais citados na pergunta, como a educação e a saúde, por definição constitucional, são serviços sociais universais e devem ser fornecidos a todos os cidadãos brasileiros sem qualquer distinção”*(BRC) <sup>165</sup>.

<sup>163</sup> Levantamento do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN revela que Fernando Carli Filho estava com a carteira suspensa. Ele, também é acusado por estar dirigindo embriagado. Após a repercussão deste caso, foi expulso de seu partido. Desde o acidente ocorrido em 07 de maio de 2009, está em trâmite na justiça o processo que o acusa pela morte de dois jovens.

<sup>164</sup> No decorrer do seu primeiro mandato de deputado, Bernardo Carli, passou pelo processo de cassação do seu diploma de parlamentar por denúncia de “caixa 2” nas eleições de 2010. (BERNARDO CARLI..., 2016). Já no segundo mandato, conforme dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi o candidato de Guarapuava que mais gastou durante o período de campanha. Ao todo, em receitas e despesas, Bernardo usou R\$ 668.219,42. O número foi divulgado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE através do Sistema de Prestação de Contas – SPCE. Em relação à última campanha eleitoral de Bernardo Carli, no dia 01 de dezembro de 2015, foi publicado pelo jornal Gazeta do Povo uma reportagem com a seguinte manchete: “O deputado Bernardo Ribas Carli, seu pai, dois vereadores de Guarapuava e outras sete pessoas são investigadas”, seguida pelo texto que relata que O Grupo de Operação ao Crime Organizado (Gaeco) de Guarapuava e a Procuradoria Regional Eleitoral de Curitiba deflagraram nesta terça-feira (1º) a Operação Capistrum (cabresto, em latim), que investiga a família Ribas Carli pela prática de crimes eleitorais. Estão envolvidos o deputado Bernardo Ribas (PSDB) e seu pai Luiz Fernando Ribas Carli (PP), ex-prefeito de Guarapuava, os vereadores da cidade Maria José Mandu Ribeiro Ribas (PSDB) e Milton de Lacerda Roseira Junior (PSDB) e outra sete pessoas. (KADANUS, K; BARAN, K. 2015). .

<sup>165</sup> Respostas às questões do roteiro de entrevista.

Observa-se na resposta do deputado que sua visão da política social vai ao encontro da concepção vigente na legislação. Ele ressalta em entrevista que estas políticas têm a finalidade de combater a exclusão e desigualdade social e sua prioridade de atuação é a área da saúde. Fato que pode ser verificado na publicidade vinculada a sua imagem, na maioria das vezes, realizada em forma de *outdoors* espalhados pela cidade, conforme ilustrado pelas Figuras 8 e 9, relacionadas aos recursos para a construção do Hospital Regional e a conquista do certificado de filantropia do Hospital Santa Tereza. Na primeira imagem também está vinculado o nome do deputado estadual Artagão Junior e no segundo, o nome do deputado federal Zeca Dirceu. Já na Figura 10, a deputada estadual Cristina Silvestri utiliza do mesmo recurso e vincula sua imagem à mesma conquista, ou seja, a conquista do recurso para construção do hospital regional.

**Figura 7 – Outdoor relacionando dois deputados ao Hospital Regional**



Foto: Solange Fiuza.

**Figura 8 – Hospital agradece deputados em outdoor da cidade**



Foto: Solange Fiuza.

**Figura 9: Outdoor de “agradecimento” de deputada ao Governo do Paraná**



Foto: Solange Fiuza.

Outros fatos que comprovam a atenção prioritária do deputado Bernardo Carli à área da saúde foram divulgados pelo jornal Rede Sul de Notícias (ESTECHE,

2015b). O Hospital Santa Tereza é de propriedade do médico **Frederico Guilherme Kreche Virmond**, mas, em 10 de abril de 2015, o referido jornal publicou a reportagem sobre evento de descerramento da placa que o homenageou pelo empenho na conquista do certificado de entidade filantrópica concedido ao Hospital Santa Tereza.

As áreas da saúde e da assistência social tem sido, dentre os segmentos da política social, as que mais têm a atenção da Família Ribas Carli. A esposa de um primo de Fernando Carli, **Maria José Mandu Ribeiro Ribas**, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde na primeira gestão de Carli, época em que as ações da assistência social também eram desenvolvidas nesta secretaria por meio do Departamento de Promoção social. Mais tarde, Maria José foi chefe da 5ª Regional de Saúde nos períodos de 1995 a 1999 e 2014 a 2015, indicada por Fernando Carli na primeira gestão e por Bernardo Carli, na segunda. Vereadora desde 2009, é uma das sete pessoas investigadas por crime eleitoral, conforme lista do Ministério Público<sup>166</sup>.

Na mesma condição, a também prima de Carli, **Mara Rúbia Tavares Ribas**, foi Secretária de Promoção Social na primeira gestão de Carli no executivo. Foi também, Secretária Municipal da Assistência Social<sup>167</sup>, na última gestão de Carli.

Outra prima de Fernando Carli, **Maria do Carmo Ribas Abreu**, foi chefe do Escritório da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família no governo Jaime Lerner. Foi também Secretária Municipal de Assistência Social e Presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor de Guarapuava na última gestão de Fernando Carli. Maria do Carmo foi coordenadora de campanha do candidato Bernardo Ribas Carli e, atualmente, é chefe do Escritório Regional da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, por indicação do deputado estadual Bernardo Carli. É também, uma das sete pessoas investigadas por crime eleitoral.

Observa-se que as três primas de Fernando Carli foram responsáveis pela área da assistência social no município e na região enquanto sua esposa, Maria Rita, foi

---

<sup>166</sup>O Ministério Público informou o nome de Fernando Carli e o de outras sete pessoas, sendo elas, Hugo Garcia Carvalho - assessor; Cesar Ribas de Lima - assessor; Frederico Gervasio Michelc - marido de uma assessora; Valdemar dos Santos - assessor; Francielli Menon - coordenadora de campanha; José Antonio Rodacoski Junior – assessor e Maria do Carmo Ribas de Abreu - coordenadora da campanha. Cabe destacar que até o momento este processo investigatório encontra-se em trâmite na justiça. (FONSECA, 2016). Vale destacar que, tirando Fernando Carli todos os demais são descendentes de Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nacar, um dos maiores comerciantes e exportadores de ervamate do Paraná, como informa Oliveira (2012).

<sup>167</sup> Nesta ocasião, a Secretaria Municipal de Promoção Social tinha alterado o nome para Secretaria Municipal de Assistência Social.

presidente do Provopar municipal. O que evidencia o primeiro damismo historicamente utilizado na área da assistência social e atesta a importância que a família dá ao domínio das relações no âmbito das políticas sociais.

Mais um parente de Fernando Carli, seu primo, **Fábio Martins Ribas**, foi candidato a prefeito de Guarapuava nas eleições de 2012. Ele também foi assessor na Casa Civil do governo do Estado, chefe do gabinete quando Fernando Carli foi chefe da Casa Civil. Atuou como procurador geral do município de 2005 a 2008<sup>168</sup>. Salienta-se aqui que no discurso proferido na convenção do Partido Progressista – PP, por ocasião do lançamento de sua candidatura a prefeito de Guarapuava, ele reconhece a existência da estrutura de poder tradicional, arriscando-se até a realizar uma crítica ao seu “padrinho” político. Ele diz:

Tenho um parentesco distante, mas minha vida é muito diferente da do Fernando”. Momento em que afirma que um dos seus objetivos é romper com as rixas familiares existentes no cenário local e acrescenta “isso faz parte da velha política, daqueles que estão no poder há 50 anos e que passa do avô para o pai e para o filho [...] dessa política eu não participo (TSUBAUCHI, 2012, p. 3).

Nessa eleição, Fábio Ribas foi derrotado por Cesar Silvestri Filho. Mais um primo de Fernando Carli, **Antônio Cezar Ribas Pacheco**, foi Secretário de Administração e Secretário de Finanças da prefeitura de Guarapuava na gestão de Fernando Carli e Cesar Franco. Foi também diretor do Detran Paraná e hoje é diretor financeiro e presidente da mantenedora da Faculdade Campo Real (CAMPO REAL..., 2015). Este fato leva uma grande parte da população guarapuavana a comentar que a Faculdade Campo Real pertence à família de Fernando Carli<sup>169</sup>.

A família Ribas Carli tem demonstrado um interesse crescente pelas áreas da política social, articulando público e privado prioritariamente nas políticas locais de assistência social e saúde, mas também na área da educação.

Diante da trajetória das famílias Ribas Carli, Rauen Silvestri e Mattos Leão, é possível afirmar que em Guarapuava as relações entre poder, família e instituições sociais são permeadas por conexões políticas acumuladas por gerações. E, paradoxalmente, num contexto em que a Constituição de 1988 buscou introduzir

---

<sup>168</sup> Relação de servidores municipais cedida pela Prefeitura Municipal de Guarapuava.

<sup>169</sup> Nos documentos referentes à Campo Real Educacional S.A., fornecidos pelo Junta Comercial do Paraná para fins desta pesquisa, não constam os nomes de Fernando Carli, esposa e filhos. E sim, os nomes de Antonio Cezar Ribas Pacheco, Murilo Zanello Milléo Junior e Katia Regina Hopper.

elementos de valorização e ampliação dos direitos sociais a partir de princípios como a universalização dos serviços, a participação popular e o controle social, as políticas sociais ainda se constituem espaços para práticas com características próprias do poder do tipo tradicional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como se expressam, no âmbito das políticas sociais no município de Guarapuava-PR, as relações de poder de tipo tradicional. Partindo dos estudos que indicam a região de Guarapuava como um terreno particularmente fértil para a reprodução de relações de poder desse tipo, buscou-se identificar como os agentes que dominam o poder político na região se inserem no espaço das políticas sociais.

O recorte temporal foi estabelecido tendo como marco o domínio do poder político a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que propôs um novo paradigma para a proteção social no Brasil, tentando romper com práticas históricas típicas do poder tradicional como o patrimonialismo, o clientelismo e o assistencialismo.

O poder tradicional fundamenta-se na continuidade das estruturas de poder ao longo dos processos de mudanças políticas. São relações que se inserem na esfera do poder público, da administração pública, e avançam para além da esfera privada, das classes economicamente dominantes, em um processo em que se tornam, também, politicamente dominantes.

As políticas sociais, como mecanismos do Estado de enfrentamento da “questão social”, constituem-se em espaços singulares em que se articulam as funções econômicas do Estado de reprodução e manutenção da força de trabalho, e ainda de socialização desses custos, com as funções políticas do Estado, que na busca de estabelecer consensos, permite alguns espaços de disputa por interesses das classes sociais em luta.

O método que contribuiu para uma maior aproximação a compreensão desse conjunto de relações é sustentado na premissa de que estudar as estruturas de poder pressupõe entendê-las como construções históricas, materializadas em situações objetivas de posse e riqueza que se manifestam em redes de parentesco, redes sociais e políticas. Conseqüentemente, o estudo da forma como se organizam as classes dominantes passa pelo estudo das famílias, aonde poder e riqueza são, na maioria das vezes, hereditários e atuam para manter as desigualdades sociais.

Através de pesquisa bibliográfica e documental, associadas à entrevistas com historiadores locais e políticos representantes das principais famílias que

disputam o poder político no município, foi possível estabelecer alguns nexos que indicam que poucos grupos políticos, representados como grupos familiares, através de arranjos e rearranjos garantem a manutenção e reprodução do poder político local. Assim, materializam processos de poder político de longa duração, que se sobrepõem até mesmo a projetos políticos partidários. Transitam pelos partidos de diferentes matizes na medida em que isso lhes permita alinhamentos cujo objetivo é a manutenção do poder e das relações sociais que eles representam e reproduzem.

A partir da análise dos elementos econômicos, políticos e sociais que determinaram a formação da classe dominante em Guarapuava, constatou-se que ela foi formada inicialmente pelos donatários das sesmarias no período colonial, os sesmeiros, e seus descendentes, que enriqueceram com a atividade tropeira tempos depois. Nesse contexto, a economia da cidade desenvolveu-se por meio da agricultura e pecuária extrativista, com base no latifúndio e na estrutura familiar de tipo patriarcal que, sob a égide do mandonismo e do coronelismo, utilizou-se dos casamentos intrafamiliares como uma das estratégias de acúmulo e manutenção de suas riquezas.

Num primeiro momento, foram os três principais componentes da Real Expedição povoadora de Guarapuava, ou seja, Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o também Tenente Antônio Rocha Loures e o Padre Francisco das Chagas Lima, que assumiram as funções políticas. Em pouco tempo, porém, os cargos públicos passaram a ser ocupados, a partir de critérios econômicos, pelos fazendeiros locais, os sesmeiros e seus descendentes, considerados os “homens bons” da cidade. Inicia-se, assim, uma trajetória em que os cargos públicos nada mais eram que a extensão dos interesses privados da oligarquia local. Ressaltando que alguns membros da Real expedição fixaram-se na região e assumiram também a propriedade de terras.

O enriquecimento dos primeiros sesmeiros, a partir da atividade tropeira, permitiu a perpetuação desse grupo por longo tempo, por todo o período imperial, e ainda por toda a primeira república. A alteração da dinâmica da administração pública demandada pelo Estado burocrático não provocou mudanças significativas na esfera política. Os prefeitos e vereadores da cidade eram, na sua maioria, membros das famílias sesmeiras. As famílias Rocha Loures, Sá, Camargo, Marcondes, Lustosa, Lacerda, Siqueira Cortes, Alves e Virmond dominavam o cenário.

Mesmo com o realinhamento das forças políticas, ocorrido a partir da década de 1930, o poder político manteve-se com os descendentes dos sesmeiros e tropeiros

representados pelo Coronel Antonio da Rocha Loures Villaca. Por outro lado, surge Amarílio Rezende de Oliveira que, oriundo de um estrato social médio, introduz o integralismo na política local. Ao se casar com a filha de um bem sucedido comerciante atraído à cidade pela pulsante vida social que o tropeirismo gerou, agrega capital eleitoral e sua família faz sucessores na política.

Com a importante alteração econômica representada pelo ciclo da madeira, que substituiu o tropeirismo já decadente na década de 1940, novos agentes econômicos adentram a cena política local. Associando-se através de relação de parentesco com os descendentes de sesmeiros, tropeiros e comerciantes locais, destacam-se na política Moacyr Júlio Silvestri, José Mattos Leão e seu filho João Mattos Leão, Nivaldo Kruger e Alípio Rauen.

Vale uma ressalva para a significativa contribuição econômica dos suábios que iniciaram um profícuo ciclo de agricultura na década de 1950, que dura até os dias atuais, e alteraram as relações econômicas na região. O grupo formado pelos suábios e demais imigrantes estrangeiros manteve-se afastado da política local, apesar de seu poderio econômico. Representando interesses mais articulados com o grande capital financeiro, através da agroindústria, os suábios não se envolvem diretamente na política local, porém dão aval para que ela se mantenha e se perpetue.

Portanto, as famílias das classes economicamente dominantes em Guarapuava ligadas aos sesmeiros, aos tropeiros e aos madeireiros que ocuparam historicamente o poder político local, atualmente, são representadas pelos grupos políticos formados pela família Mattos Leão, Rauen Silvestri e Ribas Carli.

A partir da análise da trajetória política dessas três famílias, constatou-se que a formação dos herdeiros políticos passa pelo reconhecimento da vocação individual a qual é constituída pelo processo de socialização familiar decorrente de mecanismos que objetivam a interiorização dos projetos familiares com a perspectiva do desenvolvimento da vocação política.

Essa vocação envolve a valorização da ação, em geral das mulheres das famílias, nas atividades reconhecidas como sociais, isto é, nas ações vinculadas à caridade e à filantropia, desde o período de formação do município, como no caso do hospital de caridade São Vicente de Paulo.

Surgindo como ações sociais de iniciativas de natureza caritativa, desenvolvidas em parte como atividade de uma nascente sociedade local, elas assumem um caráter de filantropia a partir de práticas vinculadas às instituições

religiosas e à maçonaria, e passam a ser utilizadas como instrumentos de clientelismo e assistencialismo pelas famílias no poder.

Os atuais representantes dessas famílias nas esferas do poder político reconhecem, com maior ou menor grau, o espaço das políticas sociais como direitos de cidadania, de garantia de condições de vida para a população por parte do Estado. No entanto, as práticas observadas pelas inserções na área, de cada uma delas a sua maneira, indicam que os espaços da saúde, da educação e da assistência social são utilizados como instrumentos de disputa de interesses dos seus respectivos grupos, em claras relações de imbricamento entre público e privado, nepotismo e outras práticas típicas do poder tradicional.

A família Mattos Leão tem ocupado há décadas cargos nos poderes executivo e legislativo, tanto no âmbito estadual, como no local. Mais recentemente, prioriza sua inserção em instituições públicas estaduais. Na área das políticas sociais tem alguma inserção na educação privada, privilegiando, porém, ações no âmbito da comunicação popular, como proprietária de rádios.

A família Rauen Silvestri atua historicamente na área da filantropia. Domina o hospital filantrópico mais antigo e tradicional da cidade, além de ter inserções em funções públicas nas áreas de educação e assistência social, além do planejamento. A atual representante da família no legislativo estadual, a deputada Cristina Silvestre, foi secretária municipal de assistência social e busca vincular sua figura com as ações da área da saúde e assistência. A família está envolvida num caso de denúncia de nepotismo cruzado na área da educação.

A família Ribas Carli, além da presença no legislativo estadual, tem atuação importante nas áreas da saúde e assistência social. O outro hospital da cidade adquiriu recentemente *status* de instituição filantrópica e está vinculado à família. A atuação no Provopar e áreas vinculadas à assistência social, além da educação privada, indicam a articulação que buscam estabelecer entre público e privado. A família possui também atuação no campo da comunicação através de uma rádio.

É possível afirmar que, embora as três famílias incorporem o discurso democrático, na prática a condução das políticas sociais tem muito pouca relação com os novos paradigmas propostos pela Constituição Federal de 1988 para a política pública em geral e, mais especificamente, para a política social.

Por fim, cabe observar que as considerações aqui realizadas estiveram assentadas nos dados obtidos no processo desta pesquisa, sendo possível que

existam outros dados e relações estabelecidas neste âmbito que não foram possíveis levantar. Desta maneira, os dados apresentados não esgotam o estudo da temática, até porque as conexões de interesses da classe dominante envolvendo suas ações no interior do aparelho de Estado estão em pleno movimento. Permanecendo, assim, o instigante desafio de prosseguir estudando e desvelando novos elementos que nos possibilitem a compreensão das repercussões desse poder na vida social.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. T. G. de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná/ Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ACIG - Associação Comercial e Industrial de Guarapuava. **Menos impostos, mais crescimento econômico**. Guarapuava: [s.n], v.24, 2009.

AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná. **Quem é quem**. Curitiba, 2015. Disponível em: <[www.agepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35](http://www.agepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35)>. Acesso em 20 fev. 2016.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná. **Bernardo Carli**. Biografia. Curitiba, 2015.

ALVES, M. C.; GÓIS, S. L. V. Análise do perfil industrial do município de Guarapuava – PR. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaço de resistências e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas. **Anais...**, Porto Alegre, 2010. Disponível em <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=trabalhos.area>. Acesso em 12 out. 2015.

ARCOVERDE. A. C. B. **A questão social no Brasil e Serviço Social**. Política Social - Módulo 02. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.

A REPÚBLICA. N. 252. Curitiba, 11 nov. 1900. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=11510&pesq=> Acesso em 25/11/2015.

ARTAGÃO JUNIOR. Sobre. **Facebook**, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/deputadoartagaojunior/about>>. Acesso em 20 fev. 2016.

ASCENDÊNCIA/Descendência do Visconde de Guarapuava. **Family Search**. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 18 fev. 2015. Disponível em: <<https://familysearch.org/photos/artifacts/13529328>>. Acesso em 25 nov. 2015.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL me fez amadurecer como mulher e como pessoa, diz Cristina Silvestri. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 03 abr 2014. Disponível em: <<http://redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=65557>>. Acesso em 14 mar. 2016.

ÁVILA, D. **Reflexões sobre o clientelismo no Brasil 1987-88**: o esforço da elite brasileira para preservação do seu modo tradicional de exercício de hegemoniano. Programa especial de treinamento, Florianópolis, fev. 1990. p.10-13. Disponível em <<http://www.ccj.usfc.br>>. Acesso em 02 out. 2002.

BATTINI, O; COSTA. L C da. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, Odária (org). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba: CIPEC, 2007.

BEHRING, E. R. **Principais Abordagens teóricas da política social e da cidadania**. Política Social - Módulo 03. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UNB/ Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Seguridade Social: neoconservadorismo nas políticas sociais. BEHRING, E. R; ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). **Trabalho e seguridade social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FFS/UERJ, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BERNARDO CARLI é condenado à prisão por "caixa 2" pelo TRE. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 24 maio 2016.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. UnB, 1993. 2 vol.

BOLETIM GUARAPUAVA anos 30: alguns cenários. Boletim nº 30/2012

BOTTOMORE. T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORIS, F. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

BOSCHETTI, I. O custo da crise para a política social. BOSCHETTI, I; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M; MIOTO, R. C. T. **Capitalismo em crise: políticas sociais e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Cidadania e Justiça. Tire suas dúvidas sobre o Brasil Carinhoso. **Portal Brasil**. Brasília, 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/07/tire-suas-duvidas-sobre-o-brasil-carinhoso>>. Acesso em 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Relatório de Informações sociais**. Brasília, 2016.

BRANDENBURG, A. **Agricultura Familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRAVO, M. I. S. **As políticas brasileiras de seguridade social**. Política Social - Módulo 03. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UNB; Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, p. 153-193, 2003.

CAMPO REAL inaugura nova Real Clin. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 12 nov. 2015. Disponível em: <[http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/12\\_11\\_2015\\_campo\\_real\\_inaugura\\_nova\\_realclin.htm](http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/12_11_2015_campo_real_inaugura_nova_realclin.htm)>. Acesso em 17 nov. 2015.

CAPÃO BONITO: tradição das tropeadas do passado. **Revista do Produtor Rural do Paraná**. Edição nº 51, out/nov 2015. p. 70-74.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil**: JK – JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das sombras**: a política imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, W. A. de. Pequena história da maçonaria no Brasil. **Revista de Estudios Históricos de la Masoneria**, San José (Costa Rica), v.2, n.1, p. 30-58, mai-nov. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/rehmlac/article/view/6609>>. Acesso em 17 ago. 2014.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CLEVE, J. J. **Povoamento de Guarapuava**: cronologia histórica. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Cel. Luiz Daniel Cleve**: memória histórica. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2009b.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **A indústria**. Guarapuava, 2014a. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/malte.php>>. Acesso em 13 maio 2016.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **Histórico**. Guarapuava, 2014b. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/historico.php>>. Acesso em 13 maio 2016.

COSTA, L. C. da. **Os impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez; Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

\_\_\_\_\_. A questão social e política social em debate. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 61-76, jul-dez/2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/426/380>>. Acesso em 17 ago. 2015.

COUTINHO, C. N. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. In: **Gramsci e o Brasil**. Juiz de Fora (MG), 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. 3ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.221-265.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRISTINA SILVESTRI. Sobre. **Facebook**, 2016. Disponível em: <[https://www.facebook.com/curtacristinasilvestri/info/?tab=page\\_info&\\_\\_mref=message\\_bubble](https://www.facebook.com/curtacristinasilvestri/info/?tab=page_info&__mref=message_bubble)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

DALLA VECCHIA, R. V. R. **Os caminhos do tropeirismo em Guarapuava**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Centro Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon, 2000.

DALLARI, D. Sociedade, Estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: MOTA, C. G (org). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção e consolidação dos direitos no Brasil**. Fortaleza: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2004. (Comunicação Oral).

DE PIERI, F, G et al. **Benjamin C. Teixeira**: contribuições ao contexto jurídico guarapuavano. Guarapuava: Grafel, 2011.

DORIA, Francisco Antônio. **Os herdeiros do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

DRAIBE, S. *et al.* A especificidade do “*Welfare State*” brasileiro. In: MPAS/CEPAL. **A política social em tempo de crise**: articulação institucional e descentralização. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.

DRUCIAKI, V. P. Ocupação territorial e rede urbana no Paraná “tradicional” e a cidade de Guarapuava. **Revista Territorial** - Goiás, v.2, n.1, p.31-51, jan./jun. 2013. Disponível em <http://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/2230/1284>. Acesso em 06 out. 2015.

EM DEBATE: grupo de Cezar Silvestri Filho discrimina o Hospital Santa Tereza? **Gmais Notícias**. Guarapuava, 1 fev. 2-16. Disponível em: <[www.gmaisnoticias.com](http://www.gmaisnoticias.com)>. Acesso em 10 fev. 2016.

EM NOVA AÇÃO, justiça determina a exoneração de primo do prefeito. **Central Cultura de Comunicação**. Guarapuava, 30 out. 2014. Disponível em: <<http://www.centralcultura.com.br/default.asp?id=33747>>. Acesso em 14 mar. 2016.

ESQUEMA DO OESTE. Guarapuava. N. 938, 19 a 25 nov 1988.

ESQUEMA OESTE. Guarapuava. n. 1113. 27 jun. a 03 jul 1992.

ESTECHE, C. Condenação por nepotismo envolve prefeitura de Guarapuava. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 23 out. 2014. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=74050>> Acesso em 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Cezar Silvestri é surpreendido com homenagem. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 30 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/30\\_03\\_2015\\_cezar\\_silvestri\\_e\\_surpreendido\\_por\\_homenagem\\_nesta\\_segunda\\_feira.htm](http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/30_03_2015_cezar_silvestri_e_surpreendido_por_homenagem_nesta_segunda_feira.htm)>. Acesso em 30 mar. 2015

\_\_\_\_\_. Deputados são homenageados. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 10 abr. 2015b. Disponível em: <[http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/10\\_04\\_2015\\_deputados\\_sao\\_homenageados.htm](http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/10_04_2015_deputados_sao_homenageados.htm)>. Acesso em 10 jan. 2016.

EXEMPLO que vem de casa: Neto Rauen busca na família inspiração para a vida pública. **Guarapuava Visual**. Guarapuava, 2013. Disponível em: <<http://www.visualguarapuava.com.br/materias/exemplo-que-vem-de-casa-neto-rauen-busca-na-familia-inspiracao-para-vida-politica/>>. Acesso em 14 dez. 2015.

FAGNANI, E. **A política social do Governo Lula**: perspectiva histórica. Texto para discussão IE/ UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a>>. Acesso em 19 jan. 2016.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. Política Social - Módulo 03. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UNB; Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

FAORO, R. A Aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n.17, p.14-29, mar./ mai.1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25950>>. Acesso em 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. v.1 - v.2.

FAVARO, J. L. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. 2014. 408f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, M. A. M. **Poder & Comércio**: a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970). Curitiba: Editora CRV, 2010.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/im5wd/pdf/fleury-9788575412428.pdf>>. Acesso em 15 out. 2016.

FONSECA, Alana. Operação investiga ex-prefeito de Guarapuava e deputado estadual. **G1 – PR**. Guarapuava, 02 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/12/operacao-investiga-suspeitos-de-crimes-eleitorais-em-guarapuava.html>>. Acesso em 03 dez 2015.

FRANCO, Barbara. Eurípio Rauen se licencia da provedoria do São Vicente. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 11 abr 2016. Disponível em: <[http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/11\\_04\\_2016\\_euripio\\_rauen\\_se\\_licencia\\_da\\_provedoria\\_do\\_sao\\_vicente\\_.htm](http://www.redesuldenoticias.com.br/noticias/11_04_2016_euripio_rauen_se_licencia_da_provedoria_do_sao_vicente_.htm)>. Acesso em 15 abr. 2016.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GIMENES, E. R. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Agenda Política**, São Carlos (SP), UFSCAR, v. 2, n.2, 2014. Disponível em: < <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/49>>. Acesso em 01 fev. 2016.

GORA, A. **Dos campos nativos ao agronegócio**: contribuição suábica em Guarapuava nos relatos de Anton Gora (1951-2009). Guarapuava: UNICENTRO, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.

HOLANDA, S. B de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa. 2ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. BOSCHETTI, I; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M, MIOTO, R. C. (orgs.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Paraná. **Guarapuava**. Brasília, 2010.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Certificado de Imóvel Rural**. Guarapuava: Regional do INCRA, 1975 (mimeografado).

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 1990**. Curitiba, 2003. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl\\_industria\\_decada\\_90.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_industria_decada_90.pdf)>. Acesso em 17 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Famílias Pobres no Estado do Paraná.** Curitiba, 2003. Disponível em: < [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/fam\\_pobres.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/fam_pobres.pdf)>. Acesso em 17 out 2014.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais:** mesorregião centro-sul paranaense. Curitiba, 2004. Disponível em: < [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras\\_reg\\_meso\\_centro\\_sul.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf)>. Acesso em 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro.** Curitiba, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caderno Estatístico do Município de Guarapuava.** Curitiba, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Brasília, n. 10, fev. 2005. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5772&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5772&Itemid=9)>. Acesso em 19 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. n. 19, jun. 2011. Brasília: IPEA, 2000. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8586&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8586&Itemid=9)>. [Acesso em 21 jan. 2016.](#)

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. v. 23. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25812&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25812&Itemid=9)>. Acesso em [21 jan. 2016.](#)

JORNAL CIDADE. nº 90, 13 out. 1935.

KADANUS, K; BARAN, K. Família Ribas Carli é alvo de operação do Gaeco contra crimes eleitorais. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 01 dez. 2015.

KRUGER, N. **Guarapuava:** seu território, sua gente, seus caminhos e sua história. Guarapuava: Fundação Santos Lima, 2007.

\_\_\_\_\_. **Guarapuava fases históricas ciclos econômicos: das missões jesuíticas do século XVI à modernidade do século XXI.** Guarapuava: Sinval de Andrade Gomes, 2010.

MACEDO. F. A. **Conquista pacífica de Guarapuava.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

MARANHÃO, C. H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. BEHRING, E. R; ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). **Trabalho e seguridade social.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FFS/UERJ, 2008.

MARCONDES, G. G. **Guarapuava:** história de luta e trabalho. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

\_\_\_\_\_. **200 anos de uma caminhada histórica:** 1810 – 2010. Guarapuava: O Autor, 2010.

MARCONDES, G. G.; ABREU, A. T. G. de. **Philantropia Guarapuavana: 150 anos de história.** Guarapuava: Editora Universitária - UNICENTRO, 2001.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, S. M. **Os pioneiros do Vale de Entre Rios: 1818-1951.** Guarapuava, 1992.

\_\_\_\_\_. **Guarapuava:** nossa gente e suas origens. Guarapuava: [s.n.], 1997.

\_\_\_\_\_. **Genealogia Família Marcondes.** Caderno. Guarapuava: [s.n.], [s.d]a.

\_\_\_\_\_. **Memórias da Cultura Popular de Guarapuava:** assuntos diversos ligados à nossa história. Guarapuava: [s.n.], [s.d]b.

\_\_\_\_\_. **Dois Famílias Paranaenses:** Os Rocha Loures e Siqueira Côrtes, em 300 anos de história. Caderno. Guarapuava: [s.n.], [s.d]c.

MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos:** o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2005.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO vai investigar nepotismo na Unicentro e Prefeitura de Guarapuava. **O Guarapuavano.** Guarapuava, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.guarapuavanonoticias.com.br/2015/06/ministerio-publico-vai-investigar.html>>. Acesso em 25 abr. 2016.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006

\_\_\_\_\_. **Conservadorismo e luta social na universidade brasileira.** Palestra proferida na Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da Política:** ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da política.** São Paulo: SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um Estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Potência, limite e seduções do poder.** São Paulo: UNESP, 2008.

O PHAROL. Edição Comemorativa. n. 33. Guarapuava, 192?

OLIVEIRA, A. L. de. **Passos de uma longa caminhada:** reminiscências. Curitiba: O Formigueiro, 1978.

OLIVEIRA, G. A. de. A Burocracia Weberiana e a Administração Federal Brasileira. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 47-74, jul./dez. 1970. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/4847/3585>>. Acesso em 19 maio 2016.

OLIVEIRA, I. M. Cultura política, direitos e política social. BOSCHETTI, I; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M, MIOTO, R. C. T. (orgs). **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, H. M. J. **Cultura política e assistência social:** uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores:** genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

\_\_\_\_\_. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun/dez 2007, p. 159-169. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222007000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200008)>. Acesso em 17 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Na teia do nepotismo:** sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria do nepotismo:** estrutura social e de poder do Brasil no século XXI. Seminário IPEA. Brasília, 28 de mar. 2013. Não paginado.

PEREIRA, A.P.P. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, nº. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política Social:** temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Boschetti, I. *et al* (orgs). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008b.

PEREIRA, C. P. **Proteção Social no capitalismo:** contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. 2013. Tese (Doutorado em Política Social). Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2013.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2000**. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD\\_HDR\\_2010.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf)>. Acesso em 10 dez 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. New York: PNUD; IPAD, 2010. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD\\_HDR\\_2010.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf)>. Acesso em 17 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. New York: PNUD; IPAD, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. New York: PNUD; IPAD, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2015.

PERISSINOTTO, R. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex., 2009

PICANÇO, J. L. de; MESQUITA, M. J. O sertão do Tibagi, os diamantes e o mapa de Ângelo Pedroso Leme (1755). I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. **Anais...** Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/PICANCO\\_JEFFERSON\\_E\\_MESQUITA\\_MARIA\\_JOSE.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/PICANCO_JEFFERSON_E_MESQUITA_MARIA_JOSE.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2015

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Estado, Poder e Socialismo**. Trad. Rita Lima. 9 ed. São Paulo: Graal, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. V. 1. São Paulo: Globo, 2000.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Programa Planalto Verde [cartilha]. Guarapuava, 1984.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos e construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

REVISTA MONJOLO: memória da terra. nº 7, Ano II, 2011.

RONCAGLIO, C. et al. **História Administrativa do Paraná (1853-1857)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

\_\_\_\_\_. **História Administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

SADER, E. Direitos e esfera pública. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 5-10, mar. 2004.

SALVADOR, E. Crise do capital e o socorro do fundo público. BOSCHETTI, I; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M, MIOTO, R. C. T. **Capitalismo em crise**: política sociais e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Nova Cultura, 1992.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SANTOS, Z. A. M. dos. **Visconde de Guarapuava**: personagem na história do Paraná - trajetória de um homem do século XIX. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

SÃO VICENTE recebe primeira parcela de R\$ 2,7 mi, de emenda de Cezar Silvestri. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 08 maio 2014. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=66944>>. Acesso em 21 de fev. 2016.

SILVA, A. A. **As relações Estado e Sociedade e as formas de regulação social**. Reprodução do social, trabalho e serviço social. Módulo 02. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UNB; Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.

SILVA, J. M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, M. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2005.

SILVA, W. P. da. **De Lustosa a João do Planalto**: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970). 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2010.

SILVESTRI ENCERRA mandato com mais R\$ 500 mil para o São Vicente. **Rede Sul de Notícias**. Guarapuava, 04 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=75672>>. Acesso em 04 dez. 2014.

SIMIONATTO, I. Estado e Democracia. In: COSTA, L. C. **Estado e democracia: pluralidade de questões**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008. p. 13-14.

SODRÉ, N. W. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

STEIN, M. N. **“O Oitavo Dia”**: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX). 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

STJ INVESTIGA se Artagão de Matos Leão participou de fraude em licitação. **Central Cultura de Comunicação**. Cidade. Guarapuava, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://centralcultura.com.br/default.asp?id=36459>>. Acesso em 25 abr. 2016.

TEIXEIRA, C. **Reminiscências do passado**. Guarapuava: Esquema Editora e Artes Gráficas, 1993.

TEIXEIRA, M. W. **Guarapuava anos 30**: alguns cenários. Boletim n° 30. Guarapuava, Casa Benjamin C. Teixeira, 2012. Casa Benjamin C. Teixeira – Historiografia Guarapuavana. Preservação – Pesquisa – Divulgação.

\_\_\_\_\_. **Imprensa Guarapuavana**. Boletim n° 13. Guarapuava: Casa Benjamin C. Teixeira, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Teatro e o Cinema em Guarapuava**. Boletim n° 15. Guarapuava: Casa Benjamin C. Teixeira, 2014.

TEMBIL, M. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava – recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

THOMAS, R.; ESTECHE, C. Silvestri: “Saio da vida pública eletiva com sentimento do dever cumprido”. **Rede Sul de Notícia**. Guarapuava, 23 maio 2014. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=67586>>. Acesso em 21 fev. 2016.

TORRES, I. C. **As primeiras damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TSUBAUCHI, C. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 01 jul. 2012, p. 3.

VALENCIANO, T. Política versus maçonaria: qual é a relação entre elas na República Velha (1889-1930)? 1º Seminário Internacional de Ciência Política. Estado e Democracia em mudança no século XXI. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/Tiago-Valenciano-Anais-I-SICP.pdf>>. Acesso em 09 out. 2015.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Imprensa Oficial do Paraná. Curitiba: Juruá, 2001.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

WEFFORT, F. C. **O Populismo na política brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

### ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM HISTORIADORES E PADRE

1. Como ocorreu o processo de formação econômica de Guarapuava?
2. Como ocorreu o processo de formação do poder político em Guarapuava?
2. Quais as famílias que foram e são detentoras do poder político em Guarapuava?
3. Qual a origem econômica dessas famílias?
4. No seu entendimento o poder político em Guarapuava é conservador?
5. Na sua compreensão porque é comum os moradores de Guarapuava reproduzirem a seguinte fala: “vivemos numa cidade conservadora” e “aqui é República dos coronéis”?
6. Como vê a execução das políticas sociais locais, como: educação, saúde e assistência social?
7. Tem conhecimento da ligação dos atuais e ex-governantes da cidade ou seus familiares, com as entidades filantrópicas local?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PREFEITOS E EX-PREFEITOS, DEPUTADOS E EX-DEPUTADOS DE GUARAPUAVA

1. Como foi sua inserção na política local?
2. Qual sua formação?
3. Qual sua atividade econômica principal?
4. Qual foi sua motivação para candidatar-se ao cargo eletivo?
5. Como definiria política?
6. Na sua compreensão o que são políticas sociais?
7. Como devem ser desenvolvidas as políticas sociais no município?
8. Como devem ser atendidos e quem são os usuários das políticas sociais, como: educação, saúde e assistência social?
9. Em sua gestão, quais políticas sociais foram priorizadas?
10. Em sua gestão como ocorreu a relação com as entidades filantrópicas do município?
11. Antes de assumir função na política, teve alguma ligação com entidades não governamentais do município?
12. Tem algum familiar exercendo função/cargo no executivo ou legislativo do município?

**APÊNDICE C**  
**PESQUISA APROVADA NO COMITÊ DE ÉTICA**

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**  
Universidade Estadual de Londrina  
Registro CONEP 5231

<b>Parecer CEP/UEL:</b>	126/2014
<b>CAAE:</b>	33741614.8.0000.5231
<b>Data da Relatoria:</b>	28/07/2014
<b>Pesquisador(a):</b>	Solange Cristina Rodrigues Fiuza
<b>Unidade/Órgão:</b>	CESA - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social

Prezado(a) Senhor(a):

O "Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina" (Registro CONEP 5231) – de acordo com as orientações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/MS e Resoluções Complementares, avaliou o projeto:

**"A reprodução do poder tradicional no município de Guarapuava/PR a partir das políticas sociais."**

Situação do Projeto: **Aprovado**

Informamos que deverá ser comunicada, por escrito, qualquer modificação que ocorra no desenvolvimento da pesquisa, bem como deverá apresentar ao CEP/UEL, via Plataforma Brasil, relatório final da pesquisa.

Londrina, 29 de julho de 2014.



**Prof. Dra. Alexandrina Aparécida Maciel Cardelli**  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos  
Universidade Estadual de Londrina

